

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

**JOSÉ ARNOLD DA SERRA COSTA FILHO**

**RÁDIO AM E RADCOM EM SÃO LUÍS:**  
convergências e divergências entre a Educadora e a Bacanga

NITERÓI – RJ

2011

**JOSÉ ARNOLD DA SERRA COSTA FILHO**

**RÁDIO AM E RADCOM EM SÃO LUÍS:**

convergências e divergências entre a Educadora e a Bacanga

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito para obtenção do título de Mestre em  
Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Resende

NITERÓI – RJ

2011

C837 Costa Filho, José Arnold da Serra.

Rádio AM e RADCOM EM SÃO LUÍS: convergências e divergências entre a Educadora e a Bacanga / José Arnold da Serra Costa Filho. – 2011.

99 f. ; il.

**Orientador: Fernando Antonio Resende.**

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2011.

Bibliografia: f. 85-89.

1. Rádio; aspecto histórico; Brasil. 2. Radiodifusão comunitária. 3. Narrativa. 4. Jornalismo. I. Resende, Fernando Antonio. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD 384.540981

**JOSÉ ARNOLD DA SERRA COSTA FILHO**

**RÁDIO AM E RADCOM EM SÃO LUÍS:**

convergências e divergências entre a Educadora e a Bacanga

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 28/ novembro /2011

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando Antonio Resende (Orientador)  
Doutor em Ciências da Comunicação  
Universidade Federal Fluminense

---

Profª. Dra. Simone Pereira de Sá  
Doutora em Comunicação e Cultura  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior  
Doutor em Comunicação e Semiótica  
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe, Maria da Conceição, por me ter  
dado a vida e ter sido a orientadora dessa vida até  
hoje.

## AGRADECIMENTOS

À minha única filha Fernanda Maria, pela pessoa que é e pelo apoio que sempre me concedeu.

À mãe da minha única filha, profa. Maria Olilia, pelo apoio recebido.

Aos meus netos Felipe Augusto e Miguel Henrique, crianças que adoro (meus eternos bebês).

Ao meu orientador, professor doutor Fernando Antonio Resende, pela amizade, orientação, pela compreensão com minhas falhas e pelo apoio que sempre me concedeu.

Aos demais professores do Minter UFF/UFMA, especialmente os doutores Simone Pereira de Sá, Afonso Albuquerque, Kleber Mendonça e Mariana Baltar, pelo apoio.

Ao professor doutor José Ribamar Ferreira Júnior, do Departamento de Comunicação Social da UFMA., e coordenador operacional do Minter, pelo apoio e amizade.

À minha companheira de trabalhos, na Rádio Universidade, Ellania Rodrigues da Fonseca, pela colaboração na solução das dificuldades deste mestrando no manuseio do computador.

À profa. Kathia Salomão, pelo incentivo e apoio.

Ao professor Márcio Tavares, pelo zelo e correção na aplicação das normas da ABNT, desta dissertação.

Ao pesquisador Talvani Lukato, detentor de arquivos inéditos sobre rádio e tv, no Maranhão e no Brasil, pelo fornecimento dos áudios sobre a CPI do Crime Organizado, transcritos na dissertação.

Aos amigos das rádios AM Educadora e Comunitária Bacanga, especialmente Robson Júnior, Luís Augusto e Valmarley Pinto, pelo apoio e por terem viabilizado as entrevistas com os demais profissionais e colaboradores dessas rádios.

Ao corpo dirigente da Universidade Federal do Maranhão, especialmente ao Reitor, professor doutor Natalino Salgado Filho, e ao chefe do Departamento de Comunicação Social, professor doutor Francisco Gonçalves da Conceição, pela viabilização do Minter UFF/UFMA.

A todos os colegas do Minter, pela colaboração mútua.

A todos os amigos que me incentivaram a ingressar no Minter.

*“O rádio seria o mais fabuloso aparato de comunicação da vida pública [...] quer dizer, seria se soubesse não somente transmitir, mas também receber, portanto, não somente fazer o ouvinte escutar, senão pôr-se em comunicação”.*

*Bertolt Brecht*

## RESUMO

Este trabalho se propõe a demonstrar os diversos tipos de programação desenvolvidos pelo rádio AM e pela radiodifusão comunitária. Os dois modelos foram criados para dar suporte ao que o mundo esperava do rádio, no tempo em que foram concebidos e projetados tecnicamente, o rádio AM no início do século passado e o radcom a partir da década de 1960. Teoricamente, apresentariam mensagens diferentes. Na prática, no Brasil, considerando o Estado e o Município onde estejam instalados, as diferenças limitam-se à tecnicidade das irradiações, ao alcance e à forma como os dois tipos de veículos se mantêm. Dois objetos de estudo foram escolhidos como parâmetro: a Rádio AM Educadora e a Rádio comunitária Bacanga FM. O estudo apresenta as programações artísticas e culturais desenvolvidas pelas duas emissoras e a forma como os modelos podem interagir. Mostraremos as dificuldades para a criação de uma rádio comunitária, o que conflita com o próprio objetivo de criação dessas rádios, que seria torná-las acessíveis às comunidades, como forma de democratizar o acesso ao meio. Abordamos ainda a forma como o Estado analisa o radcom, liberado inicialmente com a chamada morte anunciada, em razão do prazo de dez anos, previsto na concessão. Há também interesses recíprocos entre os modelos que demonstram como os dois se complementam. Entrevistas com os comunicadores especificam a sua área de atuação e o *feedback* que estabelecem com o ouvinte. No jornalismo investigativo, dois tipos de reportagens foram escolhidos, uma para cada veículo, que poderão levar o leitor a fazer suas observações sobre as semelhanças e diferenças no trato dos assuntos.

**Palavras-chave:** Rádio AM, rádios comunitárias, tecnicidade, narrativas, jornalismo.



## ABSTRACT

This paper intends to demonstrate the various kinds of programs developed by the AM radio and by the communal broadcasting. Both models were created to support what the world expected from the radio at the time they were conceived and technically projected: the AM radio in the beginning of the last century and the communal radios (radcom) since the 60s. In theory, they would present different messages. Practically, in Brazil, considering the State and the Borough where they are installed, the differences are limited to the radiation, the range and the way both means get support. Two objects of study have been chosen as a parameter: Educadora AM Radio and Bacanga FM Radio. The study presents the artistic and cultural programming developed by the two radio stations and how they can interact. It will be shown the difficulties on the creation of a communal radio station, what conflicts with their own objective that would be the accessibility to the communities as a way of democratization. It also interprets the way the State analyzes the radcom, originally liberated to be over in ten years, previewed in the concession. There are also mutual interests between the models that demonstrate how both complete themselves. An interview with the communicators specifies their performing area and the feedback with their listeners. In the investigative journalism two kinds of reportages have been chosen to each vehicle, which can have the readers make their own observations about the similarities and the differences they treat the subjects.

**Keywords:** AM Radio, communal radios, proficiency, narratives, journalism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 AM's E COMUNITÁRIAS: O RÁDIO EM CONFLITO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Rádio AM e Radcom: as programações interagem entre si .....	14
1.2 Breve histórico do rádio AM em São Luís .....	17
1.3 Rádio Educadora, voz e vez dos excluídos: mas para que excluídos? .....	24
<b>2 O ESTADO APENAS TOLERA O RADCOM .....</b>	<b>37</b>
2.1 Comunitárias: regularização para punir as clandestinas .....	37
2.2 Rádio Comunitária Bacanga: programação alternativa .....	47
2.3 AMs e Comunitárias: contrastes e semelhanças .....	
<b>3 REPORTAGENS NO AM E RADCOM: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
3.1 AM Educadora e a reportagem sobre a CPI do Crime Organizado: sensacionalismo .....	55
3.2 Comunitária Bacanga: reportagem da Parada Gay, em uma retórica heterossexista.....	67
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a finalidade de analisar os formatos desenvolvidos pelas rádios AM's e Comunitárias, bem como constatar se a radiodifusão comunitária poderá se constituir, de fato, no objetivo para o qual foi criada: permitir o acesso democrático das pessoas a esse meio de comunicação. No desenvolvimento do trabalho, procuraremos saber como o conteúdo, tanto no AM, como no radcom<sup>1</sup>, pode se modificar, na medida em que receba influências das comunidades onde está inserido. A democratização dos meios passa pela hipótese de o receptor poder decodificar a mensagem também por critérios subjetivos. Os conteúdos integram o texto e este, na medida em que representa o objeto da mensagem, poderá ser, de acordo com Fernando Resende (2002:?), “um dos mais primordiais do ponto de vista da produção/circulação/recepção jornalística”:

Condicionada às regras e técnicas que a definem – causa/efeito de um momento histórico no qual se constrói o discurso jornalístico – a narrativa jornalística, aparentemente, não se apresenta como problema, é um dado pronto, definido pelas normas. Devido às determinações estruturais que a definem no lugar do jornalismo, grande parte das questões que afligem esse campo a tangenciam, sem, necessariamente, tocá-la. No entanto, o vácuo que se percebe entre sua estrutura e o modo como se tece o dia-a-dia torna evidente um descompasso, razão pela qual se identifica uma problemática ser sondada (RESENDE:2002:?).

Resende acrescenta que o texto/narrativa é o lugar onde a mediação se processa, mas também diz que existem várias alternativas na forma como narrar. As alternativas perpassam, entendemos, pelos diversos modelos da comunicação mediada e ainda pela operacionalização desses modelos.

A Teoria das Mediações, de Martín-Barbero, nos conduz ao pressuposto de que o receptor, em razão de sua cultura, seu *modus vivendi*, aceitará ou não aquilo que lhe é transmitido.

De acordo com Barbero (2009:131-132), uma dupla ruptura surge no pensar a indústria cultural a partir da hegemonia: com o positivismo tecnologicista, para o qual a comunicação seria apenas um problema de meios, e com o etnocentrismo culturalista, onde a cultura de massa seria a própria degradação da cultura. Barbero (2009:253-254), referindo-se especificamente ao rádio, nos diz que, estando próximo do popular, desde o início fez

---

<sup>1</sup> O termo radcom, como abreviatura de radiodifusão comunitária, ou também de rádio comunitária, é utilizado no texto da lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o exercício da radiodifusão comunitária em todo o Brasil.

presente a diversidade do social e do cultural, acrescentando que a estrutura técnica deste veículo

Não requer qualquer capacidade além da audição, com sua “restrição” ao sonoro – a voz e a música – permitindo-lhe desenvolver uma habilidade expressivo-coloquial, e seu emprego não-excludente, e sim compatível, possibilitando a superposição e o entrelaçamento de atividades e tempos.

No desenvolvimento do nosso trabalho, utilizaremos a análise de conteúdo, em que procuraremos descrever os gêneros de programação, especialmente jornalísticos, em uma emissora AM, e em uma rádio comunitária, comparando e contrastando os conteúdos veiculados por essas mídias.

Herscovitz (2007:127) fundamenta-se em Lasswell, ao conceituar a análise de conteúdo:

Aplicado ao jornalismo, o paradigma de Lasswell se traduz da seguinte forma: o que diz a mídia, para quem, em que medida e com que efeito? Obviamente os trabalhos de pesquisa podem isolar um ou mais aspectos do modelo em questão e podem propor inúmeras variações para testar as diferentes teorias que orientam a compreensão do que é jornalismo.

A autora destaca a importância dessa metodologia, argumentando que o conteúdo não sofrerá a ação direta do pesquisador, como acontece numa entrevista pessoal ou numa observação participativa. Acrescenta que o analista de conteúdo não tem nenhum efeito sobre o objeto de estudo, porque não pode modificá-lo, tendo em vista que os textos já foram escritos e os programas de rádio já foram ao ar. Mas admite que possam ocorrer falhas na interpretação.

Jacks (2005:28), referindo-se aos conceitos de Lasswell sobre a comunicação propriamente dita, diz que o autor considera a comunicação um ato e não um processo. Acrescenta que as questões Quem? Diz o quê? Em que canal? Para quem? Com que efeito? devem ser tratadas, respectivamente, pela análise do controle, análise do conteúdo, análise dos meios, análise da audiência e análise dos efeitos. Ressalta que Lasswell divide esses elementos em cinco parcelas desconectadas, não os interrelacionando, e, dessa forma, desconsidera o dinamismo do processo comunicativo. Ainda de acordo com Jacks (2005:28):

Nos termos de Lasswell, a comunicação é sempre pensada como tendo um efeito sobre o receptor, que é alvo de sua influência e persuasão, o que para os críticos traz como consequência que os efeitos identificados analiticamente podem ser sempre exagerados. O modelo também é criticado porque não considera o feedback, ou seja,

a retro-alimentação do processo comunicativo resultante da interação da audiência com os meios, e porque toma uma fórmula da conversação interpessoal para analisar processos tecnicamente mediados.

Neste trabalho, consideramos relevante uma pesquisa de conteúdo somada à problematização das mediações, porque entendemos que o olhar para a comunicação requer uma compreensão do processo comunicacional e não exclusivamente dos pólos emissor ou receptor. Mouillaud (1997:60) diz que essas questões quem, que, o quê, onde, quando e como “nada mais são que a expressão em superfície de uma leitura da experiência que é codificada e arbitrária”.

A comunicação mediada interrelaciona os verbos fazer, ser e estar, transformando-os em atos (Mouillaud, 1997), operacionalizados também através de um veículo de amplo alcance, o rádio. Não dependesse de permissão estatal, seria o meio, pelo baixo custo que possui, inclusive quanto ao emissor, com maiores facilidades para ser implantado. Em razão de ser uma concessão pública, o próprio Estado, atendendo a reivindicações da sociedade que objetivavam democratizar o acesso ao meio, criou a radiodifusão comunitária. Escolhemos dois objetos para o nosso estudo: a Rádio AM Educadora do Maranhão Rural da Arquidiocese de São Luís e a Rádio Comunitária Bacanga FM, localizada na chamada área Itaquí-Bacanga, com cerca de cinquenta bairros e vilas, onde residem cerca de 30% dos moradores da capital maranhense, a grande maioria com renda inferior a dez salários mínimos<sup>2</sup>. As duas estações dirigem suas programações para públicos semelhantes e potencialmente carentes, as chamadas classes C, D e E. Em São Luís do Maranhão temos seis rádios em amplitude modulada e mais de 30 comunitárias.

No 1º capítulo estudaremos os conflitos que permeiam os dois modelos de radiodifusão, veremos a contribuição dada pelas demais cinco rádios AM's e outras duas comunitárias ao processo local e aos motivos dos objetos da nossa escolha, e também o estilo de programação da AM Educadora, que a teria levado a ser a porta-voz dos excluídos, ou não.

No 2º capítulo, nos deteremos de forma mais específica nos aspectos do radcom, onde poderemos verificar o porquê da criação das rádios comunitárias, no Brasil, que, nos primórdios, entraram no ar com a chamada morte anunciada, porque as concessões tinham prazo de validade de dez anos e não podiam ser renovadas. As rádios, que a princípio deveriam ser feitas pelas comunidades mais populares e em benefício dessas comunidades, têm hoje uma particularidade que causa certa estranheza: as concessões do radcom e a sua

---

<sup>2</sup> Apesar de a última pesquisa censitária, feita pelo IBGE, ter sido feita em 2010, o percentual aproximado da população da área Itaquí Bacanga, em São Luís, fornecido pelo escritório local do IBGE, tem origem na pesquisa realizada em 2000.

viabilização encontram obstáculos tais que, na prática, superam as dificuldades das rádios comerciais. A comunitária Bacanga e seu *modus operandi* confirmarão ou não a premissa.

No 3º capítulo, poderemos verificar em que medida o rádio ainda se mantém como veículo das massas, não superado pela televisão e tampouco pelas demais mídias. Para Jacks (2005:83), a pauta do rádio como objeto de estudo também se justifica na popularidade dessa mídia, na recuperação do ouvinte em revistas especializadas e na análise de programas radiofônicos. A Rádio AM Educadora fez a cobertura jornalística de um acontecimento que polarizou as atenções do público e que, apesar de também ter sido veiculado pela televisão e pela mídia impressa, alcançou um destaque muito maior no rádio, com repercussões não somente no âmbito local, mas também em outros estados brasileiros: a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Crime Organizado no Maranhão. Em contrapartida, a comunitária Bacanga foi a única emissora a realizar reportagem sobre a cobertura da 8ª. Parada LGBT de São Luís, que também mobilizou o receptor, na respectiva área de abrangência. Observaremos como as duas emissoras reportaram esses fatos, cada uma buscando alcançar determinados objetivos, com a utilização de recursos, abrangentes ou limitados, conforme a respectiva área de atuação, bem como os resultados alcançados.

## 1 AM's E COMUNITÁRIAS: O RÁDIO EM CONFLITO

### 1.1 Rádio AM e Radcom: as programações interagem entre si

O rádio AM tem priorizado a prestação de serviços em todo o País. Mas em São Luís essa prestação de serviços ganhou alguns contornos diferentes. Tomemos como exemplo a experiência vivenciada durante muitos anos por essas emissoras, ao transmitirem programas de avisos para o interior, que tinham uma grande audiência, até porque os Correios, como instituição pública, atendiam de forma precária às comunidades, especialmente do interior do Maranhão. A Rádio Difusora AM, uma das seis historiadas, produziu um programa chamado Correio do Interior, que esteve sob ameaça de ser retirado do ar, por ser considerado um concorrente do então Departamento dos Correios e Telégrafos. Para evitar a extinção do programa, a Assembléia Legislativa do Maranhão, na época presidida pelo deputado estadual Raimundo Bacelar, proprietário da Rádio Difusora, promulgou uma lei que considerava o Correio do Interior como de utilidade pública, e, assim, foi possível mantê-lo (ALMEIDA, 1996:83). Ressalte-se que uma boa parte dos recursos financeiros da estação originava-se dos avisos para as comunidades interioranas. A Educadora AM, um dos nossos objetos de estudo, até hoje tem dois programas com avisos: *Galinho Maravilha*, às 5 horas da madrugada, e *Entre o Dia e a Noite*, às 18 horas. As comunitárias, hoje, se não transmitem esses avisos, porque têm alcance limitado, levam mensagens entre as pessoas que residem nos bairros onde o sinal das rádios se propaga.

Em 1972, a Difusora, que até então vinha liderando as pesquisas de audiência em São Luís, perdeu o primeiro lugar para a Rádio Educadora, da Igreja Católica, e os seus diretores se lançaram a uma aventura impensável para os dias atuais, objetivando reconquistar a liderança. Adaptando o texto de Orson Welles<sup>3</sup>, a emissora colocou no ar uma reportagem sobre suposta invasão dos marcianos à Ilha de São Luís. De forma semelhante ao que ocorreu na produção original, a cidade entrou em pânico, e a Guarnição Federal e a unidade do Exército, o 24º Batalhão de Caçadores, tomaram providências para tentar impedir que “os marcianos ocupassem a capital maranhense”. Quando as autoridades constataram que tudo não passava de uma encenação, a Difusora foi fechada e somente teve suas transmissões reiniciadas 48 horas depois, e assim mesmo porque o seu dirigente, Magno Bacelar, era

---

<sup>3</sup> Orson Welles produziu *A Guerra dos Mundos*, em 1938, para a Columbia Broadcasting System, baseada na obra homônima de Herbert George Wells, cujo tema principal tratava de uma invasão de seres extra-terrestres ao planeta.

deputado federal e fez uso da influência política para reabrir a estação. Nos dias atuais uma transmissão desse porte poderia não ter a repercussão que produziu, tanto na versão original de 1938, como em 1972, porque, além de um número muito maior de rádios AM's, temos as FM's, as comunitárias, as televisões e principalmente a Internet, com a inclusão digital cada vez mais acessível a todos. A “invasão dos extra-terrestres” teria que ser confirmada pelas demais mídias. A aplicação da teoria hipodérmica encontraria mais obstáculos!

As coberturas carnavalescas nas estações AM, se não dispõem do aparato técnico do carnaval na televisão, em contrapartida são, além de jornalismo, prestação de serviços. A cultura das escolas de samba, dos blocos tradicionais e de outras agremiações é divulgada, mas essa divulgação perpassa por exemplos típicos locais, como informes sobre crianças desaparecidas, boletins das delegacias de polícia, *flashes* de clubes tradicionais e populares da cidade, transmissões dos desfiles de fantasias e outras, em que as emissoras da cidade fazem reportagens que são veiculadas inclusive em estações de alcance nacional, como a Rádio Globo. Essas coberturas carnavalescas do AM, porém, hoje, deixam muitas vezes de atender ao desejo das comunidades, que também querem noticiar as brincadeiras dos seus bairros e ruas, lacuna que costuma ser preenchida pelas comunitárias.

O jornalismo e a prestação de serviços praticados no rádio local poderiam ser considerados incipientes, se comparados às grandes geradoras de TV e mesmo às rádios AM's de alcance nacional. Mas buscam se adaptar às culturas das diferentes épocas. Nos anos 60, 70 e 80, a transmissão dos resultados dos vestibulares monopolizava toda a cidade, de tal forma que as rádios acompanhavam o trajeto dos veículos das duas únicas universidades, a federal e a estadual, desde o recebimento das planilhas com os nomes dos aprovados, dos centros onde estavam os computadores, até as assessorias de imprensa das faculdades. Nestas, as planilhas eram entregues aos jornalistas, principalmente das rádios, ávidos por divulgar os nomes, porque todas as pessoas – não somente os candidatos aos vestibulares – concentravam suas atenções no vestibular. Hoje essa audiência praticamente não existe, porque, com a Internet, os resultados chegam de imediato a todos aqueles que têm acesso a esse meio, onde se inclui a quase totalidade dos vestibulandos, que, por sua vez os repassam aos poucos que estão fora da conexão *on line*. Esse papel, porém, também passou a ser desempenhado pelas rádios comunitárias. Em comunidades onde o acesso à Internet é mais restrito, as comunitárias divulgam os resultados dos vestibulares e alcançam proporcionalmente a audiência antes privativa das AM's para esse tipo de cobertura.

As comunitárias operacionalizam a prestação de serviços. Os recados que, no passado, eram trocados entre os moradores, pelos alto-falantes, são um exemplo. A



comunitária, cujo alcance não deve ultrapassar os 25 watts, é a rádio que transmite o aviso, não para o interior do Estado, como faziam as AM's nos anos 60,70 e 80 , mas para as ruas e bairros onde têm sua área de abrangência. As notícias de aniversários, casamentos, batizados, falecimentos, desaparecimentos de crianças, achados e perdidos, que antes eram divulgadas nas AM's, migraram para as comunitárias, porque hoje não há interesse financeiro nessa difusão, por parte de emissoras de maior porte. Nas enchentes que ocorreram em 2009, nos estados de Pernambuco e Paraíba, houve pessoas que salvaram seus pertences, e vidas foram poupadas, em razão das informações da meteorologia divulgadas tanto no rádio AM como, e principalmente, nas comunitárias. Estas anunciavam ainda o avanço das águas pelas diversas ruas, para que os moradores buscassem lugares mais altos. Também no Maranhão, moradores de vários municípios atingidos pelas enchentes em 2010, especialmente os mais devastados, como Pedreiras e Trizidela do Vale, ouviram nas rádios comunitárias o aviso da situação de perigo, para que deixassem as áreas de risco, bem como as palavras de apoio aos desabrigados e orientações para que buscassem a ajuda dos poderes públicos

*Alegria na Taba*<sup>4</sup> foi um programa que a Rádio Timbira, que também vamos historiar, transmitiu nas décadas de 60 a 90. Além de avisos para o interior, o programa veiculava mensagens de amizade e de amor, perguntas dos ouvintes sobre os mais diversos assuntos e reclamações sobre problemas de saneamento básico, falta de água e luz nos bairros, falta de policiamento e outros. A Rádio tinha também outro programa, intitulado *Timbira vai às Ruas*, onde os ouvintes, pessoalmente, apresentavam suas reclamações e depois o direito de resposta era concedido aos diversos setores, governamentais e particulares, atingidos pelas denúncias. Esse procedimento hoje é adotado pelas rádios comunitárias, como veremos mais adiante. Assuntos polêmicos entram na pauta tanto do AM, quanto das comunitárias. Algumas vezes, são debatidos sob óticas diferentes. Tomemos como exemplo a redução da maioria penal, com o objetivo de reduzir a criminalidade. A Educadora entrevistou o então Secretário de Estado da Segurança, Raimundo Cutrim, que se manifestou a favor da redução, argumentando que os casos de crimes violentos com a participação de adolescentes de 17, 16, 15 e 14 anos são cada vez mais frequentes<sup>5</sup>. Os ouvintes se posicionaram pelo telefone e pela Internet e a imensa maioria ratificou a posição do Secretário de Segurança. O Secretário acrescentou que, nos países desenvolvidos, entre eles Estados Unidos, Espanha, Inglaterra e outros, a maioria penal é alcançada entre 14 e 17 anos. A comunitária Bacanga ouviu

---

<sup>4</sup> O nome Taba refere-se à aldeia indígena e como a Rádio tem essa denominação em alusão aos índios Timbiras, o programa também chamava-se Alegria na Taba.

<sup>5</sup> Entrevista concedida em 12 de outubro de 2010, no programa *Roda Viva*, às 8 horas da manhã, ao apresentador Álvaro Pereira.

moradores da área Itaquí Bacanga, líderes de outras comunidades, dirigentes sindicais e políticos, sobre o mesmo assunto<sup>6</sup>. Todos se manifestaram contra a redução da maioria penal. Entendemos que o lugar de fala foi preponderante para as tomadas de posições em um tema tão complexo, se considerarmos que a Rádio propaga seu sinal a uma comunidade relativamente numerosa, carente de serviços básicos e com reduzido poder aquisitivo.

## 1.2 Breve histórico do rádio AM em São Luís

Os programas de auditório da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, das cantoras do rádio como Emilinha Borba, Marlene, Dalva de Oliveira, Dircinha e Linda Batista, dos apresentadores Paulo Gracindo, César de Alencar, Manoel de Nóbrega e vários outros serviram de modelo para a criação de formatos semelhantes, quando foi instalada a primeira estação de rádio, em São Luís.

Martini (2009:506) destaca a importância da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, nesse período:

A época considerada de ouro para a história do rádio no Brasil, as décadas de 40 e 50, converge com o período do apogeu de uma das mais importantes emissoras do país, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. A Nacional, líder em audiência no período, estruturou uma grade de programação, adaptou, enriqueceu e profissionalizou o que, até então, se fazia de forma amadora, improvisada, sem grandes investimentos e notoriedade.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira emissora do País, entrou no ar, em 1923, com um problema a ser resolvido: a falta de aparelhos receptores suficientes para atender à demanda. Em São Luís a primeira emissora foi inaugurada em 1940, fazendo com que o governo e a população enfrentassem a mesma dificuldade: não havia receptores. As pessoas com algumas posses procuravam adquirir os rádios na capital da República, e até fora do País, e a Prefeitura local instalava sistemas de alto-falantes, nas árvores e postes para que a primeira rádio maranhense pudesse ser ouvida.

Prata (2008:9) nos fala dessa época:

Aqui no Brasil, o rádio nasceu oficialmente no dia 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário da independência. O discurso do então presidente da República, Epitácio Pessoa, foi ouvido no Rio de Janeiro e também em Niterói, Petrópolis e São Paulo, graças à instalação de uma retransmissora e de

---

<sup>6</sup> Entrevista feita pelo comunicador comunitário Mário Almeida, em 29 de outubro de 2010, ao meio dia, em um programa de variedades com um editorial mostrando o pensamento da emissora.

aparelhos de recepção. Mas somente no dia 20 de abril de 1923 começou a funcionar realmente a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, considerada a emissora pioneira no Brasil.

Conforme Ortriwano (1985) *apud* Gomes (2007:26),

O rádio nascia como meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse o poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, então muito caros. [...] Nasceu como um empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruísticas.

Nos anos 30 e 40 do século passado, praticamente não havia publicidade nas rádios, embora a ditadura do Estado Novo já tivesse autorizado a inserção de anúncios como forma de as emissoras garantirem a sua manutenção. Mas as poucas indústrias existentes e o comércio tinham a concepção que, se o produto que fabricavam ou vendiam era bom, não precisava ser divulgado. Os reduzidos reclames – nome dado à publicidade - eram conquistados praticamente a título de ajuda, dada pelos parentes ou conhecidos dos agenciadores.

De acordo com Prata (2008:9), a busca pela audiência começou a melhorar o padrão de qualidade dos programas e fez com que o governo reconhecesse a importância do rádio:

Nos anos 40, chamada *época de ouro do rádio brasileiro*, começou o que hoje denominamos de guerra de audiência, com as emissoras se esforçando cada vez mais para conquistar o público com as suas programações. No início da década de 40 o rádio brasileiro foi marcado pelos programas humorísticos, como *PRK-30*, *Jararaca e Ratinho* e *Balança mas não cai*. Consolidado o humor, a radiofonia partiu para o entretenimento e, em 1941, foi ao ar a primeira novela do rádio e de toda a história da comunicação não-imprensa no Brasil: *Em Busca da Felicidade*. Ficou no ar quase dois anos, de junho de 41 a maio de 43. Getúlio Vargas, que assumiu a presidência da República com a Revolução de 1930, percebeu rapidamente a importância política do rádio e manteve as emissoras entre as suas áreas de controle direto. No Estado Novo, a partir de 1937, Getúlio se utilizou do rádio para fazer propaganda da sua ideologia política e criou até um programa *A Voz do Brasil*, na época *Hora do Brasil*, para ser o divulgador oficial do governo, principalmente dos discursos presidenciais.

Gomes (2007:29) nos diz que os profissionais daquela época logo concluíram pela existência de uma relação entre qualidade, audiência e faturamento.

Medidas educativas também foram, progressivamente, adotadas internamente pelos primeiros profissionais de rádio que acumulavam várias funções e tinham o improviso como seu companheiro de cotidiano. Afetadas pela lógica do mercado, as emissoras comerciais montaram equipes de trabalho, contrataram artistas e

produtores, passaram a elaborar programas com antecedência e criaram ídolos populares. Tudo em nome do indicador do lucro – o aumento da audiência.

Martín-Barbero (2009:198) registra que a publicidade transformou a comunicação inteira em persuasão, fazendo com que o consumo se convertesse em elemento de cultura:

Deixando de informar sobre o produto, a publicidade se dedica a divulgar os objetos, dando forma à demanda, cuja matéria prima vai deixando de ser formada pelas necessidades e passa a ser constituída por desejos, ambições e frustrações dos sujeitos.

Martín-Barbero (2009:199) vai mais além, quando diz que “para a cultura de massa, a publicidade não é somente a fonte mais vasta de seu financiamento; é também a força que produz seu encantamento”.

Nessa perspectiva de ascensão das emissoras, em razão principalmente da publicidade, surgiria a radiodifusão em São Luís do Maranhão. A Rádio Timbira foi inaugurada em 28 de julho de 1940, com o prefixo PRJ-9, Onda Curta, paradoxalmente a faixa de maior alcance, atingindo não somente a capital, São Luís, como o interior. (COELHO, 2003:31-33). No Estado Novo, o Maranhão era governado pelo interventor federal Paulo Ramos. A emissora, seguindo a orientação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, veiculava mensagens favoráveis aos governos federal e estadual<sup>7</sup>.

Em 1946, o Brasil retornava à democracia, após a queda do Estado Novo. A Timbira, a exemplo de outras rádios estatais, passou a transmitir também em onda tropical, na faixa de 62 metros, e depois em onda média, na frequência de 1.280 KHz. A Rádio teve um papel destacado, durante a Greve de 1951, movimento popular que eclodiu em São Luís, contra a posse do então governador Eugênio Barros<sup>8</sup>. Cumprindo as normas jornalísticas, ouviu tanto representantes do governo, quanto da oposição. O governo entendeu como uma afronta o espaço concedido aos líderes oposicionistas, e demitiu toda a direção da Rádio. Esse comportamento não foi modificado nos dias atuais, em que verificamos que os detentores do poder, em sua maioria, entendem que o espaço público deve se subordinar aos interesses privados dos mandatários. A estação teve suas atividades encerradas em 1958, por falta de investimentos governamentais, e retornou ao ar em 1963. A partir do final dos anos 80,

<sup>7</sup> O DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, foi criado pelo decreto-lei 1.915, de 27.12.1939, do Estado Novo, publicado no Diário Oficial da União de 29.12.1939. A finalidade, de acordo com os preceitos do artigo 2º desse dispositivo legal, era regulamentar tudo o que as rádios e os jornais poderiam publicar e impor normas principalmente às rádios da União e dos estados.

<sup>8</sup> A greve de 51 aconteceu porque o governador eleito, Saturnino Bello, faleceu antes de tomar posse, e o Tribunal de Justiça do Estado resolveu empossar o 2º candidato mais votado, Eugênio Barros, com o que não concordaram os líderes da oposição, que pleiteavam nova eleição.

começou o declínio da emissora, primeiro com a mudança do local de suas instalações, para um prédio nos arredores da cidade, depois com a redução cada vez maior dos recursos para sua manutenção e, finalmente, em 1996, com a extinção do seu quadro funcional, porque o governo estadual da época pretendia privatizá-la, a exemplo de medidas semelhantes, adotadas pelo governo federal. Por motivos legais, a Rádio não foi transferida à iniciativa particular, mas a Timbira, que era de grande porte, transformou-se em uma emissora inexpressiva, inclusive por falta de equipe, já que todos os antigos empregados haviam sido demitidos e restou-lhe apenas ser um vitrolão<sup>9</sup>. Sem programas, sem apresentadores, sem jornalismo! Timidamente, há cerca de dois anos, começou a reerguer-se. Mas tendo sido a única rádio local que transmitia em ondas médias, tropicais e curtas, hoje dirige o sinal em apenas faixas médias e com um transmissor de reduzido alcance<sup>10</sup>. Não foi por acaso que, a partir das medidas que resultaram no declínio da Timbira, constatou-se que os governadores que determinaram essas medidas são proprietários de emissoras de rádio AM, o que nos leva a entender que não possuem qualquer interesse na manutenção de uma rádio pública de qualidade.

Em 13 de junho de 1947, São Luís passou a ter a sua segunda emissora de rádio AM, a Rádio Ribamar, criada pelo jornalista Ribamar Pinheiro, que havia sido o primeiro diretor da Rádio Timbira, e pelo comerciante Gerson Tavares. Contrariamente ao que ocorre hoje, em nível nacional, em que a quase totalidade dos proprietários de emissoras de rádio e TV é detentora de mandatos eletivos ou possui vínculos com detentores desses mandatos, nas primeiras décadas da radiodifusão no Brasil, os concessionários eram apenas comerciantes – hoje chamados de empresários - ou proprietários rurais. A emissora transmitia somente em onda tropical, e, em 1951, passou a operar também em onda média. Gerson Tavares dirigiu a Rádio Ribamar até 1972, quando vendeu a estação ao grupo do ex-deputado Vieira da Silva. No final da década de 1980, o grupo Vieira da Silva vendeu o controle de cotas da Rádio para o grupo liderado pelo ex-governador maranhense Luiz Rocha, e a emissora mudou o nome para Rádio Capital.

Consideramos interessante ressaltar o papel que a Rádio Ribamar exerceu durante os movimentos grevistas de 1951, que tinham como objetivo impedir a posse do governador Eugênio Barros. Essas greves aconteceram porque a oposição entendia que a eleição tinha

---

<sup>9</sup> O termo vitrolão é usado de forma depreciativa, para referir-se às rádios que não têm programas, apenas tocam músicas.

<sup>10</sup> Informações repassadas ao autor pelo radialista Elvas Ribeiro, que usa o pseudônimo de Parafuso, hoje com 80 anos, e que trabalhou na Timbira de 1950 a 1960, e pelo jornalista e radialista Ruy Dourado, que trabalhou na Timbira, nos anos 1963 a 2000, e foi diretor geral dessa Rádio, de 1987 a 1991.

sido fraudada. A Ribamar era a única emissora em que as chamadas oposições coligadas tinham acesso, e os espaços eram ocupados por líderes oposicionistas como Neiva Moreira, Clodomir Milet, Genésio Rego, Luiz Cortez, Maria de Lourdes Machado, Maria Aragão, Maurício Jansen, Fernando Viana, Edson Brandão, Jaime Rabelo de Sousa, Tavares das Neves e um jovem político que mais tarde viria a ser governador do Maranhão e presidente da República: José Sarney. Um fato demonstra a existência do mandonismo do governo, até mesmo nos empreendimentos particulares: poucas rádios possuíam gerador de eletricidade e, no horário das oposições coligadas, costumava faltar energia, onde a Ribamar estava localizada. As oposições, acreditando que se tratava de um desligamento intencional da rede elétrica, por parte da *Ullen Company*, empresa americana, concessionária do serviço, financiaram a compra de um gerador, de custo considerado elevado, o que dificultava sua aquisição com os poucos recursos que as rádios tinham, obtidos com publicidade. Somente assim as oposições podiam falar na rádio<sup>11</sup>. Observa-se que, transcorridos mais de cinquenta anos após esse fato, as práticas não mudaram. O desligamento intencional de energia na sede das rádios de oposição perdeu a eficiência, e o uso da violência para silenciar essas vozes ainda é feito, mas de forma bastante restrita. Em contrapartida, o poder econômico ganhou contornos muito mais abrangentes e uma rádio de porte médio, se cumprir a sua finalidade jornalística de informar tudo o que interessa à população e criticar grupos poderosos que agem em prejuízo dos mais pobres, é cerceada no aspecto financeiro, por parte do governo e dos empresários. Em uma rádio comunitária, o cerceamento é ainda muito mais visível, inviabilizando a sua manutenção.

Nos anos 1955, São Luís se apresentava como uma capital que comportaria a instalação de uma terceira emissora e o proprietário rural Raimundo Bacelar, que também havia sido diretor da Rádio Timbira, do governo do Estado, resolveu criar a sua própria estação e, para isso, constituiu uma sociedade com o técnico de transmissores Edson Browe de Araújo e o deputado estadual José Machado. Em 29 de outubro de 1955, era inaugurada a Rádio Difusora de São Luís, transmitindo em ondas médias e tropicais, e que também foi a precursora da primeira televisão do Maranhão, a TV Difusora canal 4, que viria a ser instalada em 1963. A Rádio Difusora foi, na época, a mais forte concorrente da Rádio Timbira, na busca de audiência. Como não havia institutos de pesquisa em São Luís, os índices eram

---

<sup>11</sup> Informações dos radialistas Ermelindo Salles e Haroldo Silva, que trabalharam na Rádio Ribamar desde a fundação, em 1947, até a venda da Rádio, em 1990, para o grupo empresarial hoje dirigido pelo deputado Roberto Rocha.

apresentados de forma aleatória, de acordo com o que as próprias emissoras divulgavam<sup>12</sup>. Hoje a Difusora encontra-se arrendada para a Igreja Universal do Reino de Deus. Questionado sobre os motivos de ter arrendado uma rádio que já foi considerada top de linha, o proprietário atual da estação, senador Edison Lobão Filho, diz laconicamente que rádio AM não tem mais audiência e só dá prejuízos. Mas o contrário é demonstrado pela realidade de muitas emissoras AM do país, incluindo São Luís do Maranhão. Observa-se que, se bem administrados, esses veículos cumprem o seu papel junto ao grande público, especialmente na programação jornalística, e têm retorno financeiro garantido.

Em 1961, um fato mais uma vez comprovaria a estreita e, por que não dizer, promíscua ligação entre os proprietários de empresas de comunicação e o estado brasileiro, vínculos estabelecidos desde o governo Vargas, de quinze anos, continuados durante o curto período democrático de 46 a 64, mantidos pela ditadura militar e até mesmo pela democracia pós-88: o fundador e dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, foi eleito senador pelo Maranhão, sem sequer ter vindo ao Estado fazer campanha política, devendo essa vitória, em parte, ao prestígio político do senador Vitorino Freire, que, nos anos de 1945 a 1965, comandou uma oligarquia responsável pela eleição de quatro governadores. Para demonstrar força política, Chateaubriand instalou a quarta rádio da capital maranhense, a Gurupi. Tão grande era o prestígio desse “coronel das comunicações”, no governo do então presidente João Goulart, que a Rádio Gurupi entrou no ar em 2 de janeiro de 1962, sem que tivesse concessão e prefixo. A concessão só viria seis meses depois da inauguração. O diretor regional dos Diários Associados, Pires de Sabóia, professor da Faculdade Federal de Direito, recrutou para o elenco de locutores da Gurupi os seus alunos do Curso de Ciências Jurídicas. Naqueles anos, não havia Curso de Comunicação em São Luís e os locutores, em sua quase totalidade, não possuíam graduação universitária. Assim, a emissora ficou conhecida como a “Universidade do Rádio”. A Gurupi permaneceu no ar até 30 de junho de 1981, quando foi vendida ao grupo Zildêni Falcão, que mudou a sua denominação para Rádio São Luís<sup>13</sup>.

Aqui caberia a pergunta: se as AM's ainda têm capacidade de conquistar audiência, por que a rádio foi vendida? A venda dessa e de tantas outras rádios dos Associados, em vários estados brasileiros, foi conseqüência da cassação, pela ditadura militar, das sete televisões desse conglomerado de veículos, em 1980, que constituíam a Rede Tupi de

---

<sup>12</sup> Informações repassadas ao autor pelo radialista Elvas Ribeiro, conhecido como Parafuso, que trabalhou na Rádio Difusora de 1960 a 1990.

<sup>13</sup> O autor da dissertação trabalhou na Rádio Gurupi nos anos de 1969 a 1972, como locutor, e de 1977 a 1981, como diretor geral, onde obteve essas informações e foi também diretor de programação da Rádio São Luís, emissora que se originou da venda da Rádio Gurupi para o Grupo Zildêni Falcão.

Televisão. A viabilidade da emissora pode ser comprovada na medida em que o grupo que a comprou, há mais de trinta anos, continua explorando-a comercialmente, em boas condições de audiência e faturamento.

A Rádio Mirante iniciou suas transmissões em 1981 e pertence ao grupo político-empresarial do ex-presidente da República José Sarney. Integra o maior complexo de comunicação do Maranhão, em número de veículos, do qual fazem parte a TV Mirante, afiliada da Rede Globo, a Mirante FM, o jornal O Estado do Maranhão, além de emissoras AMs ou FMs em cada cidade do interior do Estado. O ex-presidente Sarney, justificando a importância do rádio AM, declarou recentemente que se constitui no embrião da mídia eletrônica, e, como tal, imprescindível para qualquer grupo de comunicação.<sup>14</sup> Permitimo-nos acrescentar que também para todo grupo político que queira manter-se hegemônico.

Apresentado o demonstrativo das rádios AM's em São Luís, constata-se que a Timbira foi a pioneira, mas como rádio estatal, sofreu entraves políticos e administrativos que a levaram ao fechamento, seguido de uma reabertura e depois ao declínio. O governo estadual a mantém a contragosto simplesmente porque não conseguiu privatizá-la, dedução que fazemos considerando a forma como é administrada, com muito pouco ou quase nenhum investimento. A Ribamar, hoje denominada Rádio Capital, pertence a um grupo político que a utiliza exclusivamente com objetivos proselitistas, o que a impede de fazer um jornalismo que divulgue informações contrárias aos seus interesses. A Difusora, hoje arrendada para a Igreja Universal do Reino de Deus, limita-se a difundir as pregações dessa Igreja. A Rádio São Luís, do grupo Zildêni Falcão, cuja atividade principal é a distribuição de revistas da Editora Abril, tem sua programação voltada para divulgar esses impressos, e a Mirante, do ex-presidente Sarney, apenas transmite programas de interesse do grupo ao qual serve.

O diferencial poderia ser a Rádio Educadora. A condição de pertencer à Igreja Católica, se, por um lado, permite que tenha uma programação alardeada como laica, se comparada às rádios de outras denominações religiosas, estas últimas totalmente proselitistas, por outro lado implica na constituição de uma suposta autoridade moral, que pode ter como consequência a supressão de princípios democráticos que, *a priori*, poderiam ou deveriam ser os objetivos que nortearam a sua criação. Originalmente dirigida ao meio rural, apesar de estar localizada na capital do Estado, a Rádio marcou os seus primeiros anos como veículo que contestava a ditadura. Contestava, em termos, porque o golpe de março de 1964 inicialmente foi apoiado pela Igreja Católica, conforme ficou demonstrado na Marcha da

---

<sup>14</sup> Entrevista do ex-presidente Sarney à TV Mirante, em janeiro de 2011.



Família com Deus pela Liberdade<sup>15</sup>. Mas algumas posições contrárias aos militares, assumidas pela Rádio, a partir dos anos 1966 e os que se seguiram, quando o regime iniciou o processo de recrudescimento, fizeram com que a Rádio fosse fechada por duas vezes. Na véspera das comemorações da Independência do Brasil, em 1967, divulgou um editorial, no qual criticava o governo, argumentando que os generais haviam acabado com a independência e colocado o País sob o controle dos Estados Unidos. O fechamento ocorreu no mesmo dia – 6 de setembro de 1967 – pela unidade local do Exército que, apesar de o Brasil se encontrar em regime de exceção, não tinha poderes para lacrar estações. Para que retornasse ao ar, o Arcebispo dom João José da Mota Albuquerque precisou recorrer à influência da Igreja Católica. Mesmo criticando a ditadura, a Igreja era respeitada pelos ditadores – talvez até em razão das críticas. Ao voltar de Brasília com a ordem de retirada do lacre, o Arcebispo fez um pronunciamento mais contundente contra os militares, que, a partir dessa data, deram uma trégua à Rádio<sup>16</sup>.

### **1.3 Rádio Educadora, voz e vez dos excluídos: mas para que excluídos?**

Voz e vez dos excluídos! Este é um dos slogans da Educadora. Informações inseridas no site da Rádio indicam que foi criada para atender especialmente às comunidades interioranas do Estado. Com esse objetivo, foi registrada a razão social Rádio Educadora do Maranhão Rural, em 24 de julho de 1960. Em 1962, o então Ministério da Viação e Obras Públicas liberou a concessão de funcionamento, e quatro anos depois a emissora entrava no ar, tendo como seu primeiro diretor o jornalista José Maria Linhares. A programação inicial era destinada à área rural do Maranhão, o que permitiu a criação de parcerias com órgãos do governo, como as secretarias de Estado do Interior, da Agricultura e da Educação, Associação de Crédito e Assistência Rural e Movimento de Educação de Base. Com isso, houve uma reação negativa por parte da população, que entendeu que a Igreja Católica teria estabelecido uma ligação com os poderes públicos, o que poderia contrariar os objetivos da Rádio, de ser um instrumento de combate ao regime ditatorial e porta-voz dos excluídos. Na concepção editorial da Rádio, explicitada no site da estação, a reação negativa se desfez na medida em que a Educadora se mostrou atuante e conhecedora dos problemas do campo. Dessa forma,

<sup>15</sup> Nome dado a uma série de manifestações contra o governo do então presidente João Goulart, iniciadas a partir do comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, que geraram temores por parte da Igreja Católica, apoiada pelas classes conservadoras, de que o governo pretendesse instaurar uma república sindicalista-comunista.

<sup>16</sup> Informações repassadas ao autor pelo professor Geraldo Ribeiro Pinto, que foi diretor-geral da Rádio Educadora nos anos 1967 a 1970.

estaria capacitada para atender às necessidades de informação dos trabalhadores do campo e da cidade, permitindo a essas pessoas que expusessem seus problemas e aspirações<sup>17</sup>. Veremos mais adiante se essa premissa poderá ser considerada verdadeira, nos dias atuais.

A programação de segunda a sexta-feira, da Educadora, começa com a participação do Frei Luigi Rota, um dos diretores da Rádio e que apresenta, às cinco horas da manhã, a *Oração por um dia feliz*. O apresentador diz que esse programa busca transmitir uma mensagem de otimismo ao ouvinte:

Nós queremos que as pessoas comecem o dia de bem com a vida, apesar dos muitos problemas que enfrentam. A Igreja não se limita a preparar o ser humano para a vida eterna, mas também, deve procurar fazer com que a sua passagem aqui na terra seja feliz. As pessoas, principalmente as mais humildes, enfrentam inúmeros problemas de falta de serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento básico, mas, mesmo assim, queremos lhes mostrar o lado bom da vida. Esse é não somente o papel nosso, como religioso, mas também deve ser uma das finalidades dos veículos de comunicação<sup>18</sup>.

O programa tece críticas aos poderes públicos pela má qualidade dos serviços oferecidos. Essas críticas poderiam ser consideradas positivas, se fossem feitas com o mínimo de isenção requerido ao jornalismo, o que não acontece grande parte das vezes, porque, dependendo de quem esteja no governo do Estado, e não dos seus atos, a Rádio aumenta ou reduz a acidez dos comentários.

Após a *Oração por um dia feliz*, a Educadora apresenta o *Programa do Galinho*, com Carlos Henrique. Tanto o programa como o locutor são os mais antigos no ar, em São Luís, desde 1966, quando a Educadora foi instalada. Esse programa foi inicialmente um dos espaços que a estação destinou, nas décadas de 60, 70 e 80, do século passado, para transmitir mensagens contrárias à ditadura de 64. O título inicial era *Sertão da Minha Terra – O programa do Galinho*. Ainda hoje, toca músicas sertanejas, mas somente as sertanejas de raiz, com orientações aos trabalhadores do campo e da capital, inclusive relacionadas com a Previdência Social, como assinatura na Carteira de Trabalho, Auxílio Doença, Acidentes do Trabalho e Aposentadorias. Quando da ditadura, a então Censura Federal, além de também gravar todas as audições, as transcrevia e, quando entendia que alguma coisa podia ser questionada, chamava os diretores da emissora para se explicarem, como nos diz o apresentador Carlos Henrique:

---

<sup>17</sup> Informações obtidas no site [www.educadora560.com.br](http://www.educadora560.com.br).

<sup>18</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 4.1.2011.

Nós sabíamos que éramos ouvidos obrigatoriamente pelo governo e pela Censura, que também fazia as gravações, talvez achando que as gravações feitas pela Rádio poderiam ser editadas e alteradas. Fui muitas vezes chamado na sede da Censura Federal, aqui em São Luís, no bairro de Fátima, para explicar coisas óbvias. Acredito que queriam apenas me intimidar, porque depois me diziam: “tudo bem, pode ir embora, mas cuidado com o que você fala, porque nós estamos ouvindo e o processo pode ser contra a Rádio, mas também pode ser contra você. E a Rádio não pode ser presa, mas você pode”. Uma vez pessoas que se diziam agentes federais chegaram na emissora e mandaram que eu lesse uma nota contra a Igreja Católica. O diretor executivo, Raimundo Cutrim, hoje presidente do Tribunal Regional Eleitoral, ficou tentando ganhar tempo com esses possíveis agentes, enquanto um funcionário fazia contato com o Arcebispo Dom Mota, pedindo-lhe que viesse até a Rádio. Quando Dom Mota chegou, disse aos agentes que a nota não seria lida e pediu-lhes que o respeitassem e deixassem a emissora. Eles atenderam. A idéia que tivemos era que não se tratava de agentes federais, mas ativistas de direita que queriam desmoralizar a Rádio e a Igreja <sup>19</sup>.

Perguntamos a Carlos Henrique porque o programa toca somente as chamadas músicas sertanejas de raiz e não abre espaço para o sertanejo romântico, a exemplo de duplas como Zezé de Camargo e Luciano, e cantores solo como Leonardo e outros do gênero. O locutor respondeu-nos que não tem nada contra esse tipo de música, mas a Rádio, desde a sua origem, mantém-se fiel às músicas no estilo do baião de Luiz Gonzaga e semelhantes, não divulgando em hipótese alguma o forró duplo sentido, até porque um dos principais objetivos da estação, como o próprio nome diz, é educar. Respeitamos a linha de programação da Rádio, mas entendemos que o sertanejo romântico e até mesmo o forró duplo sentido são instrumentos não somente de comunicação, mas também de educação, porque representam manifestações populares de um país de dimensões continentais como o Brasil, onde as diferentes culturas e posicionamentos antagônicos devem ser apreciados e discutidos. Carlos Henrique também apresenta, às 5 horas da tarde, o *Balanço do Nordeste*, no mesmo estilo do *Programa do Galinho*, e disse que esse gênero é uma das marcas da Educadora, que transmitiu nas décadas de 70 e 80 o Programa *Maranhão, Alegria e Baião*, com formato semelhante.

A Educadora leva ao ar, ainda com Carlos Henrique, às 6.30 da manhã, o *Jornal do Maranhão 1ª. Edição*. Trata-se de um informativo local, com editorial que aborda assuntos diversos, mas sob a ótica do pensamento da Igreja Católica. Nesse editorial, quando o tema pode despertar polêmica, a emissora abre o espaço para opiniões da comunidade, inclusive para opiniões contrárias aos religiosos, mas desde que não se refiram a questões que a Igreja considera fechadas e não admite sequer a discussão. Tomemos como exemplos as propostas de descriminalização do aborto, de criminalização da homofobia, de legalização da união

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 10.1.2011.

homossexual e da supressão do celibato dos padres. Essas posições demonstram que a Igreja e a Rádio impõem limites, além dos quais não é possível avançar, por mais democrática e plural que pudesse ser essa discussão.

Fizemos essa observação a um dos diretores da Educadora, frei Luigi Rota. Respondeu-nos que, em rádios de denominações evangélicas, a direção só aceita funcionários que professem a fé dessas denominações, o que, segundo o dirigente, não acontece na estação católica, que admite empregados dos mais diversos credos. A justificativa se revela infantil, porque busca confundir linha editorial, que o veículo não admite flexibilizar, com critérios de contratação de funcionários, que jamais poderiam ferir a liberdade de consciência e de crença. Se outras rádios ferem essa liberdade, desrespeitam princípio consagrado na Constituição Federal, o que não oportuniza qualquer mérito para quem se abstém de prática jamais admissível.

Depois do noticiário local, temos o *Jornal Brasil Hoje*, com geração nacional da Rede Católica de Rádio. Às 7.30 da manhã, outro noticiário, no gênero esportivo, o *Toque de Primeira*, sob o comando de Garcia Júnior, que também narra jornadas esportivas, aos sábados, a partir das 15.45 horas, dos estádios locais.

Silvan Alves é o titular, no horário de 8 às 11 horas, do *Roda Viva*. O programa é essencialmente jornalístico, com a prestação de serviços, reclamações das comunidades e espaço para direito de resposta dos dirigentes dos órgãos reclamados. A participação dos ouvintes é feita ao vivo, no estúdio, por telefone, pela Internet e nas ruas, com a equipe de reportagem externa. As externas ao vivo são feitas com a unidade móvel que transmite em UHF e também através de celulares. O apresentador diz que não são raras as ocasiões em que o prefeito de São Luís, João Castelo, e até mesmo a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, participam ao vivo do programa:

Nós sabemos que o prefeito e a governadora sempre que podem ouvem o programa. Até porque são tratados assuntos que interessam ao governo. Mesmo que não ouçam, os assessores ouvem e telefonam para rebater as críticas. Sabemos que é importante esse feedback e a Rádio é porta-voz dos mais humildes, mas também, de forma democrática, ouve os dirigentes que queiram se manifestar. O Roda Viva foi criado na década de 80 e já teve vários formatos, inclusive musicais. Mas hoje o principal é o jornalismo, que deve ser a característica do Rádio AM<sup>20</sup>.

Observa-se, porém, que os governos estadual e municipal canalizam verbas de publicidade para a Rádio. A emissora tece críticas a esses governos, mas dentro de limites

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 17.1.2011

tolerados pelo Poder. Exemplos: na época do ex-governador Jackson Lago<sup>21</sup>, que injetou recursos financeiros consideráveis na emissora, críticas mais contundentes ao governo não eram admitidas, contrariando as regras elementares do jornalismo, que deve abrir espaços para a divulgação de todas as informações, desde que apuradas. A mesma censura em assuntos sobre os quais o governo não admite controvérsias acontece atualmente, durante a gestão da governadora Roseana Sarney<sup>22</sup>.

De acordo com Canclini (2010:39), “o público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção”:

Não é possível afirmar que os meios de comunicação de massa, com ligação direta via telefone, ou que recebem os espectadores em seus estúdios, sejam mais eficazes que os órgãos públicos, mas fascinam porque escutam, e as pessoas sentem que não é preciso se ater a prorrogações, prazos e procedimentos formais que adiam ou transferem as necessidades.

Observamos que o ouvinte acredita que todas as suas reivindicações sejam divulgadas, quando de fato somente as manifestações toleradas pelos governos são aceitas. Para isso, há uma resposta padrão dos órgãos de comunicação, que dizem que a linha editorial do veículo é uma atribuição do próprio veículo, que dela não deve abdicar. Esta resposta, porém, não é repassada ao público, que continua acreditando que o rádio é um espaço aberto a quaisquer denúncias e pedidos.

Perguntamos ao apresentador como era feita a seleção de notícias oriundas da Internet. Recebemos a resposta de que essas informações são vistas com reserva, precisando ser filtradas, porque a Internet é, segundo ele, “uma terra sem lei”. Silvan Alves acrescentou que as fontes precisam ser checadas e que algumas coisas que a rede mundial de computadores divulga têm cunho ideológico.

O programa *Roda Viva* e, no todo, a Rádio Educadora se destacaram quando da cobertura da CPI do Crime Organizado, criada pela Assembléia Legislativa, nos primeiros meses de 1999, para investigar crimes que teriam sido cometidos por parlamentares, como lavagem de dinheiro, roubos de caminhões e de cargas e até assassinatos. A CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, resultou na cassação de mandatos e conseqüente prisão dos

---

<sup>21</sup> O ex-governador Jackson Lago governou o Maranhão no período de 1º/01/2007 até 16/04/2009, quando teve o mandato cassado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, tendo como sucessora a segunda candidata mais votada, nas eleições de 2006, Roseana Sarney.

<sup>22</sup> A governadora Roseana Sarney assumiu o governo do Maranhão em 16/04/2009, completando o mandato do antecessor, Jackson Lago. Concorreu nas eleições de 2010 e foi reeleita para um novo mandato, que teve início em 1º/01/2011, com término previsto em 31/12/2014.

deputados José Gerardo e Francisco Caíca, este considerado um executor das ordens de Gerardo. O ex-deputado José Gerardo até hoje cumpre pena na Penitenciária Agrícola de Pedrinhas, localizada na área rural de São Luís. Aqui um dado curioso: se não foi dito de forma literal, foi passada a idéia que, após a CPI, o crime organizado e o tráfico de drogas estariam definitivamente extintos, no Maranhão. Isto foi feito em doses homeopáticas, porque, desde o início das transmissões, os apresentadores e jornalistas procuravam demonstrar que, se a CPI fosse conduzida com a autonomia necessária, “tudo seria resolvido”.

*Rolando a Bola* é um noticiário esportivo local entremeado com comentários, apresentado por Fernando Sousa, a partir das 11 horas da manhã. O programa antecede o *Jornal do Maranhão 2ª. edição*, com o locutor noticiarista Tony Castro, ao meio dia. Às 12.30, o espaço é para a *Tribuna Sindical*, com o radialista e ex-presidente do Sindicato dos Comerciários Kleber Gomes. O apresentador, que já foi vereador e candidato derrotado nas últimas eleições para deputado estadual, diz que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso praticamente acabou com o sindicalismo no Brasil:

Hoje, os sindicatos estão sem força para pedir melhores salários e a bandeira de luta é evitar as demissões. O reajuste é apenas para o salário mínimo e, assim mesmo, de forma mínima. FHC destruiu a força dos sindicatos. Alguma coisa melhorou com o presidente Lula, mas muito pouco, em matéria sindical. O meu programa é basicamente informativo, e tento não transmitir o pessimismo que vejo nos dirigentes sindicais para os ouvintes e a classe trabalhadora<sup>23</sup>.

A *Tribuna Sindical* é um programa de mão única, porque apresenta a visão das classes proletárias, não admitindo opiniões contrárias. O sindicalismo operário encontra-se visivelmente em crise, porque a luta hoje é menos por salários e mais pela manutenção do emprego, na iniciativa privada. No entanto, não pode ser visto apenas como informativo, como sugere o apresentador. Se for jornalismo, consideramos opinativo.

Silvan Alves retorna às 13 horas com o *Comando Tático 560*<sup>24</sup>. Esse programa é jornalístico, mas somente com notícias e matérias policiais. Silvan Alves diz que as informações sobre crimes e tragédias atingem de forma direta o imaginário das pessoas:

O povo gosta desse tipo de informação, sobre crimes. Veja que quando acontece um assassinato, ou um acidente, com a vítima exposta, todos se dirigem para o local, uns poucos para ajudar e a grande maioria somente para ver. Eu também tenho um programa na TV Difusora, o Bandeira 2, que eu faço externas nas ruas e vejo que, quando acontece uma tragédia, todos querem ver. Esse é o motivo da grande audiência do Brasil Urgente, com o Datena, na TV Bandeirantes e do antigo Linha

<sup>23</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 20.1.2011.

<sup>24</sup> O número é uma alusão à frequência da Educadora, 560 kHz (kilohertz).

Direta, da Globo. Não é por acaso que os jornais impressos, quando querem vender, destacam os crimes e tudo que é ligado à Polícia<sup>25</sup>.

A informação do apresentador segue a ótica de uma grande parcela das estações de rádio e TV, segundo a qual, na busca da audiência, tudo vale. Sabemos que os programas sensacionalistas costumam ter um considerável público. Trata-se, no nosso entendimento, de uma visão mercadológica, que até pode ser aceita, mas em termos, porque deve ser considerada não somente a audiência, que representa lucro, mas também o interesse real da população. Não podemos esquecer que, entre os objetivos principais de uma rádio, previstos na legislação brasileira, está o de educar. No caso específico dessa rádio, não somente o nome, Educadora, mas principalmente a origem da emissora sugere finalidades bastante diferentes da simples busca da audiência e do conseqüente lucro.

O radialista Robson Júnior é o diretor-artístico da Rádio Educadora, e também titulariza o *Show de Rádio*, no horário de 14 às 16 horas, em parceria com o locutor Adilson Carlos. O estilo é de variedades, mesclando jornalismo, prestação de serviços e músicas. O ponto alto são entrevistas com cantores e artistas locais, mas também informa sobre o mundo artístico nacional. Como é próprio do rádio AM, faz entrevistas de rua com a população sobre os mais diversos assuntos. Robson Júnior nos diz que o *Show de Rádio* ainda trata de temas religiosos:

A Rádio Educadora é uma emissora da Igreja Católica e a sua programação tem por finalidade melhorar a vida dos seus ouvintes. O *Show de Rádio* é a própria Educadora. Uma síntese de tudo que a rádio faz, em duas horas de programa. O ouvinte não só ouve como fala através dos nossos microfones. A cultura local é divulgada. Falamos também dos problemas dos bairros, que exigem a atenção dos poderes públicos. E tudo isso com uma mensagem evangelizadora<sup>26</sup>.

Mais uma vez verifica-se que a propagada laicidade da Rádio fica comprometida. Fizemos ver ao apresentador que esse aumento dos assuntos religiosos se revelou mais acentuado a partir da redemocratização do País, e ele nos disse que, no início das atividades da Educadora, a prioridade era o combate ao regime ditatorial. Extinto esse mote, que, segundo o jornalista, foi um dos principais objetivos da criação da Rádio, a emissora pode se permitir abordar um número maior de temas que vão ao encontro dos interesses da Igreja Católica.

<sup>25</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 17.1.2011.

<sup>26</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 24.1.2011.

O programa *Emoções* vai ao ar logo depois do *Show de Rádio*, com músicas de Roberto Carlos e apresentação também de Robson Júnior. Apesar de as emissoras AM terem reduzido os seus programas musicais, este formato ainda tem espaço e segue uma linha que há mais de quarenta anos tem sido bem sucedida, com artistas conceituados, neste caso Roberto Carlos.

O *Balanço do Nordeste*, com músicas sertanejas de raiz e forró tradicional, vai ao ar a partir das 5 horas da tarde, com Carlos Henrique, o apresentador do *Galinho Maravilha*, das 5 horas da manhã. Tendo gênero semelhante ao programa matinal, o *Balanço do Nordeste* é ainda uma razoável fonte de faturamento para a Rádio: os avisos para o interior que, desde o início do rádio AM, no Brasil, garantiam o pagamento total da folha de funcionários, ou pelo menos uma grande parte dessa folha. Hoje em valores menores, porque em cada município existem várias estações AM, FM e comunitárias, além, é óbvio, da Internet, mas, no exemplo específico da Educadora, os avisos para o interior ainda são lucrativos, em razão de um detalhe técnico: trata-se da única rádio do Maranhão com 25 mil watts de potência que, aliados à frequência mais baixa do dial, 560 KHz, possibilitam a propagação, mesmo em Onda Média, para todo o Maranhão. Carlos Henrique diz que o locutor, ao ler esses avisos, precisa ter muita presença de espírito e capacidade de improvisação, porque muitas vezes são escritos a mão, pelos interessados:

Quando eu não entendo muito a letra, procuro ver o sentido do texto e muitas vezes improviso e, se o assunto permitir, dou um toque de humor, que a própria pessoa que manda o aviso gosta, como, por exemplo, o cidadão que comunicava aos pais que a esposa tinha ido embora com outro, mas que não deviam se preocupar com isso, porque ele, o marido abandonado, já estava com outra mulher e muito feliz. Eu até brinquei, dizendo: com certeza arranjou uma mulher mais nova. Pois não é que o dito cujo, que tinha cerca de cinquenta anos, foi na Rádio me dizer que era isso mesmo e apresentou a mulher que, além de bastante nova, em idade, era muito bonita<sup>27</sup>.

Depois do *Balanço do Nordeste*, Marcos Ferreira, ex-seminarista, apresenta *Gotas de Esperança*, às 6 horas da tarde. Durante muitos anos, as emissoras em amplitude modulada transmitiram, nesse horário, a *Oração Solene do Ângelus*, a *Ave Maria*. A Rádio Educadora levou ao ar esse tipo de programa desde a sua criação até os anos 2001, com o Monsenhor Benedito Estrela, hoje falecido. Atualmente a cargo de um apresentador não sacerdote, *Gotas de Esperança* é uma crônica semelhante, mas que também aborda os problemas do dia-a-dia, especialmente das comunidades de baixa renda. Além da reflexão, busca transmitir uma

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 10.1.2011.



mensagem de otimismo para essas pessoas e, no final, ao som da Ave Maria de *Gounod*, é feita uma prece a Deus. O programa tem a duração de 1 hora e antecede a rede obrigatória *A Voz do Brasil*. Após, retorna ao ar a equipe esportiva, comandada por Garcia Júnior, com o *Balanço Esportivo*, uma resenha com os principais assuntos esportivos do dia. Na seqüência, tem o *Curtindo a Fossa*, com músicas românticas, muitas em *flashback*, com José Raimundo Aquino. Esse programa já foi apresentado, também com esse nome e com o mesmo apresentador, em outra rádio AM de São Luís, a extinta Rádio Gurupi, hoje Rádio São Luís, nos anos 1970 a 1990. A fórmula não é nova porque um grande número de AM's, em todo o País, tem esse tipo de programa no horário noturno, mas sempre se revelou bem sucedida. Procura associar o carisma do apresentador às músicas. Esse carisma se baseia principalmente em uma antiga exigência para os locutores do rádio AM e que foi transposta para as demais rádios, inclusive as comunitárias: um belo timbre de voz.

Fraga (2005:62) destaca a importância da voz no rádio:

Como a fala é o principal instrumento da comunicação radiofônica, habilidades intrínsecas à função do apresentador permeiam a locução. Assim, observam-se múltiplos usos da voz - a vocalidade - demandando ênfase, inflexão, modulação, enfim, uma série de quesitos indispensáveis à construção do sentido e à materialidade das palavras. O uso apropriado das palavras implica no envolvimento do ouvinte no contexto da mensagem, da programação. É pela fala que o apresentador informa, diverte, dialoga e emociona.

O precursor foi o *Programa César de Alencar*, da velha Rádio Nacional do Rio de Janeiro, nos anos 40 e 50. A Rádio Educadora levou ao ar, nas décadas de 60, 70 e 80, o *Boa Noite Amor*, com Dionísio da Ponte, e a Rádio Timbira, também em São Luís, transmitia, nessa época, o *Timbira Faz Amigos: Tudo Dentro da Noite*. Em todos esses programas – poderíamos classificá-los de românticos – o principal atributo dos locutores é uma voz agradável. Os apresentadores acreditam que o gênero tenha boa receptividade, mas os institutos de pesquisa não costumam aferir a audiência na capital do Maranhão, a partir das 7 horas da noite, como justifica o radialista Fernando Júnior, proprietário do Instituto Escutec:

Não fazemos pesquisa porque, nesse horário, a partir das 7 da noite, a audiência no veículo rádio, principalmente AM, é reduzida, por causa da televisão. A não ser que seja encomendada uma pesquisa para esse horário, isto é, para depois das 8 horas, porque, às 7, tem o noticiário obrigatório *A Voz do Brasil*. Mas, até hoje, nem as rádios, nem as agências de publicidade pediram pesquisa de audiência em AM na parte da noite<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 28.1.2011

Às 10.30 da noite, é a vez do *Educadora Totalmente Livre*, com J.Kerly. O programa é multifacetário, com jornalismo, prestação de serviços, informações sobre trânsito, inclusive divulgando onde acontecem as blitz, áreas de congestionamento, notícias policiais, notas sobre festas e boates e também músicas variadas. Com 1 hora e 20 minutos de duração, o programa tem um custo razoável, com a unidade móvel de reportagem nas ruas. Os patrocínios muitas vezes não cobrem os gastos, de acordo com o apresentador J. Kerly:

Temos geralmente uma unidade móvel, com 1 repórter e 1 motorista, circulando em toda São Luís, além de um repórter se deslocando de táxi e utilizando o celular para fazer as matérias. Os valores não são baixos e, no período da noite, há uma dificuldade maior para se conseguir anunciantes, especialmente no rádio AM<sup>29</sup>.

Às 23.50, Frei Luigi Rota, diretor da Educadora, volta ao ar com a o *Boa Noite meu irmão*, uma mensagem que encerra a programação da Rádio. Até os anos 90, em São Luís, as emissoras costumavam sair do ar a zero hora e só retornavam às 5 da manhã. Hoje todas elas funcionam 24 horas. A Educadora, atualmente, no horário compreendido entre zero hora e 5 da manhã, transmite programas religiosos, gerados pela Rede Católica de Rádio. Segundo o diretor, esses programas, além de serem produzidos com boa qualidade, têm custo zero para a Rádio, que não teria recursos para bancar programas também durante a madrugada. O dirigente não disse, mas é óbvio que também atende aos interesses de incrementar a programação notadamente católica.

No sábado, há alterações. São mantidos os programas *Oração por um dia feliz* e *Galinho*, mas, a partir das 7 da manhã, temos o Padre Edivaldo Teixeira, com o *Caminhando com Maria*. O apresentador dá mais detalhes:

Alguns ouvintes acham que a Rádio tem programas religiosos demais. Mas, na minha opinião, isto não acontece. Veja que as emissoras evangélicas transmitem programas de sua denominação durante as 24 horas do dia. Até mesmo as músicas são obrigatoriamente evangélicas. Nós, não. A maioria dos programas da Educadora são laicos e as músicas não têm conotação religiosa. *O Caminhando com Maria* e a *Oração por um dia feliz* são os únicos religiosos, durante os sábados, que, somados, tem 1 hora e 5 minutos de duração. O meu programa, apesar de religioso, aborda os dramas dos mais humildes e busca apresentar-lhes soluções<sup>30</sup>.

O padre apresentador procura ressaltar que a Educadora tem apenas dois programas religiosos aos sábados. Um equívoco, quando acrescenta que o programa dele também é religioso. No mínimo seria mais um terceiro. Mas de fato é muito mais, porque toda

<sup>29</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 29.1.2011

<sup>30</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 30.1.2011

a programação da Rádio é entremeada de vinhetas, que destacam slogans como “*a Rádio do Povo de Deus*”, “*a emissora da família católica*” e outros, bem como informes esparsos, de interesse da Arquidiocese de São Luís.

O *Expresso Policial* é apresentado por Henrique Pereira, a partir das 8 horas. Divulga notícias policiais, mas, diferentemente do *Comando Tático*, dos dias úteis, e que é apresentado por Silvan Alves, às 13 horas, o *Expresso Policial* aborda mais especificamente informações do Sindicato dos Policiais. Tem também a finalidade de criticar a área de segurança do Governo, como diz Henrique Pereira:

A crítica é construtiva. Falamos aquilo que, na nossa visão, na visão do Sindicato dos Policiais, deveria ser feito e não se concretiza. Por exemplo: somos a favor de que menos policiais deveriam estar fazendo trabalhos burocráticos. Eles deveriam estar trabalhando na investigação. Os inquéritos se arrastam pela falta de pessoal. Enquanto isso, tem policial civil trabalhando até em portarias de repartições, enquanto muitos policiais militares, que deveriam estar nas ruas, no policiamento ostensivo, trabalham como seguranças, nas residências das autoridades <sup>31</sup>.

Esse programa, sendo patrocinado pelo Sindicato dos Policiais, não pode ser considerado isento, nos moldes jornalísticos, porque apresenta basicamente a opinião do Sindicato – principalmente dos seus dirigentes. Aparentemente é jornalismo investigativo, porque critica o governo. Mas dificilmente admite posições contrárias às idéias que emite.

Às 9 horas, tem o programa *Multisaúde*. Este é um programa patrocinado pelo Plano de Saúde Multiclínicas. Veicula informações do setor médico, fala sobre medicina preventiva e curativa. Esse patrocínio permite que a Rádio receba uma pequena contrapartida financeira e possa arcar com o custo patronal do plano de saúde dos seus funcionários e dependentes. Estes pagam um valor reduzido, cerca de 60 reais por pessoa, por mês, para ter acesso ao plano, que inclui internação hospitalar <sup>32</sup>. Aqui um dado positivo deve ser ressaltado: apesar de patrocinado por um plano de saúde e de transmitir informações do setor médico, o programa já criticou a paralisação de profissionais da área médica, muitas vezes em queda de braço com os planos de saúde, cujos aumentos abusivos também criticou, deixando claro que o grande prejudicado com tudo isso é o usuário, que paga caro e é mal atendido. Evidente que o patrocinador é poupado desses comentários! Também seria muito pedir conduta diferente!

Às 10 horas, o programa *Educação a serviço da vida* aborda o tema Educação com o objetivo de melhorar a vida das comunidades, especialmente das mais humildes. São

<sup>31</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 31.1.2011

<sup>32</sup> Informações fornecidas pelo diretor da Rádio, Frei Rota, ao pesquisador, em 4.1.2011.

veiculadas informações básicas de higiene, primeiros socorros, providências a serem tomadas em casos de calamidades como enchentes, desmoronamentos e outras. O programa é apresentado por Robson Júnior. Na seqüência, outro programa educativo, *Educação é Notícia*, com a equipe do Colégio Santa Teresa, uma escola confessional, mantida pelas Irmãs Dorotéias, e que também aborda temas ligados ao catolicismo.

O *Maranhão Cultural* vai ao ar a 1 hora da tarde, aos domingos, com Herbeth Pereira. De acordo com o apresentador, o formato aborda manifestações culturais da Ilha de São Luís e dos principais municípios do interior do Estado:

O Maranhão é um estado rico em manifestações culturais. Somente em São Luís, além do carnaval, temos os festejos juninos com as quadrilhas, o bumba-meu-boi, o tambor de crioula, a dança do cacuriá e outros. Na cidade de Alcântara temos a Festa do Divino. Praticamente todos os municípios têm uma Secretaria de Cultura ou, no mínimo, um órgão que trata desses assuntos. O programa também é um espaço para que os organizadores dos eventos culturais exponham suas dificuldades em viabilizar esses eventos e nós levamos essas reivindicações a quem pode atendê-las, geralmente os órgãos públicos do Estado e dos municípios<sup>33</sup>.

Herbeth Pereira acrescenta que a própria Rádio tem dificuldades para obter patrocínios para o programa, e que tanto o Estado quanto a Prefeitura de São Luís não se dispuseram a firmar parcerias, nesse sentido, com a emissora. Citou como exemplo desse descaso o fato de a Prefeitura de São Luís ter contratado a cantora Daniela Mercury, por cerca de oitocentos mil reais para se apresentar na festa do aniversário da cidade, enquanto deixa dormindo na burocracia um projeto de patrocínio para o programa *Maranhão Cultural*, no valor de dez mil reais por mês.

Às duas horas da tarde, o *Trem das Ceb's*, com César Soeiro, dirige-se às comunidades eclesiais de base. São comunidades rurais que, desde o início das transmissões da Educadora, se tornaram seu público alvo. Naquela época, a Rádio distribuía, a essas comunidades, rádios cativos, pequenos aparelhos programados para captar somente a sua frequência, porque, nos anos 60, os lares mais pobres não tinham recursos sequer para adquirir os rádios. Durante o regime militar, as *ceb's* eram consideradas organizações de esquerda.

Às 3 da tarde a equipe da Renovação Carismática Católica apresenta o programa religioso *Preparando o Dia do Senhor*, e às 4 da tarde é a vez da *Jornada Esportiva*, com equipe comandada pelo narrador Garcia Júnior. O término da programação dos sábados fica

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 01.02.2011.

com Herbeth Pereira, a partir das 9 da noite, com o *Eu, você e o amor*, no gênero de músicas românticas com mensagens e poemas.

Aos domingos, a Educadora abre mais espaço para os programas religiosos, levando ao ar, às 6 da manhã, com Luís Antônio, *Nas ondas do Sagrado Coração de Jesus*; depois, às 7 horas, a *Santa Missa em seu Lar*, transmitida do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, no Monte Castelo, e às 8.30, a *Pastoral Familiar em Ação*. Às 9 e meia da manhã, o *Mundo Infantil*, com Anizete Sousa.

Robson Júnior entra no ar, às 10.30 da manhã, com *Minha Vida, Minha História*. O apresentador diz que, quando o programa foi criado, as entrevistas eram apenas com pessoas do rádio e da televisão, mas hoje esse leque foi ampliado:

Verificamos que não podíamos limitar os depoimentos apenas às pessoas do meio artístico, porque há muitas outras com histórias de vida de interesse geral. Hoje ouvimos todos os segmentos sociais. Essas entrevistas são digitalizadas e servem de fonte para pesquisadores. Um exemplo: há cerca de 8 anos, gravamos um programa com o produtor, diretor e ator de teatro Reynaldo Faray, que foi também proprietário da primeira academia de ballet de São Luís e dirigiu a primeira televisão do Maranhão, em 1963, quando tudo era ao vivo. Reynaldo Faray já faleceu, mas essa entrevista serve até hoje como fonte de pesquisa para diversas monografias de universitários<sup>34</sup>.

O programa *Reminiscências Esportivas*, apresentado por Walber Martins, o Canarinho, vai ao ar a partir das 13 horas, seguido das coberturas esportivas. Canarinho é o mais antigo narrador e comentarista esportivo do Maranhão. Ele diz que as reminiscências mostram uma época em que o futebol era mais valorizado:

Nós tínhamos dois estádios pequenos, em São Luís, o Nhozinho Santos e o Santa Isabel, mas as arquibancadas ficavam lotadas, nos dias de jogos, porque as torcidas compareciam para vibrar pelos seus clubes. Hoje temos um grande estádio, o Castelão, que é pouco utilizado, até porque fica vazio, e o Nhozinho Santos, que é menor e também tem pouca afluência de público. O Estádio Santa Isabel não existe mais. Lá foi construída uma das sedes da Igreja Universal<sup>35</sup>.

O encerramento da programação dominical fica por conta do *Eu, você e o amor*, com Herbeth Pereira, a partir das 9 e meia da noite e até zero hora.

<sup>34</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 07.02.2011.

<sup>35</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 07.02.2011.

## 2 O ESTADO APENAS TOLERA O RADCOM

### 2.1 Comunitárias: regularização para punir as clandestinas

Nos anos 1960 começaram no Brasil as primeiras experiências de radiodifusão comunitária, mas o conceito de rádio comunitária, como hoje é entendido, surgiria somente em 1990. Em 1993, durante o 1º Encontro Nacional de Rádios e Televisões Comunitárias, em São Paulo, foi criada a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), para representar essa categoria de rádios e também como resultado das demandas populares por esse tipo de serviço (Leal, 2007:392). O termo rádio comunitária, porém, só seria institucionalizado em novembro de 1995, no 1º Encontro Nacional de Rádios Livres e Comunitárias, no Rio de Janeiro (Peruzzo, 1999:252).

No site do Ministério das Comunicações, está a definição de rádio comunitária:

É um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km, a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.

A legislação brasileira que trata das rádios comunitárias determina que essas emissoras sejam laicas e se abstenham de fazer qualquer tipo de proselitismo, o que impediria que tivessem qualquer vínculo com denominações religiosas e/ou com partidos políticos. A radiodifusão comunitária é regida pela lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 e, como determina o seu artigo 1º:

[...] denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. (Brasil, Lei 9.612)

O mesmo diploma legal, em seu artigo 3º, enuncia as finalidades da radiodifusão comunitária:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. (Brasil, Lei 9.612).

É importante observar que, se todas essas finalidades fossem cumpridas, teríamos de fato uma mídia democrática.

Ocorre que a legislação que disciplina o funcionamento das rádios comunitárias é extremamente restritiva, a começar pela potência das emissoras, de 25 watts, com sistema irradiante até 30 metros. A lei 9612/98 é regulamentada pelo decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

Conforme Araújo (2004), o decreto regulamentador reduz ainda mais a área de abrangência das comunitárias. Isto porque, em seu artigo 6º, o decreto limita a cobertura dessa emissora a uma área igual ou inferior a mil metros, a partir da antena transmissora, para atender à comunidade situada em um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte.

Em relação ao conceito comunidade, há divergências entre o que preceitua a regulamentação e aqueles que defendem uma radiodifusão comunitária mais acessível. Para estes, a comunitária deveria atender àqueles que não têm acesso aos outros veículos, especialmente às rádios convencionais ou comerciais, não devendo estar limitada a espaços geográficos como um bairro. Essas pessoas defendem, por exemplo, uma rádio que atenda aos índios, aos negros, aos homossexuais, aos portadores de necessidades especiais e outros. Nessa hipótese, porém, entendemos que não seria uma rádio para comunidades delimitadas e sim para grupos bastante numerosos, aos quais não se aplicariam, pela sua amplitude, os objetivos do radcom. Há um outro questionamento e diz respeito às rádios comunitárias que têm programações semelhantes às rádios convencionais, inclusive veiculando publicidade e alugando espaços da programação. Araújo (2004:74) também critica os superpoderes que o decreto 2.615/98 confere à Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, quando atribui a esse órgão a prerrogativa de designar “um único e específico canal na faixa de frequências do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para atender, em âmbito nacional, ao Serviço de que trata este Regulamento”.

Para aumentar ainda mais as dificuldades de sobrevivência de uma rádio comunitária, a veiculação de patrocínios só é permitida mediante a forma de apoio cultural e esse apoio limita-se aos estabelecimentos localizados na área de cobertura da emissora.

Ressalte-se que, no apoio cultural, o máximo que pode ser divulgado é o nome do anunciante e o seu *slogan*. Obviamente que serão pouquíssimos os clientes que se contentariam com propaganda tão limitada. Aqueles que defendem esse limite argumentam que as rádios comunitárias não têm fins lucrativos. Mas, apesar de não visarem o lucro, até porque essas rádios não têm – ou pelo menos não devem ter – donos ou sócios, porque pertencem à comunidade, representada por uma associação de moradores ou fundação equivalente, com certeza têm despesas, que não são poucas.

Polivanov (2008:117) diz que é controversa a proibição legal de as comunitárias venderem horários para os interessados em ter um programa de rádio ou para comerciantes que queiram divulgar seus produtos ou serviços:

Por um lado, é bastante compreensível que haja essa proibição, já que a venda do horário impede os que não podem pagar de ter seu programa ou seu produto/serviço na Rádio. Por outro lado, de acordo com a lei, só sobra às rádios comunitárias a possibilidade de se sustentarem com base em doações de entidades sociais, o que, como se sabe, é muito difícil, ainda mais tendo em mente que as radcoms estão ligadas a movimentos populares e grande parte se localiza em bairros cujos moradores têm baixo poder aquisitivo.

O Ministério das Comunicações faz vista grossa a essa proibição, porque, na prática, os fiscais da ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações, dificilmente lavram termos de infrações pela venda de horários ou veiculação de comerciais nas comunitárias.

As rádios comunitárias também não podem estabelecer redes, “exceto em situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como a transmissão obrigatória dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definida em leis”, como preceitua o artigo 16 da Lei 9.612/98. O dispositivo impede as estações que exploram o radcom não somente de integrarem redes de transmissão entre si, mas, também, de retransmitirem programas de rádios não comunitárias, com exceção do permissivo legal<sup>36</sup>. Dessa forma, nem mesmo uma retransmissão de final de copa do mundo, com a participação do Brasil, é permitida.

De acordo com Araújo (2004: 95)

Enquanto a função de dominação se dá pela imposição de um sistema de leis e normas e pelo uso da força, através dos meios de coerção (polícia, exército, sistema carcerário etc.), a hegemonia é exercida pelos organismos privados da sociedade civil, numerosas organizações constituídas no âmbito não estatal que elaboram ou difundem ideologias. É preciso ainda colocar que sociedade civil e sociedade política não estão apartadas, cada uma exercendo uma função específica na estrutura do Estado.

<sup>36</sup> O permissivo legal diz respeito às redes obrigatórias de rádio, onde se incluem as transmissões do informativo A Voz do Brasil, dos pronunciamentos de autoridades e dos programas dos partidos políticos.



É preciso observar ainda que a ABERT, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que tem em seus quadros proprietários e/ou dirigentes de emissoras comerciais, tem feito uma campanha sistemática pela grande mídia, contra a radiodifusão comunitária. Nessa campanha, a ABERT enfatiza que “rádio pirata é crime”, mas inclui como rádios piratas todas as comunitárias que ainda não se encontram com seus processos de outorga totalmente liberados. A liberação da outorga é um processo extremamente lento, burocrático e caro, de acesso difícil para as estações realmente comunitárias, que não possuem recursos para o acompanhamento dos trâmites e nem para fazer *lobby* junto ao Executivo e ao Legislativo, que têm a competência para autorizar as concessões.

Em novembro de 2004, Heloísa Buarque de Hollanda organizou um seminário sobre cultura e desenvolvimento, no Centro Cultural Banco do Brasil. No seminário, Sebastião Santos (2005) enfatizou que a comunicação não deve ter quaisquer limites impostos pelo Estado, nem mesmo na radiodifusão, e que a Constituição garante esse direito. A palestra foi depois publicada em livro:

Falo da prática garantida na Constituição brasileira, apenas violada e desrespeitada pelos que se sentem donos do ar, por onde trafegam as vozes dos bons e maus, de justos e injustos, mas, sobretudo, por onde trafegam as vozes dos que não querem e não vão calar! (SANTOS, 2005: 178).

Aqui, cabem algumas considerações sobre o que seriam as rádios piratas, as rádios clandestinas e as rádios livres, em contraposição às rádios comunitárias:

A denominação pejorativa de rádios piratas, em alusão aos piratas dos navios, foi utilizada nos anos 60 do século passado, para as emissoras que transmitiam na costa britânica, mas fora do controle das águas territoriais das duzentas milhas. Eram operadas por pessoas que não aceitavam o monopólio estatal da radiodifusão inglesa. Quando foram lacradas, houve protestos da juventude que, em represália, colocou no ar, não nos navios, mas em terra, várias estações clandestinas. No Brasil, o termo pirata é aplicado para todas as rádios que estejam transmitindo sem autorização do Ministério das Comunicações. Os fiscais da ANATEL também consideram ilegais as que possuem licença do governo para funcionar, mas operam acima da potência permitida.

As rádios clandestinas normalmente estão localizadas em países com governos ditatoriais e transmitem mensagens e palavras de ordem contra esses governos, onde a liberdade de expressão é inexistente. Para evitar a criação de rádios clandestinas esquerdistas, a ditadura militar de 1964 criou o decreto 236, mas como as esquerdas daquela época não

fizeram transmissões de rádios clandestinas, esse decreto ainda hoje é aplicado para punir os que colocam no ar rádios comunitárias não legalizadas.

Em que medida as emissoras comunitárias suportam as determinações legais, do ponto de vista do conteúdo? Ao desrespeitar as leis, as comunitárias passariam a equivaler às comerciais, prejudicando os conteúdos? Também precisamos saber se os conteúdos correspondem aos formatos.

As rádios livres se apóiam na liberdade de expressão prevista na Constituição Federal de 1988 e no Pacto de São José da Costa Rica<sup>37</sup>. Do ponto de vista legal, essa previsão constitucional de liberdade de expressão não é aceita pelo Estado brasileiro para a operação das chamadas rádios livres, mas há decisões judiciais fundamentadas nesse dispositivo, que garantem a sua manutenção.

Como demonstram os conceitos acima, a radiodifusão comunitária em nada se pode comparar às rádios piratas, clandestinas e livres, apesar de campanhas movidas pelos proprietários e dirigentes das emissoras comerciais, no sentido de comparar as comunitárias com as rádios ilegais, de forma a estabelecer uma falaciosa semelhança entre elas.

Para Polivanov (2008:83-84), a regularização das comunitárias não somente acaba com o constrangimento que sofrem, em razão da ilegalidade, mas, principalmente, confere a essas rádios a legitimação que necessitam para poderem interagir com as comunidades:

Um aspecto que nos parece fundamental é o fato de que as rádios que não possuem outorga do governo para funcionar, que representam a grande maioria, não são, portanto, institucionalizadas. São consideradas todas clandestinas ou ilegais igualmente, não importando se contribuem para a melhoria de condições sociais e/ou educacionais da “comunidade”. Mais importante ainda é perceber que a importância da legalização das rádios se dá não só porque ela acaba com os fechamentos por parte da ANATEL, mas principalmente porque ela confere um poder de fala e um caráter oficial que legitimam a sua existência (Polivanov, 2008:83-84).

Opinamos que as comunitárias não legalizadas não podem ser consideradas clandestinas, categoria que seria mais adequada ao exemplo apresentado a seguir:

Beto Almeida, *Jornal do Jornalista*, 1998:04, *apud* Araújo (2004:70), narra um fato ocorrido durante a Revolução Cubana de 1959, relacionado com uma rádio, na época, clandestina:

Quando o “comandante” Ernesto “Che” Guevara subiu a Sierra Maestra, para deflagrar a luta armada, levou, além do arsenal bélico e dos ideais socialistas, uma outra arma fundamental. Amarrado no lombo de um cavalo, subia a serra um

<sup>37</sup> O Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica desde 1992.

pequeno transmissor que mais tarde viria a ser o coração da Rádio Rebelde, emissora do Exército Rebelde de Cuba, que iniciou suas transmissões na manhã de 29 de dezembro de 1958 com a seguinte mensagem: “Para a tranquilidade dos parentes na América do Sul e da população cubana, lhes garantimos que Ernesto Che Guevara está vivo e na linha de tiro, e muito em breve tomará a cidade de Santa Clara.

Torres (2010), citando Márcia Vidal Nunes, diz que, segundo a autora, no Estado do Ceará existem quase quatrocentas emissoras ditas comunitárias, das quais apenas 10% são realmente comunitárias, com gestão coletiva, programação plural e participação popular efetiva, em todas as instâncias.

Torres (2010:255-256) acrescenta que:

Na opinião da autora, essas emissoras autenticamente comunitárias são fundamentais para a vida dessas comunidades onde surgiram, pois, além de servirem a inúmeros interesses coletivos – serviços de utilidade pública, tais como coleta de contribuições para o enterro das pessoas, localização de meninos perdidos, recados, chamadas telefônicas etc. – contribuem para o processo de organização e para ampliação do nível de consciência política da comunidade.

Ainda de acordo com Torres (2010), é grande o número de emissoras clandestinas, que se autodenominam comunitárias, em razão de operarem com a potência de 25 watts, ou pouco acima desse limite, terem programação cultural e sem fins lucrativos.

Para Sardinha (2004: 226), *apud* Torres (2010: 256), essas emissoras,

Não possuem qualquer autorização para o seu funcionamento, sob o argumento de que não necessitariam prévia autorização por parte do Poder Público, uma vez que uma eventual proibição afrontaria o dispositivo do artigo 5º, inciso IX, da CF/88, que estabelece a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Torres (2010:262) critica as emissoras comunitárias que, mesmo legalizadas e operando na potência estabelecida, têm procedimento igual ou semelhante ao das emissoras comerciais. Referindo-se a Cláudia Ruas, na obra “Rádio Comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local”, diz que a autora, em sua pesquisa, comprovou que os ouvintes das comunitárias por ela investigadas, “em sua maioria, participavam pouco, e quando participavam, chamavam apenas para pedir músicas e as oferecer a alguém”.

De acordo com Ruas (2004:152), *apud* Torres (2010:262),

No caso das rádios comunitárias, a participação popular deveria ser entendida e exercida como um todo, de forma completa, desenvolvendo os três níveis primordiais de participação: decisões, execução e verificação de resultados. Mas

participação não é algo que se possa impor à comunidade. Trata-se de um processo de conscientização, de desenvolvimento da consciência. Uma aprendizagem e, conseqüentemente, uma conquista.

Araújo (2004) buscou saber em que medida as rádios comunitárias poderiam se constituir em espaço de democratização do saber. Relacionou as principais emissoras comunitárias situadas na Região Metropolitana de São Luís, que abrange os municípios de São Luís (capital do Estado do Maranhão), São José de Ribamar e Raposa. O pesquisador justificou a escolha das comunitárias situadas na Região Metropolitana, em razão de essas estações serem as principais geradoras ou retransmissoras do radcom, no Maranhão. Mas registrou também que, em todos os 217 municípios maranhenses, existem rádios que operam em baixa potência, algumas legalizadas e enquadradas na condição de comunitárias, e a grande maioria funcionando irregularmente, do ponto de vista da legislação.

Na listagem a seguir, extraída da dissertação de Araújo, estão as emissoras situadas na Região Metropolitana, com autorização ou não do Ministério das Comunicações, sendo que os nomes em negrito correspondem às rádios que possuem autorização do Executivo, homologada ou não pelo decreto legislativo.

MUNICÍPIO	RÁDIO/LOCALIZAÇÃO /FREQUÊNCIA	SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO
São Luís	Conquista, bairro Coroado (95,5 Mhz)	Religiosa (católica, evangélica e religiosidade afro-brasileira), musical (forró “pé de serra”, MPB, reggae, balanço, rock, pagode, especial Roberto Carlos, romântica e recordações), programa infantil, revista radiofônica (notícias, entrevista, entretenimento e prestação de serviço), programas voltados para os temas etnia e gênero e cultura maranhense.
São Luís	<b>Ilha do Amor</b> , bairro Cohab (106,3 Mhz)	Musical comercial.
São Luís	<b>Bacanga</b> , bairro Anjo da Guarda (106,3 Mhz)	Religiosa (católico e evangélico), jornalismo comunitário (principal marca da programação), “Cultura e Cidadania” (informativo e denúncias sobre os problemas da comunidade: lixo, iluminação pública, segurança, situação das escolas e feiras da Área Itaquí-

		Bacanga), programas voltados para portadores de necessidades especiais, questões de gênero e etnia, programa infantil, esportivo e musical (todos os estilos, com ênfase na valorização da cultura local).
São Luís	Descobrimdo o Saber, bairro Sacavém (106,1 Mhz)	Religiosa (católica e evangélica), programa infantil e voltado para a juventude, musical (samba, reggae, rock, forró, seresta, MPB), revista radiofônica (música, entrevista, informação, opinião, prestação de serviço), esporte, valorização da cultura local, jornalismo e questões de gênero.
São Luís	Olímpica, bairro Cidade Olímpica (100,5 Mhz)	Religiosa (católica e evangélica), jornalismo comunitário, prestação de serviços, esporte, musical (todos os estilos, com destaque para o reggae).
São Luís	Líder, bairro Cidade Olímpica (89,1 Mhz)	Musical (valorizando a produção local) e entrevista (aos sábados) abordando temas de interesse da comunidade.
São Luís	Nova, bairro Turu (89,9 Mhz)	Musical comercial.
São Luís	Jerusalém, bairro Ipase (104,1 Mhz)	Música gospel e proselitismo religioso.
São Luís	Manancial, bairro Vinhais (103,5 Mhz)	Música gospel e proselitismo religioso, mas a emissora veicula notícias de hora em hora.
São Luís	Geração, bairro Cohatrac (107,7 Mhz)	Religiosa (católica e evangélica) e musical.
São Luís	Super, bairro Vila Luizão (101,5 Mhz)	Religiosa (evangélica e católica), musical (com programas específicos de hip hop, capoeira e reggae) e entrevista (aos sábados). Pulveriza na programação informes sobre as organizações da comunidade (Clube de Mães, União de Moradores etc.)
São Luís	Itapeua, bairro Cohatrac (93,5 Mhz)	Religiosa (católica e evangélica) e musical.
São José de Ribamar	Tropical, bairro Cruzeiro (104,7 Mhz)	Religiosa (católica e evangélica), musical, humor, esporte (aos domingos, a emissora faz a cobertura dos jogos do campeonato municipal), prestação de serviços e utilidade pública.

São José de Ribamar	Verdes Mares, bairro Moropóia (106,3 Mhz)	Predominância musical. Não existe programa específico (direcionado a um público), à exceção do reggae. O conteúdo informativo e a prestação de serviços são pulverizados em meio à programação musical.
São José de Ribamar	Sociedade, bairro Cidade Alta (101,9 Mhz)	Religiosa (católica e evangélica), musical, prestação de serviços e utilidade pública.
São José de Ribamar	Nova Aliança, bairro Santa Efigênia (93,1 Mhz)	Evangélica, utilizando o principal programa para prestar assistencialismo à comunidade.
Paço do Lumiar	<b>Cultura</b> , bairro Maiobão (106,3 Mhz)	Musical comercial.
Raposa	<b>União</b> , bairro Itapeua (106,3 Mhz)	Musical comercial.

Fonte: Araújo, 2004: 160.

As três primeiras rádios comunitárias da Ilha de São Luís foram a Bacanga, a Conquista e a Cultura. Para nosso segundo objeto de estudo, poderíamos ter escolhido a Conquista, em razão das diversas lutas que travou para manter-se no ar, mas deixamos de fazê-lo porque, apesar dos esforços para obter a legalidade, estes não foram exitosos e a Rádio opera hoje somente pela Internet. Os fiscais da Agência Nacional de Telecomunicações lacraram essa emissora por seis vezes. Foram abertos dois processos contra os dirigentes, o conselheiro tutelar João Batista de Sousa e o engenheiro civil Magno Cruz, que também faziam parte da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Magno Cruz foi condenado ao pagamento de multa e à prestação de serviços comunitários.<sup>38</sup> Uma das fundadoras e diretoras da Conquista, Márcia Maria Fênix, é líder feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres. A emissora recebeu o apoio cultural e logístico do Centro de Cultura Negra do Maranhão, onde foram realizadas as reuniões que antecederam a criação da Rádio e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços, entidade ecumênica que dá suporte a organizações da sociedade civil. Em 2004, os fiscais fecharam a Rádio Conquista e confiscaram todos os equipamentos. A emissora voltou a funcionar dois meses depois, através de liminar concedida pela Justiça Estadual. Desde outubro de 2010, está fora do ar, porque não conseguiu a concessão e nem renovar as liminares judiciais que permitiam mantê-la em funcionamento.

<sup>38</sup> A Conquista, situada no bairro Coroadinho, começou a funcionar em 1999.

Também deixamos de escolher a comunitária eletronicamente melhor aparelhada, Rádio Cultura, hoje legalizada<sup>39</sup>, porque a sua programação é feita nos moldes comerciais e divulga como jornalismo matérias que interessam mais aos interesses dos clientes. Para completar, aluga espaços de sua programação para apresentadores, que os revendem aos anunciantes, o que contraria os preceitos da radiodifusão comunitária. De acordo com Mendonça (2002: 34), o hibridismo entre jornalismo e publicidade pode ser percebido claramente em momentos em que os interesses econômicos envolvidos transformam publicidade em fato jornalístico de interesse para o público leitor-consumidor. A democratização do rádio é um assunto que requer ampla discussão, e as rádios comunitárias vieram também com esse propósito, enquanto as AM's passaram por diversas transformações, até para justificar a sua manutenção como veículos que estão a serviço da sociedade.

Gomes (2007:75) reconhece a existência de um canal híbrido entre as emissoras tradicionais em amplitude modulada e as comunitárias, considerando que alguns elementos daquelas são incorporados por estas. E acrescenta:

[...] as rádios comunitárias recorrem a uma série de peculiaridades que acabam redefinindo princípios tradicionais que (re)configuram o radiojornalismo. Como não há a obrigatoriedade do uso de manuais para padronizar a forma de produzir o discurso a ser veiculado, encontramos aspectos dispersos em variadas emissoras. Há aquelas que tentam ser mais fidedignas ao modo de fazer das rádios tradicionais e outras que frisam a predominância de construções independentes na sua produção.

As comunitárias, porém, foram criadas principalmente para prestarem serviços às comunidades onde estão inseridas. Mas a forma da prestação desses serviços é muitas vezes questionada pelas comunidades, como diz Nunes (2001:238)

Procurando reproduzir a programação das emissoras comerciais, apresentando uma composição comunitária artificial, reunindo associações comunitárias forjadas em sua maioria pela ação de agentes de propaganda eleitoral, essas emissoras, indevidamente chamadas comunitárias, se apropriam do espaço comunitário, privatizando a dimensão pública que deve ser um espaço coletivo de articulação, de organização e de conscientização política das comunidades, que não dispõem de instrumentos de comunicação próprios.

---

<sup>39</sup> A Cultura iniciou suas transmissões em 2002 no bairro do Maiobão, apenas com uma decisão judicial autorizando sua instalação.

Emissoras tradicionais, apesar de disponibilizarem espaços para a manifestação popular, são operacionalizadas em um contexto tão amplo, que se distanciam dos receptores para os quais se dirigem. As comunitárias se propõem a esse contato mais imediato, a fim de estabelecer o *feedback* emissor – receptor – emissor. Na prática, porém, esse *feedback* muitas vezes não se completa.

## 2.2 Rádio Comunitária Bacanga: programação alternativa

Escolhemos a Bacanga não somente por ter sido a primeira comunitária de São Luís<sup>40</sup>, mas também porque, entre as três primeiras, é a única que transmite uma programação voltada para as comunidades que estão em sua área de abrangência. Além de músicas, trata de assuntos culturais, como cidadania, direitos da mulher, violência doméstica, campanhas em defesa de grupos historicamente discriminados como negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais e idosos, campanhas educativas, de prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis e a dengue, bem como de conscientização de crianças e adolescentes contra o uso de drogas. Os trabalhos normalmente são feitos em parceria com órgãos do governo do Estado e da Prefeitura de São Luís, além de empresas situadas na área, como a Vale e a Alumar. É uma emissora que se apresenta como laica, mas transmite a missa aos domingos e a Via Sacra, durante a Semana Santa, que grupos teatrais da área Itaqui-Bacanga encenam há mais de trinta anos. Foi fechada 5 (cinco) vezes pela Agência Nacional de Telecomunicações e pela Polícia Federal, antes de receber a concessão do Ministério das Comunicações, o que só ocorreu em 2002. Considerada como um órgão de utilidade pública, pela Câmara Municipal de São Luís.

De acordo com informações do site da emissora,

É uma Rádio em FM com algumas características de AM e a essência dos movimentos sociais. Além da programação musical, há vários temáticos, como brincadeira de criança, coisas de mulher, cultura e cidadania, lutando pela comunidade, os religiosos. As coberturas ao vivo como as eleições, transmissão da missa (aos domingos), Via Sacra (segundo maior evento do Brasil ao ar livre), Festas Juninas (tradição do Maranhão no período das festas de São João), Aniversário do Anjo da Guarda (Bairro sede da emissora e com projetos futuros para cobertura também em outros bairros da área Itaqui-Bacanga). <http://www.radiobacangafm.com.br/>

---

<sup>40</sup> A Bacanga iniciou suas atividades em 1998, mas só obteve a concessão do Ministério das Comunicações em 2002.



A Rádio apresenta-se como laica, mas tem programas religiosos, até porque, de acordo com o diretor geral, Luís Augusto<sup>41</sup>, as diversas denominações religiosas da área Itaqui-Bacanga solicitam espaços. Como é impossível atender a todos esses credos, faz a seleção considerando o maior número de adeptos e os benefícios que as denominações trazem para a população mais humilde. Não é cobrada taxa de aluguel do horário, porque, ainda segundo o diretor, se o critério de acesso fosse o pagamento, a estação veicularia somente programas evangélicos. A equipe é composta por mais de 50 pessoas, e a quase totalidade reside na área.

A programação da Bacanga tem início às 6.30 da manhã, com o próprio diretor-geral Luís Augusto apresentando o *Acordando na Bacanga*, com as primeiras informações do dia, música popular brasileira e música maranhense. Para Luís Augusto, uma emissora comunitária deve priorizar essas músicas:

O público gosta de música brasileira e música nossa, do Maranhão. São muitos os pedidos dos ouvintes e os comerciantes locais querem dar o apoio cultural a esse programa. Diversas pessoas costumam vir à Rádio, trazendo o seu CD, de música maranhense, pedindo para ser rodado<sup>42</sup>.

As notícias chegam até a Rádio pela Internet e pelos jornais impressos, nacionais e locais.

O cantor, compositor e representante do movimento rap, na área Itaqui-Bacanga, MC Alcino apresenta o programa *Na Comunidade*, constituído de variedades, música jovem, abrindo espaço para informações, utilidade pública e prestação de serviços. A prevenção contra as drogas e o mundo do crime é dirigida especialmente a crianças e a adolescentes, procurando ainda despertar a atenção dos pais para o problema. MC Alcino diz que é importante pedir a atenção dos pais:

O jovem que passa a consumir drogas ou começa a se envolver em delitos, que no começo são pequenas infrações, dá sinais, mas os pais não percebem. O rendimento escolar fica mais baixo, a higiene é deixada de lado, o rapaz não dialoga mais com os pais, as amizades passam a serem outras. Nós chamamos a atenção dessas evidências. Os pais, muitas vezes, estão envolvidos com o próprio trabalho e com seus problemas que não percebem, ou não querem perceber<sup>43</sup>.

O apresentador costuma levar, ao programa, jovens em processo de ressocialização ou em tratamento para livrarem-se do vício das drogas, para que apresentem o

<sup>41</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 08.02.2011

<sup>42</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 08.02.2011

<sup>43</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 10.02.2011

seu depoimento, que servirá de exemplo a fim de evitar que outros jovens percorram esse caminho.

O procedimento vai mais além: na maioria das vezes, os jovens em tratamento contra o consumo de drogas estão desempregados. O apresentador contata com dirigentes de firmas das comunidades próximas, no sentido de obter-lhes um trabalho. Algumas vezes logra êxito. Informou-nos que, em cada dez rapazes e moças em processo de recuperação, consegue inserir um no mercado de trabalho. Considera um avanço, mesmo nas ocasiões em que esse percentual é menor.

Polivanov (2008:134) manifesta que os sujeitos se organizam através das rádios comunitárias, para, no discurso e na matéria, fazerem reivindicações comuns.

Para tal, são de extrema importância tanto a articulação com outros movimentos que têm perfis e objetivos semelhantes, que fortaleceriam e dariam mais “peso” às lutas, quanto a prestação de serviços para as pessoas da “comunidade”, uma vez que isso reforça os sentimentos de solidariedade, ajuda mútua e contribui, em última instância, para a construção de uma “comunidade” unida, e, portanto, mais forte.

Valmarley Pinto é o diretor de programação da Bacanga FM. É ainda o homem dos 7 instrumentos da estação. Opera a mesa de transmissão, grava as vinhetas e os comerciais, faz a grade de programação e pequenos reparos nos equipamentos. Isso tudo é por gostar de fazer rádio, porque, como acontece com todos os outros integrantes, não percebe qualquer remuneração. Valmarley apresenta o programa *Disco-reggae*, das 9 da manhã às 10.30:

A característica do meu programa é tocar o verdadeiro reggae-roots. Além de valorizar os nossos cantores e bandas de reggae nacional e regional, informamos o que se passa no mundo do reggae e os principais acontecimentos de São Luís. Nós fazemos reggae com jornalismo e utilidade pública<sup>44</sup>.

Profissionalmente, Valmarley Pinto trabalha como mecânico e borracheiro de automóveis, em uma oficina localizada próxima à Rádio. No sábado, das 7 da manhã às 9.30, ele tem mais um programa de variedades na comunitária, o *Sintonia Total*, com espaço aos ouvintes para apresentarem os problemas de sua rua, de seu bairro, e pedirem providências às autoridades para solucionar esses problemas.

10.30 da manhã: Roberto Nilton é líder comunitário e desportista amador. Roberto é deficiente visual e entende que sua limitação física é um motivo para transpor barreiras.

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 10.02.2011.

Apresenta o programa *Arquivo Musical*. Ao mesmo tempo em que traz de volta a música do passado, apresenta informes, entrevistas com autoridades e representantes das comunidades.

Eu vou dar um exemplo: Por mais de uma vez, eu me encontrava na parada do ônibus e o coletivo não parou, porque sabe que sou deficiente visual e tenho passe livre. Quando alguém está comigo e anota a placa do ônibus, ou a linha, ou qualquer dado que possa identificar, eu denuncio na Rádio, assim como peço providências contra outros abusos. Em algumas situações – não essa de o ônibus não parar – houve providências. Mas, sendo atendido ou não, eu vou continuar denunciando as irregularidades <sup>45</sup>.

Roberto Nilton fala ainda sobre horóscopo, um quadro que já teve muita audiência no rádio AM e voltou a ter receptividade, no público das comunitárias. O curioso é que o apresentador confessa que não possui qualquer conhecimento que o habilite a falar sobre horóscopo. Transcreve as previsões feitas pelas revistas, mas não informa a fonte e tampouco procura saber sobre a credibilidade dessa fonte. Obviamente que uma previsão astrológica, baseada em dados que pelo menos se aproximassem dos científicos, teria custos, que dificilmente podem ser bancados por uma rádio comunitária, com faturamento ínfimo.

*Asas do Amor*, com Maciel Gomes, vai ao ar às duas e meia da tarde. Além das músicas, românticas principalmente, são apresentadas mensagens educativas, entrevistas com cantores e quaisquer outras pessoas que tenham trabalhos junto à comunidade Itaquí-Bacanga.

Roberto César já trabalhou em várias rádios comerciais de São Luís e hoje tem um programa na comunitária Bacanga: *Ritmo Quente* começa quatro e meia da tarde e vai até sete da noite, quando as emissoras transmitem a rede obrigatória *A Voz do Brasil*. Além dos diversos ritmos musicais, traz informações das músicas e dos intérpretes.

A partir das 23.30 e até às 6.30 da manhã do dia seguinte, a emissora transmite a programação da Rádio Nacional da Amazônia, com destaque para o jornalismo, de domingo a domingo.

Aos sábados a programação sofre alterações: Entre 7 e 9.30 da manhã, Valmarley Pinto comanda um programa de variedades, o *Sintonia Total*. Na seqüência, a partir das 9 e meia, um jornalístico, intitulado *Na Comunidade*, com Alexandro Rocha. Ao meio dia, é a vez do samba e do pagode, com Sebastiana Teixeira, apresentando *Sintonia do Samba*. Às 13.30, o *Bumba Show*, com Rose Castro, destaca vários ritmos maranhenses, entre eles o bumba-meu-boi, tambor de crioula, quadrilhas e outros.

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 10.02.2011.

Os antigos vinis voltam ao rádio, com Lucas Freire, aos sábados, no programa *Conexão Roots*, com o reggae. Também em CD, mas a maioria das músicas encontra-se nos antigos bolachões, fornecidos por colecionadores.

O *reggae*, originário da Jamaica, tem um grande número de adeptos em São Luís, por isso mesmo chamada de Jamaica brasileira. Na área Itaqui-Bacanga, todos os bares, com pouquíssimas exceções, tocam o *reggae*. Nós, que fazemos uma rádio comunitária, destacamos a cultura local. E esse ritmo já faz parte da nossa cultura, assim como o baião. Para aqueles que dizem que se trata de um ritmo importado, respondemos que nesse caso o forró também é importado, e sua origem está nos Estados Unidos <sup>46</sup>.

Se, no nordeste, o baião se consolidou há muitos anos como um ritmo tradicional, o *reggae* também foi incorporado à cultura nordestina. Os dois ritmos se completam, e as rádios divulgam tanto um quanto o outro como manifestações culturais locais. Esse comércio com a cultura oficial é retratado por Barbero (2009:40), quando diz que a originalidade da cultura popular é marcada por sua autonomia e pela ausência de contaminação, mas também por sua inter-relação com a cultura hegemônica.

E, ao negar a circulação cultural, o realmente negado é o processo histórico de formação do popular e o sentido social das diferenças culturais: a exclusão, a cumplicidade, a dominação e a impugnação.

A linha de programação da rádio comunitária busca difundir a cultura da comunidade, ainda que transmita uma superposição de quadros ou de programas que de fato vão se fundamentar na cultura oficial. Alternativa diversa seria difícil de ser praticada, não porque as pessoas que trabalham na rádio comunitária não sejam profissionais, mas pela exigüidade de recursos. Ressalte-se que a exigência de profissionalização no radcom desvirtuaria o seu objetivo, que é fazer uma rádio pela comunidade e para essa mesma comunidade. Não obrigatoriamente pelos radialistas e/ou jornalistas. Os comunicadores comunitários – vamos chamá-los assim - disseram ao pesquisador que a programação das comunitárias se assemelha muito mais ao rádio AM do que ao FM, apesar de que, tecnicamente, elas transmitem em frequência modulada. Gomes (2007:65) se posiciona nessa linha de pensamento:

Importante ressaltar que, mesmo tendo acesso a este tipo de técnicas do radiojornalismo tradicional, quando os integrantes das rádios comunitárias colocam em prática o que aprenderam, o resultado é uma mistura. Isto porque, ao fazerem

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 21.02.2011.

uma espécie de deglutição da técnica, eles produzem mensagens diferentes, que são devolvidas através das narrativas nas rádios comunitárias. A forma como estes comunicadores comunitários se apropriam e mesclam as informações recebidas com sua realidade local e de vida é bastante específica.

Esses comunicadores possuem sua visão de mundo e a expõem naquilo que produzem, mas absorvem a cultura dos veículos que poderíamos chamar de comerciais. Daí a semelhança de alguns programas do radcom com outros, sejam das rádios em amplitude modulada ou até mesmo daquelas que transmitem em frequência modulada, mesmo que esses comunicadores insistam em dizer que muito pouco ou quase nada têm em comum com as FM's.

A *Vitrine Cultural*, com música popular brasileira e maranhense, é apresentada aos sábados, logo depois do Conexão Roots. Também traz informações culturais. Vai até as 18 horas, quando começa o programa LPC, *Lutando pela Comunidade*, com músicas *hap*, apresentadas por Mc Alcino, que também recebe líderes comunitários que fazem reivindicações de melhorias para as ruas e bairros que estão sob sua liderança.

A programação local dos sábados segue com o *Rip Rock N'Roll*, com Fabrício Júnior. Músicas de rock, que antecedem a transmissão em cadeia com a Rádio Nacional da Amazônia, terminando às 6 horas da manhã do domingo.

A Bacanga, além das notícias que são veiculadas em toda a programação, transmite cinco jornalísticos: *Bacanga Itinerante*, *Canal com a Previdência*, *Cultura e Cidadania*, *Expresso Cultural* e *Cuca Legal*.

Aos domingos, o carro chefe é o *Bacanga Itinerante*, em que a emissora vai aos diversos bairros da área de sua abrangência, utilizando a unidade móvel de externa e com um carro de som sintonizado na emissora. O mote é constituído de reclamações, reivindicações e participação de líderes comunitários. Dois apresentadores fazem o *Bacanga Itinerante* na unidade móvel: Rose Castro e Samuel Tavares. No estúdio, Roberto Nilton, dá informações gerais e também fala sobre esportes. O programa nos remete a quadros em televisão que se assemelham aos antigos shows de auditório no rádio AM. Este exemplo, porém, demonstra que, em relação à influência das tradicionais sobre o radcom, a recíproca também pode ser verdadeira, porque tanto a televisão, como o AM, já incorporaram quadros em que as comunidades se manifestam. Gomes (2007:66) diz como esse processo pode ser dinâmico:

As emissoras comunitárias também exercem impactos sobre os demais canais. Um exemplo pode ser citado pela abertura progressiva que algumas rádios convencionais vêm concedendo para a população na área jornalística. Isto pode até ser percebido em outros meios de comunicação. A tentativa de se apropriar deste olhar que parte

do interior da comunidade pode ser constatado em quadros como “Você é o repórter”, “Fala Cidadão” ou nomes parecidos, que querem passar o mesmo conceito: a população como garimpeira das pautas locais.

Os assuntos previdenciários costumam ser atrativo para a população e a Bacanga aborda esses temas às segundas-feiras, das 12.30 às 14.30, no *Canal com a Previdência*, com Wilson Maranhão. A fórmula não é nova, mas sempre produziu resultados. Questões relativas à aposentadoria, auxílio doença, acidentes do trabalho interessam a todos os trabalhadores, mas nas comunidades mais carentes adquirem maior dimensão. A produção do programa convida auditores fiscais do INSS para responder às perguntas, formuladas pelos ouvintes, por e-mails, telefone e até pessoalmente.

Também das 12.30 às 14.30, mas na quarta, quinta e sexta-feira, outro programa jornalístico: *Cultura e Cidadania*, com três apresentadores: Samuel Tavares, Luís Augusto e José Gedeon. Samuel Tavares é policial militar e aproveita o trânsito que possui nessa área para registrar as ocorrências policiais. Ele diz que os ouvintes participam, fazendo denúncias sobre irregularidades:

Os ouvintes costumam vir pessoalmente à Rádio, ou então nos mandam e-mails, ou telefonam. Quando sofrem violência, em sua maioria com assaltos, mas também quando sofrem arbitrariedades por parte da Polícia vêm aqui registrar o fato. Também orientamos as pessoas sobre os direitos básicos, para que não aceitem discriminações e denunciem quando forem vítimas de preconceitos. Abordamos o Estatuto do Idoso, da Criança e do Adolescente, as situações de violência doméstica e outras <sup>47</sup>.

No primeiro sábado de cada mês há o *Expresso Cultural*, em praças da área Itaqui Bacanga, das 7 da noite a zero hora, com os locutores Renato Porto e Maciel Gomes. Destaque para os informes da área Itaqui-Bacanga com a agenda cultural local, concursos, empregos, notas policiais e dramas do tipo violência doméstica. Os ouvintes reivindicam ao vivo, ou pela Internet, através de e-mails e também por telefone. Sempre que possível, a Rádio faz contato, por telefone, com as autoridades, que se pronunciam no momento ou depois.

Verifica-se que, mesmo que os pedidos não sejam atendidos – e, em grande parte, não o são – só o ato ou mesmo a possibilidade de reivindicar toca no imaginário das pessoas e, de forma inconsciente, propicia-lhes uma satisfação independentemente do resultado positivo ou negativo do pleito.

Conforme Freitas (1992:103),

<sup>47</sup> Entrevista ao pesquisador, em 14.02.2010

A fundamentação do trabalho da comunicação sobre o conceito do inconsciente poderia parecer, assim, indevida, se não pudéssemos supor que, sendo a relação na linguagem uma relação social e sofrendo por isso mesmo as injunções da história, outros circuitos estão pendentes desta fenda.

Paralelamente ao que acontece nas redes de televisão e nas emissoras de rádio de grande alcance, a relação do emissor com o receptor acontece inclusive para além da realidade, porque este se sente valorizado por estar próximo daquele, interação que é criada pelo veículo de comunicação. Freitas (idem:107) acrescenta que “o imaginário se distingue do especular porque é induzido do simbólico, pelo real”.

No *Cuca Legal*, aos sábados, às 8 da noite, os apresentadores Luís Augusto, Samuel Tavares e Roberto Nilton dirigem-se a todas as faixas etárias, mas principalmente aos jovens, com matérias sobre doenças sexualmente transmissíveis e consumo de drogas.

### **3 REPORTAGENS NO AM E RADCOM: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

Observamos na programação artística e cultural que as emissoras AM's e as Comunitárias apresentam convergências e divergências que nos fazem refletir se a nomenclatura corresponderá ou não necessariamente ao lugar de fala. No jornalismo investigativo, essas semelhanças e discordâncias nos remetem à idéia de que esses dois modelos de rádios podem apresentar-se dicotômicos somente no sentido jurídico-legal e técnico-operacional. As comunitárias foram regulamentadas com o objetivo de democratizar o acesso à radiodifusão pelas comunidades que até então não tinham como se fazer ouvir. Essas mesmas comunidades, porém, quando passam a ter voz e vez, podem limitar-se a reproduzir o modelo que antes criticavam. Escolhemos dois acontecimentos jornalísticos, abordados sob óticas diferentes pelas rádios objetos da nossa pesquisa, mas que convergem em vários aspectos, conforme será demonstrado. A Rádio Educadora fez, nos anos 1997, uma reportagem que mostrou que o rádio AM, ao percorrer caminhos mais abertos ao jornalismo, poderá ter resultados positivos na busca pela conquista do público que migrara para o FM, seduzido pela melhor qualidade de áudio. De 1997 para 2011, o mundo mudou, o Brasil mudou, as mentes ficaram mais abertas. No entanto, a cobertura feita este ano pela comunitária Bacanga, presumivelmente menos conservadora do que a AM, com foco em um tema ainda alvo de reticências, poderá revelar que aquela, em relação a esta, não será tão desprovida de preconceitos como se poderia esperar.

#### **3.1 AM Educadora e a reportagem sobre a CPI do Crime Organizado: sensacionalismo**

Em 1997 o delegado Stênio Mendonça, da Polícia Civil do Maranhão, dirigindo a investigação sobre o roubo de carretas, no Estado, foi assassinado com cinco tiros. O deputado estadual José Gerardo, dono de empresa concessionária de transporte coletivo, foi acusado de ser o mandante do crime. Foram ainda acusados pelo assassinato de Stênio Mendonça o delegado de Polícia Luís Moura; a mulher dele, Ilce Gabina; o cunhado, Raimundo Gabina de Castro; os deputados Davi Alves Silva e Francisco Caíca e o empresário Joaquim Laurixto, que havia trabalhado como segurança do ex-presidente José Sarney. José Gerardo foi condenado em 2002 a 23 anos de prisão, como mandante do assassinato do delegado Stênio Mendonça e cumpre pena na Penitenciária Agrícola de Pedrinhas, em São Luís. A apuração do homicídio foi antecipada de um processo amplo, que se desenvolveu, primeiro na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a instalação de uma Comissão



Parlamentar de Inquérito, denominada CPI do Narcotráfico, para apurar denúncias sobre a existência de tráfico de drogas, incluindo roubo de cargas, compra e venda de armas, prostituição de crianças e adolescentes e assassinatos de encomenda em cerca de 14 estados brasileiros. Depois, a Assembléia Legislativa do Maranhão instalou uma CPI semelhante, mas com nome diferente, a CPI do crime organizado<sup>48</sup>. De acordo com Wolf (2005:179), a mídia passa para o primeiro plano o acontecimento que decidiu enfatizar. No mesmo período houve vários outros assuntos, talvez até mais importantes, que não receberam tanto destaque. As duas CPI's, a federal e a estadual, tiveram reportagens feitas pela imprensa do Maranhão, mas uma emissora de rádio local priorizou a reportagem ao vivo, dos trabalhos da CPI do narcotráfico, em Brasília, e da CPI do crime organizado, no Maranhão: a Rádio AM Educadora, da Arquidiocese de São Luís. A transposição desse acontecimento para o primeiro plano das informações jornalísticas renderia uma visibilidade que a direção e os profissionais da emissora não vislumbraram inicialmente. O Frei Luigi Rota, atualmente diretor da Rádio Educadora, disse ao pesquisador que, se na época da cobertura da CPI, ele já estivesse na direção do veículo, teria aproveitado a repercussão das reportagens para capitalizar dividendos, inclusive comerciais, e equilibrar a Educadora, que hoje tem uma situação financeira precária.

Em 7 de outubro de 1999, o apresentador Roberto Fernandes, da Rádio Educadora, começou a falar sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para investigar o narcotráfico, em Brasília, e sobre CPI semelhante, que seria instalada em São Luís, para apurar o crime organizado. Abertos os trabalhos da Comissão federal, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, pediu ao relator Moroni Torgan que os trabalhos também fossem deslocados para São Luís. Roberto Fernandes, ao dar essa informação, procurou trazer para a emissora os méritos da decisão da governadora:

A governadora Roseana Sarney resolveu atender aos apelos dos nossos ouvintes e já se pronunciou sobre a CPI. E mais: quer resultados imediatos sobre as investigações acerca do crime organizado no Maranhão. A governadora enviou uma carta ao relator da CPI do narcotráfico, deputado Moroni Torgan, convidando-o a colaborar com as investigações da Assembléia, aqui em São Luís. Membros da CPI, deputados e lideranças se encontram em Brasília, para acompanhar de perto o depoimento do deputado José Gerardo, acusado de chefiar o crime organizado no Maranhão. O depoimento deve ter início às 10 horas, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Ontem, a comissão ouviu as explicações de Augusto Farias e a Polícia Federal, finalmente, conseguiu encontrar o empresário Willian Sozza, que deve depor na próxima semana. Ainda ontem, a CPI aprovou a convocação do deputado Francisco Caíca e do ex-deputado Marconi Farias. Ontem, o deputado Augusto Farias, aos berros, no grito, evitou certamente o que mais ele temia: a acareação com Jorge

---

<sup>48</sup> Informações obtidas junto à Rádio Educadora

Meres. Na hora em que o deputado do Mato Grosso pediu para ficarem frente a frente Augusto Farias e Jorge Meres, Augusto Farias berrou, gritou e acabou não acontecendo a acareação. Hoje teremos o deputado José Gerardo depondo na CPI<sup>49</sup>.

Vejamos qual a posição da Rádio Educadora em relação ao governo de Roseana Sarney. A Rádio assume-se como sendo contrária ao governo. Com isso, porém, deixa de ter o distanciamento necessário na emissão de conceitos relativos à governadora e ao grupo que representa. Roseana Sarney é a herdeira política de um grupo que assumiu o comando do Estado há 45 anos, quando o pai, José Sarney tomou posse como governador do Maranhão, em 1966. Na época da CPI do Crime Organizado, a governadora cumpria o seu segundo mandato. Reeleita em 2010 para o quarto mandato, Roseana foi a governadora que permaneceu o mais longo período de tempo à frente dos destinos do Maranhão. Essa longa permanência no poder faz com que seja cômodo para uma Rádio, que se apresenta como porta-voz da Igreja Católica e dos oprimidos, situar-se na oposição. Até porque o principal acusado, na CPI do Crime Organizado, era considerado, até antes do processo, um parlamentar que, mesmo não pertencendo ao partido situacionista, transitava muito bem no governo estadual. A postura da Educadora faz com que o apresentador Roberto Fernandes, sempre que possível, dirija suas alfinetadas, quando não especificamente à governadora, aos políticos que a apóiam. Fernandes demonstrou isso quando disse que a CPI começou a criar polêmica, na indicação dos deputados estaduais para os cargos de Presidente e Relator:

Uma notícia que surpreendeu a classe política e até ao governo do Estado: é que o presidente da Assembléia Legislativa teria vetado o nome do deputado Jomar Fernandes. A questão não é bem essa. O que ocorre é que, na Assembléia, os deputados têm por praxe ser o presidente da CPI aquele que é o autor do requerimento. Mas presidente e relator são votados na hora em que são escolhidos os membros dessa CPI. O Jornal Pequeno deu hoje esta manchete: Lourival Mendes é

---

<sup>49</sup> O deputado federal Moroni Torgan, na época do PFL do Ceará, foi o Relator da CPI do narcotráfico. Um dos investigados pela CPI, Willian Sozza, também conhecido com Willian Marques, empresário de Campinas, São Paulo, era considerado testa-de-ferro de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do ex-presidente da República Fernando Collor. Paulo César Farias, o PC, tido como um dos pivôs do *impeachment* do ex-presidente Collor, foi encontrado morto em 1996, na praia de Guaxuma, em Maceió, Estado do Alagoas. Duas hipóteses foram levantadas sobre a morte: suicídio ou homicídio, sendo que, nesta última, o irmão de PC Farias, o então deputado Augusto Farias, foi acusado de ser o mandante do crime. Francisco Caíca, na época deputado estadual e então aliado do deputado José Gerardo, foi cassado em 2 de dezembro de 1999, quando teve sua prisão decretada. Temeroso de ser assassinado a mando do deputado José Gerardo, que o considerou um traidor, durante o decorrer do processo, pediu para ficar sob a proteção da Polícia Federal. Jorge Méres Alves foi apontado como um dos membros da quadrilha do crime organizado. Em depoimento à CPI, acusou os deputados José Gerardo e Francisco Caíca, o ex-deputado Hildebrando Paschoal e o empresário Willian Sozza. Jorge Méres morreu em São Luís, e o atestado de óbito informou enfarte do miocárdio, como causa da morte. Hildebrando Paschoal, ex-deputado federal e ex-coronel do Exército, foi condenado, em março de 2005, a 25 anos de prisão, por homicídio triplamente qualificado e também por ser integrante da quadrilha do crime organizado (Informações obtidas junto à Rádio Educadora).

escolhido para presidir a Comissão. Ora, o que todo o mundo imaginava e o que todo o mundo esperava era que o deputado Jomar Fernandes fosse escolhido presidente da CPI. Espero, já que ele não foi o presidente que, como autor do requerimento, pelo menos seja o relator. Agora o deputado Lourival Mendes é uma pessoa competente, inclusive é um delegado de carreira. Mas, na hora em que se falou das denúncias, o nosso repórter Denny Cabral tentou ouvi-lo e foi o primeiro frouxo. Disse assim mesmo: eu não sei nada, eu não vi nada, eu não vou falar. Então, como é que um deputado, com medo de falar, vai assumir a presidência da CPI? É competente, o senhor Lourival Mendes. Se não amolecer, se não tiver medo. E ainda tem muita gente com medo, nesta Assembléia do Maranhão, porque três deputados não quiseram assumir a CPI. Um deles é o deputado Pavão Filho. Disse, inclusive, eu declinei, porque tinha outras tarefas. No momento, eu entendo que esta é a tarefa mais importante do Estado. Os outros dois foram Júlio Monteles e Antônio Carlos Bacelar. Eles pediram para não participar da CPI e o motivo não é outro. É medo!<sup>50</sup>

Entendemos que o impasse foi superdimensionado, por parte da Rádio Educadora e do apresentador, que fez o uso de termos agressivos, beirando o grotesco. Na realidade, a direção da Rádio e o jornalista esperavam que o deputado Jomar Fernandes fosse não apenas o presidente da Comissão, mas que conduzisse os trabalhos de forma que as acusações respingassem na governadora Roseana Sarney, como o apresentador deixa claro no texto a seguir transcrito.

Eu acho que até a governadora, ouvindo os apelos dos ouvintes da Rádio Educadora - e nós dissemos isto pra ela, quando a entrevistamos - já entendeu que o grupo político que aí está, ao longo desses anos todos, foi um grupo que também se sustentou no poder, dando guarida a pessoas que hoje estão sendo acusadas. E é preciso que se tire qualquer possibilidade de apoio político a quem faz parte do crime organizado. Vamos ouvir hoje o ex-deputado Marconi Farias, contra quem pesam sérias acusações feitas pelo deputado José Gerardo. E o Marconi Farias, pelas informações que tenho, é assessor jurídico do Secretário de Segurança Pública. E o deputado José Gerardo coloca o ex-deputado Marconi Farias como alguém ligado ao Bando Bel, portanto ligado ao crime organizado, e sendo assessor do Secretário de Segurança Pública. Nós não o estamos acusando, até porque não temos provas. Mas precisamos responder à acusação do deputado José Gerardo, contra o ex-deputado Marconi Farias.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> O deputado Jomar Fernandes foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, no Maranhão. Quando militou no movimento estudantil, na década de 70, foi um dos líderes da Campanha da Meia Passagem, no Maranhão, vitoriosa em 1979. Foi prefeito do município de Imperatriz, interior do Maranhão, no período de 2001 a 2004. Lourival Mendes, atualmente deputado federal pelo Partido Trabalhista do Brasil, foi deputado estadual e, nessa condição, presidiu a CPI do Crime Organizado, em 1997. O deputado estadual Pavão Filho hoje integra os quadros do PDT, mas, na época da CPI do Crime Organizado, pertencia ao PMDB. Os deputados Júlio Monteles e Antônio Carlos Bacelar hoje fazem parte, respectivamente, do PMDB e PDT. O Jornal Pequeno, matutino que circula em São Luís desde 1951, faz oposição declarada não somente à governadora Roseana Sarney, mas a todo o grupo político liderado pelo ex-presidente José Sarney (Informações obtidas junto à Rádio Educadora).

<sup>51</sup> O ex-deputado Marconi Farias fez parte do PFL e do PMDB. O Secretário de Segurança, quando da instalação da CPI, era o delegado da Polícia Federal Raimundo Soares Cutrim, hoje deputado federal. O Bando Bel era formado por José Humberto Gomes de Oliveira, o Bel; José Vera Cruz Soares, o cabo Cruz; Ismael Cunha, alcunhado de Fala Fina; e Marcondes de Oliveira Pereira, primo de Bel, conhecido como Marcone. Os quatro foram presos em Belém do Pará, acusados do assassinato do delegado Stênio Mendonça. Recolhidos a uma delegacia de Polícia de São Luís, foram levados ao município de Santa Luzia de Tide, interior do Maranhão, para uma acareação com outro acusado. No retorno a São Luís, na Br-222, a viatura policial que transportava o Bando

Hohlfeldt (2005:218) argumenta que o jornalista muitas vezes condena “as personalidades públicas eventualmente envolvidas em questões polêmicas da administração”, e que depois essas acusações, no todo ou em parte, se revelam infundadas. Entendemos que esta é uma via de mão dupla: se por um lado, a credibilidade do jornalista pode fazer com que o público condene os acusados pela mídia, por outro, uma vez comprovada a inocência dessas pessoas, a credibilidade do veículo e dos profissionais ficará comprometida.

Definida a Comissão Parlamentar de Inquérito, a Rádio Educadora resolveu atender ao pedido de resposta formulado pelo ex-deputado Marconi Farias, que demonstrou inquietação com as acusações do deputado José Gerardo e também porque o apresentador falou sobre a ligação que o ex-parlamentar teria com o Bando Bel. O diálogo foi tenso, e começou com o entrevistado desmentindo o entrevistador:

**Marconi Farias:** Uma coisa eu quero deixar bem claro, Roberto: eu não sou assessor do secretário de segurança, Raimundo Cutrim. Eu sou advogado e atualmente sou assessor do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Manoel Ribeiro.

**Roberto Fernandes:** deputado Marconi Farias, o senhor ouviu as acusações do deputado José Gerardo. O que o senhor acha disso?

**Marconi Farias:** O deputado José Gerardo está sendo acusado pela Polícia, com comprometimento no Judiciário, no que diz respeito à participação dele no crime organizado no Maranhão. Ele está querendo agora, depois dessas acusações, em vez de se defender, dar uma conotação de ordem política, dizendo que está sendo perseguido pelo governo, pelo secretário de segurança. Ele quer dar a entender à opinião pública que de fato ele não merece ser acusado. Como eu sou adversário dele, na região do Vale do Pindaré, ele foi me buscar lá, para que eu me manifestasse sobre ele, para concretizar essa idéia de que ele está sendo perseguido. Isso não é o meu feitio, eu não vou fazer o jogo dele. Eu não vou acusá-lo de nada. Eu estou sendo convocado pela Comissão Parlamentar de Inquérito de Brasília. Se as declarações que Zé Gerardo fez contra mim interessarem à Justiça, como esclarecimento, eu estou à disposição da Justiça.

**Roberto Fernandes:** Zé Gerardo disse que no momento em que o Bel deixou de financiar sua campanha o senhor não mais foi reeleito.

**Marconi Farias:** No meu 2º mandato ele já não era mais meu amigo, porque eu soube das coisas que ele estava fazendo e me distanciei dele. Tem tantas outras coisas que eu quero deixar para relatar na Comissão Parlamentar de Inquérito, em Brasília. Agora eu tenho condições de esclarecer muitas outras coisas e vou esclarecer. Eu achei muito oportuna a declaração da governadora Roseana Sarney, dizendo que, se ela fosse deputada, faria questão de fazer parte da comissão. Se você não tem condições de contribuir com as autoridades constituídas para combater o crime organizado, você vai contribuir para favorecer a impunidade.

**Roberto Fernandes:** Deputado Marconi Farias: por que o senhor não denunciou o Bel depois que descobriu que ele era bandido?

**Marconi Farias:** Eu não tenho obrigação de denunciar ninguém. E eu também não tenho as provas de que ele esteja envolvido em roubo de carreta. Mas as autoridades

---

Bel foi interceptada por homens encapuzados e os quatro elementos do Bando foram executados a tiros. O crime até hoje não foi esclarecido, mas a Polícia acredita em queima de arquivo. Os mandantes do assassinato do delegado Stênio Mendonça seriam o deputado estadual José Gerardo e o empresário Joaquim Felipe de Sousa Neto, o Joaquim Lauristo (Informações obtidas junto à Rádio Educadora).

chegaram em cima dele. O delegado Stênio Mendonça chegou até ele e por isso morreu. Eu era amigo pessoal do Stênio. Ele freqüentava minha casa.<sup>52</sup>

A emissora resolveu chamar ainda mais a atenção da classe política e da sociedade sobre a escolha do cargo de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, e ouviu o vereador Joan Botelho, da Câmara Municipal de São Luís, dirigente do Sindicato dos Professores da Rede Pública e integrante do Partido dos Trabalhadores. Joan Botelho fez graves denúncias:

Vou falar sobre a CPI do crime organizado: nós do PT estamos temerosos com o destino dessa CPI. Ainda bem que o Jomar Fernandes, que foi quem fez a proposição, se compromete como relator. E em algumas CPIs, o relator consegue ter uma atuação acima do presidente. Mas o medo que eu tenho é que o presidente é Lourival Mendes. Eu não discuto a competência do Lourival, que é um delegado de carreira, é um delegado que já conhece todas essas mazelas que, desde os anos 70, vêm se desencadeando em São Luís. Ontem, a deputada Helena Heluy, no grande expediente da Câmara, fez um discurso que causou um impacto. Ela fez um relato a partir dos anos 70, quando ela era promotora de Justiça, mostrando como se articulava o crime organizado. A dra. Helena mostrou como denunciava desde essa época os assassinatos, os extermínios, como se articulava o crime organizado aqui. Disse que denunciou o delegado Luís Moura e foi afastada do caso, pelo Ministério Público, por ter denunciado Luís Moura. Pelo depoimento do Jorge Meres, se sabe que essa história de quadrilha, no Maranhão, já vem há muito tempo. São denúncias graves, envolvendo os deputados José Gerardo, Francisco Caíca, Marconi Farias, Hemetério Weba, além de juízes, policiais. O governo pode estar comprometido. Não pode a sociedade ficar omissa. A sociedade tem que pressionar, para que tenhamos os resultados esperados.<sup>53</sup>

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, apesar de estar investida do poder de julgar, adota procedimentos diferentes do Judiciário. Neste, os juízes, ao interrogarem os depoentes e testemunhas, procuram evitar comentários, principalmente aqueles que podem denotar opiniões pessoais. Os membros do Legislativo, no entanto, talvez até pela prática da tribuna, quando se manifestam elevando o tom de voz e usando de forma demasiada os adjetivos e predicados, não procuram demonstrar isenção e nem mesmo a parcimônia, requisitos para o ato de decidir. Os jornalistas também emitem opiniões, muitas vezes apaixonadas. A Rádio Educadora e os seus profissionais, nesta cobertura, não pouparam críticas ao governo estadual, como se observa nas palavras de Roberto Fernandes:

Há um problema a ser solucionado. José Gerardo, um dos principais acusados dos crimes que estão sendo apurados nas duas CPIs, a federal e a estadual, também poderia puxar o fio de uma meada. Mas a deputada Laura Carneiro foi incisiva ao

<sup>52</sup> Áudio obtido junto ao pesquisador Talvani Lukato, de São Luís-MA.

<sup>53</sup> Id.

dizer: “não aceito denúncia contra a governadora do Maranhão”. Se queremos fatos novos, ontem foi citado o deputado Albérico Filho, que é primo da governadora e do deputado federal Sarney Filho. O Lauristo já citou Albérico Filho e Sarney Filho. Isso precisa ser apurado. José Gerardo não é um fim em si mesmo. Precisamos saber quem dá proteção ao José Gerardo. A CPI deve se despir dessa veste protetora das autoridades do Palácio do Governo do Maranhão. Não se pode admitir que a CPI não aceite apurar envolvimento de nomes que a própria CPI pode estar querendo proteger. Outra coisa: a cassação do deputado José Gerardo é um ato político. Não tem nada a ver com polícia. Se a carreta roubada foi periciada, é preciso pegar o documento do Detran que comprova o roubo. Para a cassação, é preciso que a Comissão de Ética emita o parecer acerca de o deputado José Gerardo ter faltado ou não com o decoro parlamentar. Com a cassação, ele perde a imunidade parlamentar e poderá ser processado pelos crimes pelos quais está sendo acusado, inclusive por ter falsificado um diploma de curso superior. O próprio deputado José Gerardo, quando foi questionado se tinha curso superior, respondera que fez vários vestibulares, nos quais não foi aprovado. Então, como poderia apresentar diploma de curso superior?<sup>54</sup>

O deputado Pavão Filho, sabendo que o apresentador Roberto Fernandes o havia chamado de medroso, por não querer participar da CPI do Crime Organizado, pediu espaço na emissora. No ar, declarou:

Primeiro, eu quero informar que só me foi possível exercer o direito de resposta porque ameacei recorrer ao Judiciário. A Rádio argumentou que só o fato de me chamar de medroso não daria direito a exercer a resposta. Eu quero dizer que não tenho medo de participar de qualquer CPI. Agradeço à liderança do bloco parlamentar que indicou o nosso nome, pela nossa seriedade, para fazer parte da CPI que está apurando essas denúncias. Eu fui o décimo segundo deputado maranhense a assinar a CPI. Fui um dos primeiros deputados a se pronunciar, quando essas denúncias estouraram. Defendo a apuração das denúncias para que a verdade prevaleça. Agora, eu disse ao deputado líder do governo, na Assembléia, Stênio Rezende, que eu não posso participar da CPI, porque, como presidente da Comissão de Educação, estou envolvido com a apuração de uma série de denúncias de desvio de verbas do Fundo de Participação dos Municípios. Eu estou debruçado sobre os documentos, porque é muita coisa e coisa séria, tão séria quanto a apuração do crime organizado. Tudo indica que isso vai resultar em uma nova CPI, a do desvio de verbas do Fundo de Participação.<sup>55</sup>

A negativa inicial da Educadora, em conceder o direito de resposta, demonstra que dois pesos e duas medidas estavam sendo utilizados, ao permitir o acesso ao microfone: para os parlamentares afinados com o governo a orientação da Rádio era dificultar o exercício da resposta.

Um outro líder de esquerda, declarado opositor ao governo do Estado, foi ouvido pelo jornalista Roberto Fernandes: o vice-prefeito de São Luís, Domingos Dutra, na época braço direito do prefeito da capital, Jackson Lago, do PDT, adversário ferrenho do grupo Sarney, na política maranhense:

<sup>54</sup> Áudio obtido junto ao pesquisador Talvani Lukato, de São Luís-MA.

<sup>55</sup> Id.

O crime organizado não é um fato isolado em São Luís. É um problema geral do País. Mas o que nós esperamos é que, se não acabar o crime organizado no Maranhão e no Brasil, pelo menos esse pessoal pegue um susto. É muita gente envolvida: é peixe miúdo, peixe graúdo. Queremos que no Maranhão seja passado a limpo tudo e que não seja estabelecido qualquer limite nas investigações. Mas não acreditamos que isso seja feito com facilidade e achamos que o governo do Estado vai dificultar a apuração. Estamos aqui em duas posições: como vice-prefeito de São Luís e como advogado da sra. Marília Mendonça, viúva do delegado assassinado, Stênio Mendonça.<sup>56</sup>

Em programa transmitido alguns dias depois, a emissora destacou o êxito da cobertura sobre o crime organizado, que, em São Luís, demonstrou que o rádio AM deve focar suas atividades principalmente no jornalismo investigativo. Uma nova vinheta passou a ir ao ar, com o texto que reproduzimos:

Educadora, a primeira emissora do Brasil a transmitir passo a passo as CPIs do narcotráfico e crime organizado. Cumprimos assim, mais uma vez, a função de sermos a única tribuna livre do Estado. Credibilidade conquistada ao longo de 33 anos. Saímos na frente mais uma vez. CPI total é na Educadora, o verdadeiro radiojornalismo.<sup>57</sup>

Não resta dúvida que essa vinheta tem uma finalidade especificamente comercial, fazendo propaganda da própria estação. Contudo, é uma propaganda que procura colocar o jornalismo que a emissora faz como absolutamente verdadeiro. De acordo com Mendonça (2002:35-36), o fato jornalístico deve ser visto com olhos cada vez mais críticos, e o autor faz um alerta sobre os meios de comunicação:

Não se escondem mais no mito do espaço de veiculação de informações neutras e objetivas, mas, principalmente, como difusores de modelos de sociabilidade e regulação para o consumo. De agora em diante, o telespectador-consumidor, ao se deparar com qualquer notícia, não poderá se esquecer que elas foram produzidas por empresas que há muito abandonaram o papel (se é que um dia o tiveram) de prestadores de serviços, como divulgadores imparciais de fatos de interesse geral.

Em outro programa, Roberto Fernandes falou sobre possíveis desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive envolvendo a emissora com esses desdobramentos, comprometendo a neutralidade que presumivelmente o jornalismo deveria demonstrar:

Eu já recebi alguns telefonemas. Esses ouvintes pedem que a Rádio Educadora mobilize a população, afim de que todos pressionem a bancada maranhense para que

<sup>56</sup> Áudio obtido junto ao pesquisador Talvani Lukato, de São Luís-MA.

<sup>57</sup> Id.

haja a aceleração do processo do deputado José Gerardo, objetivando a sua condenação. Que as pessoas escrevam cartas, mandem e-mails e liguem para os telefones das CPIs pedindo rapidez na punição do deputado. Nós também chamamos a atenção para o fato de que, na hora em que Zé Gerardo falou da amizade do Lauristo com a família Sarney não deixaram. Isto não se admite. Tinham que deixar. Depois se investigaria se havia verdade no que ele disse. Não pode é impedir o depoente de falar.<sup>58</sup>

A opinião do apresentador, quando estimula a pressão popular pela condenação, se revela equivocada, porque a CPI não tem poderes para emitir uma sentença definitiva de prisão, prerrogativa exclusiva do Judiciário. Obviamente, o Judiciário não deverá condenar por pressão popular. Nem mesmo o Tribunal do Júri, composto por pessoas do povo, não graduadas em Direito, poderia agir desta maneira. Ainda nesse programa, a Educadora, em um hipotético contraponto, abriu espaço para o advogado constituído pelo ex-deputado José Gerardo, Pedro Calmon, em Brasília, e que o acompanhou na chegada a São Luís. O advogado, cumprindo o seu papel de defensor, externou para a opinião pública que as acusações ao seu cliente não se sustentariam:

**Advogado Pedro Calmon:** A situação jurídica do senhor José Gerardo é a melhor possível. Não existe nenhuma prova concreta dos crimes que foram imputados a ele. Todas estas acusações, uma se encontra no Tribunal Regional Federal para ser julgado um pedido de *habeas-corpus*. Essa é uma acusação por tráfico e que o Instituto Nacional de Criminalística não encontrou nenhum vestígio. O outro é uma prisão preventiva decretada por um caso acontecido há dezoito anos, e que a prisão só foi determinada em razão de um suposto clamor público. Aí eu pergunto: existe clamor público para um hipotético crime que teria ocorrido há 18 anos ou esse decreto de prisão preventiva é uma farsa? O restante está entregue ao Tribunal e nós, como advogados, vamos provar a inocência dele. Em relação à acusação de ser o mandante do assassinato do delegado Stênio Mendonça, digo a vocês que testemunha sem prova e nada é a mesma coisa. Testemunha fala o que quiser. Vamos ver se, no Judiciário, essas testemunhas vão se sustentar. Nós queremos a prova material. Sem a prova material não se pode condenar ninguém. Trata-se até agora de um julgamento político, mas eu não acredito que o Poder Judiciário do Maranhão se preste a uma situação dessas.<sup>59</sup>

Mas a Rádio Educadora, pouco depois, colocou no ar a opinião do apresentador Gilberto Lima, colocando por terra o otimismo demonstrado pelo advogado do principal acusado na CPI do Crime Organizado:

**Gilberto Lima:** Entendemos que a situação do ex-deputado José Gerardo é bastante complicada. Ele parece que tentou o suicídio em Brasília, mas, segundo informações, essa tentativa de suicídio teria sido uma manobra, aconselhada pelo advogado Pedro Calmon, e também pelo médico Ewerton Menezes. O médico teria sido chamado para participar dessa simulação da tentativa de suicídio, em Brasília.

<sup>58</sup> Áudio obtido junto ao pesquisador Talvani Lukato, de São Luís-MA.

<sup>59</sup> Id.



Qual seria o objetivo? Segundo comentou a imprensa de Brasília, a tentativa de suicídio levou o ex-parlamentar a ser internado em uma UTI e seria passado à sociedade que o estado de saúde de José Gerardo era muito grave, para que os advogados pudessem tentar, junto à Justiça, um salvo-conduto. O salvo conduto seria dado pelo fato de o ex-deputado José Gerardo estar em uma situação aparentemente crítica. Com o salvo-conduto, ele não poderia ser preso, e os advogados ganhariam um pouco mais de tempo. Só que isso foi negado, em Brasília, e o mandado de prisão terminou sendo cumprido. Na noite de ontem, quando o ex-deputado deixava a UTI, em Brasília, já consciente, um dos delegados apresentou a ele o documento para que tomasse ciência da prisão. O ex-deputado recusou-se a assinar e duas testemunhas atestaram a entrega do mandado de prisão.<sup>60</sup>

Buscando demonstrar isenção, a Rádio ouviu o Secretário de Estado da Segurança Pública, Raimundo Cutrim. O relato do Secretário demonstrou que o apresentador Gilberto Lima estava certo, e a manifestação do advogado Pedro Calmon poderia ser interpretada como um equívoco.

**Secretário Raimundo Cutrim:** O ex-deputado José Gerardo, inicialmente, ficará preso em uma das celas do Quartel da Polícia Militar, cela comum, mas, por medida de segurança não ficará com outros presos, até para garantir a própria vida do ex-deputado. Isto até que haja a condenação dele, transitada em julgado, quando será transferido para a Penitenciária de Pedrinhas. A Polícia estadual fez um trabalho árduo, investiu em equipamentos, tudo isso para conseguir descobrir os chefões do crime organizado, no Maranhão. Mas também destaco que a Polícia Federal e a CPI de Brasília tiveram um papel decisivo, na realização desse trabalho.<sup>61</sup>

O apresentador Gilberto Lima também entrevistou dona Marília Mendonça, viúva do delegado Stênio Mendonça. O assassinato do delegado desencadeou todo o processo de apuração do crime organizado no Maranhão:

**Gilberto Lima:** Observa-se ainda que há um clima de festa, se é que se pode chamar de festa tudo isso, mas acredito que há um regozijo, por parte da população, pela prisão de José Gerardo. Inclusive as pessoas estão soltando foguetes. Seria cômico se não fosse trágico. Vamos ouvir novamente a viúva do delegado Stênio Mendonça, dona Marília Mendonça.

**Marília Mendonça:** São dois anos e meio de espera. Um dos mandantes da morte do meu marido foi preso, e a Justiça do Maranhão, a Justiça do meu país, espero que não conceda a esse miserável nenhum habeas-corpus. Eu peço, eu imploro, que a Justiça do Maranhão, a Justiça do meu país não deixe esse bandido solto.

**Gilberto Lima:** Foi um desabafo de uma mulher que teve o marido assassinado, ao que tudo indica a mando do ex-deputado José Gerardo. Dona Marília ainda vai falar:

**Marília Mendonça:** O povo agora acordou. Nós vivemos um pesadelo de mais de vinte anos. Este homem, junto com outros, fazem parte de uma organização criminosa, que se acha no direito de determinar quem deve morrer, e mandam matar. E ficam na impunidade, como se fossem senhores de bem. E ficam, além da

<sup>60</sup> Áudio obtido junto ao pesquisador Talvani Lukato, de São Luís-MA.

<sup>61</sup> Id.

impunidade, na imunidade que deu proteção a um canalha desses que há muito tempo deveria ter sido preso, condenado e estar na Penitenciária de Pedrinhas.<sup>62</sup>

Na realidade, não havia qualquer ordem judicial de prisão do ex-parlamentar. José Gerardo estava detido no Quartel da Polícia Militar por determinação da Comissão Parlamentar de Inquérito, podendo inclusive ser beneficiado por habeas-corpus e aguardar em liberdade o julgamento. Mas isto não foi passado para os ouvintes, pelo Secretário de Segurança, que buscou enfatizar o mérito da Polícia estadual, a ele subordinada, na apuração dos fatos. A Rádio também não teria esse interesse, porque poderia minimizar os efeitos da prisão e da cobertura. Pelo menos não naquele momento.

Em 7 de dezembro de 1999, o apresentador Gilberto Lima falou sobre o encerramento dos trabalhos da CPI, lamentando que a Comissão não tenha prorrogado suas atividades:

A CPI do Crime Organizado foi encerrada. Os deputados acham que a CPI já cumpriu o seu objetivo primordial: investigar a provável participação de deputados estaduais com o crime organizado. Dois deputados foram cassados: José Gerardo e Francisco Caíca. Agora o trabalho ficará por conta do Judiciário. Nós defendemos a continuação dos trabalhos após o dia 15, para que fosse feita uma acareação entre os três prefeitos e seus acusadores. Infelizmente, isso não foi feito. Mas a CPI cumpriu o seu objetivo. O Relatório será elaborado pelo relator, deputado Jomar Fernandes, devendo ser apreciado por todos os membros da CPI do Crime Organizado. Uma cópia do relatório será encaminhada ao Ministro da Justiça, outra cópia para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e finalmente outra ao Ministério Público, que decidirá se vai apresentar ou não a denúncia formal ao Poder Judiciário.<sup>63</sup>

Somente após o encerramento da CPI é que esse mesmo jornalista da Educadora informou, de forma bem sucinta, que o Ministério Público ainda deveria analisar se apresentaria ou não a denúncia ao Judiciário. Ou seja: se seria aberto processo criminal contra o acusado. Obviamente, se fosse passado para os ouvintes que os procedimentos adotados nas Comissões Parlamentares de Inquérito, tanto de Brasília, quanto de São Luís, seriam apenas meras peças investigativas, a repercussão poderia ser bem menor, frustrando a população e reduzindo os índices de audiência.

A Rádio Educadora transmitiu o último pronunciamento do Relator da CPI, deputado Jomar Fernandes, em 14 de dezembro de 1999, que enfatizou os males que o crime organizado causa à democracia:

---

<sup>62</sup> Áudio obtido junto ao pesquisador Talvani Lukato, de São Luís-MA.

<sup>63</sup> Id.

O Estado Democrático de Direito tem sofrido, ao longo de sua história, diversos tipos de ataques. Devemos destacar dois deles: primeiro, a tirania, quando os direitos e garantias individuais são abolidos, e segundo, o predomínio do ilícito como organização, que podemos traduzir pela expressão muito utilizada ultimamente de crime organizado. Quando o crime se organiza, com o concurso de autoridades públicas e de outras pessoas de destaque na constelação social, ele também destrói direitos e garantias individuais e coletivas. Quando um prefeito desvia dinheiro público para comprar carga roubada, ele está agredindo a educação, maltratando a saúde, impedindo o desenvolvimento de sua gente. Ele está promovendo a sonegação fiscal e com isso diminuindo a capacidade de investimento do Estado. Ele está contribuindo para que o Maranhão continue mergulhado em indicadores sociais extremamente negativos. O mais incrível de tudo isso é o poder que eles adquirem, através da difusão do medo. A capacidade que eles têm de matar quem quer que seja deixa o cidadão comum totalmente inseguro e assim este se torna presa fácil da lei do silêncio, esta que não está nos códigos jurídicos, mas está como apêndice de uma lei maior, que é a lei da sobrevivência. Eu disse certa vez, durante os trabalhos desta CPI, que o Estado, enquanto organização política da sociedade, não poderia e não pode se curvar a algumas dúzias de quadrilheiros. Disse aquilo por acreditar nas pessoas de bem que felizmente ainda existem e estão a lutar por um mundo melhor.<sup>64</sup>

Reportagens dessa natureza utilizam a mídia eletrônica como principal meio para atingir um público cada vez maior. Canclini (2010:182) chama a atenção para o grande número de lares com rádio e televisão na América Latina, cuja proporção ultrapassa o número de casas em que seus integrantes completaram o primeiro grau. A Educadora soube aproveitar o aumento de rádios ligados, cuja constatação foi feita também nas ruas, observando as pessoas que dispunham de receptores portáteis, para enfatizar a importância do AM. A emissora veiculou a vinheta a seguir transcrita, gravada pelo diretor artístico Robson Júnior, a voz que identifica a estação:

Não dá pra esconder a verdade. A cobertura da CPI mostrou que o rádio AM é, foi e será sempre o veículo das massas. Presente nos momentos mais importantes da história, o rádio AM diverte, educa, esclarece, reivindica, faz história. A CPI do Crime Organizado/ Narcotráfico tem um personagem muito importante: o rádio AM. Ouça. Faça parte desta história, porque, pra gente, não basta ser ouvinte: tem que participar.<sup>65</sup>

Para Eco (2001:11), o rádio e as demais mídias fornecem as condições objetivas das comunicações. A vinheta da Educadora procura enfatizar a importância do rádio AM. Opinamos que o AM será mais um veículo das massas e não o único veículo, como deixa transparecer o texto. Reconhecemos que se trata de um comercial institucional em que a Rádio objetivou destacar a importância das transmissões em amplitude modulada, importância essa que a estação espera seja revertida em benefício da própria Educadora. Acreditamos que

<sup>64</sup> Áudio obtido junto ao pesquisador Talvani Lukato, de São Luís-MA.

<sup>65</sup> Id.

tenha o objetivo de mostrar que, apesar da existência do FM e da televisão, as estações AM ainda sejam mídias em alta junto ao público. Neste caso, ressalte-se que a comunitária, ao convergir com o AM e dele, paralelamente, divergir, exerce um papel transformador na sociedade, porque utiliza a linguagem que, em princípio, interessa ao ouvinte mais próximo da Rádio, viabilizando o diálogo e conseqüentemente os resultados destinados à transformação. O AM também o faz, mas, ao dirigir-se a uma audiência cada vez mais ampla e diversificada, talvez encontre dificuldades no sentido de que essa mesma audiência possa assimilar conteúdos tão abrangentes e heterogêneos. Se observarmos as vinhetas produzidas pelas comunitárias, verificaremos, com algumas exceções, que algumas dessas emissoras afastam o que têm ou teriam de melhor para oferecer aos seus ouvintes, a espontaneidade, em favorcimento de um linguajar rebuscado e que se choca com o objetivo a que institucionalmente se propõem: permitir a comunicação midiática sem imposições, de igual para igual. Isso poderá ser observado – ou talvez não - na reportagem que vamos tratar a seguir.

### **3.2 Comunitária Bacanga: reportagem da Parada Gay, em uma retórica heterossexista**

Reportagens do porte da CPI do Crime Organizado são feitas com uma estrutura mais freqüente nas rádios em amplitude modulada. As coberturas nas comunitárias são limitadas pelos poucos recursos financeiros das estações do radcom. Essas emissoras, porém, quando atendem realmente aos preceitos do radcom e não têm vínculos com grupos econômicos, políticos ou religiosos, costumam abordar com muito mais liberdade assuntos polêmicos, de interesse das comunidades, inclusive de grupos em princípio minoritários.

Descomprometidas com o objetivo de gerar lucro e com a desenfreada necessidade de disputar o mercado, de alcançar altos índices de audiência a qualquer custo, as verdadeiras rádios comunitárias têm um compromisso de contribuir com a democratização da comunicação e da sociedade. Livres dos velhos chavões e dos compromissos normalmente assumidos pelas rádios comerciais, vêm dando uma grande contribuição à comunicação de massa, na medida que ousam criar novos formatos e experimentar novas linguagens (Santos, 2005, *apud* Gomes, 2007: 75).

Quando da 8ª. Parada da Diversidade Sexual e Orgulho LGBT, na Avenida Litorânea, em São Luís, realizada em 10 de julho de 2011, algumas emissoras AM e FM locais registraram o fato, em forma de notas soltas. A comunitária Bacanga deu *flashes* ao vivo, com o uso de telefones celulares. O radcom, seguindo o modelo das rádios comerciais,

insiste na imparcialidade do jornalismo, o que é um equívoco, em face da inexistência da imparcialidade em todas as relações sociais, onde o jornalismo pode ser um componente. As emissoras de maior porte tecnológico, modificando o argumento da imparcialidade, considerado quase como um trunfo, no século passado, manifestam-se hoje quanto a sua inexistência. De acordo com Barbeiro (2001:11):

A imparcialidade não existe. É utópica. O jornalista tem seu próprio mundo e valores. Toma sempre partido, de uma forma ou de outra, nas notícias que divulga ou comenta. Não há como separar informação de opinião. Ainda não inventaram um jornalista absolutamente imparcial. Ele tem suas preferências políticas, gosta de alguns de seus entrevistados e detesta outros, torce para um time de futebol, tem uma determinada religião ou é ateu etc. A subjetividade faz parte do seu trabalho cotidiano.

O conceito duvidoso de imparcialidade cedeu lugar à busca pela isenção. Dizemos busca porque é um objetivo do jornalismo que somente se concretiza em termos, quando o espaço é aberto para informações ou opiniões que possam ser contraditórias, a fim de que o receptor tire suas conclusões.

Para uma pequena rádio, dependente de verbas de apoio cultural para se manter, se torna muito difícil barrar a influência do poder econômico sobre aquilo que é transmitido. Ressalte-se que nem as grandes emissoras conseguem evitar essa influência. Os atores são diferentes. Melhor dizendo: os interesses são diferentes. No entanto, essa influência pode ser diluída, quando não interpretada, pelo ouvinte do radcom, porque, como diz Jacks (2005:69), “o receptor também realiza mediações, de caráter psicológico, determinadas pelas de caráter cultural”, alimentando o *feedback* junto ao emissor. A Bacanga, ao buscar patrocínios para a transmissão da 8ª. Parada LGBT encontrou dificuldades em relação aos anunciantes particulares, talvez em razão do preconceito, e obteve receptividade apenas junto ao Governo do Estado, cujos recursos somente são repassados às rádios com muita burocracia e bastante atraso. A relutância de alguns clientes em investir na cobertura de um assunto considerado polêmico, a decisão da maioria das emissoras de não reportar a Parada ao vivo e finalmente a opção da comunitária de transmiti-la, ainda que através de pequenos *flashes*, porque uma cobertura integral, com unidade móvel, demandaria maiores custos, demonstram que a imparcialidade é desmitificada pelas escolhas feitas. Assim, o processo jornalístico pode ser influenciado por vários fatores, inclusive financeiros, como reconhece o diretor da Bacanga, Luís Augusto:

Este é um problema que enfrentamos. A Prefeitura de São Luís traz matérias que criticam o governo do Estado. E o governo também devolve em idêntica moeda. Ficamos em uma situação difícil, porque precisamos das verbas tanto de um quanto de outro.<sup>66</sup>

Barbeiro (2001:13) critica essa postura das rádios:

Não há qualquer razão para o anunciante exercer controle ou influência sobre o conteúdo editorial. Os anunciantes pagam às emissoras não porque apóiam o seu conteúdo editorial, mas porque esperam aumentar suas vendas. Os vínculos de uma rádio são com o ouvinte.

A cobertura da Parada LGBT, apesar das políticas sociais e estatais destinadas a minimizar o preconceito contra os homossexuais, em todo o mundo, tratou de um assunto ainda envolto capa de discriminação e/ou de homofobia, que resulta muitas vezes em crimes de homicídio. Em alguns registros feitos, a emissora, ainda que enfatize posição contrária ao preconceito, deixa transparecê-lo implícita ou explicitamente.

De acordo com registros da Polícia Militar, divulgados pela Rádio Bacanga, cerca de 500 mil pessoas participaram da Parada Gay, superando o universo de 2010, que, segundo dados também dos militares, foi estimado em 450 mil pessoas.

O repórter Valmarley Pinto, ao iniciar a cobertura, criticou o aspecto sensacionalista dos manifestantes:

Verifica-se que os manifestantes estão vestidos de forma carnavalesca, o que, em nossa opinião, conflita com a finalidade do evento, que é demonstrar que, apesar de gays, são pessoas sérias e que querem reivindicar seus direitos.

A expressão “apesar de gays” demonstra, por si, um preconceito tão enraizado que talvez o próprio apresentador não tenha se dado conta do seu caráter extremamente discriminatório. Seria algo como conceber que um gay não poderia ser pessoa séria. A alusão ao estilo carnavalesco do vestuário pode ser considerada também uma discriminação, mas isso também é lugar comum e muitos homossexuais criticam a festa em que a Parada se transforma. As críticas são rebatidas pelo presidente do Grupo Gayvota, principal organizador da manifestação, Carlos Garcia:

O caráter festivo da Parada tem a finalidade de aumentar a participação popular, não somente de homossexuais, mas, também, de heterossexuais, reduzindo dessa maneira o preconceito. Mas o objetivo real é reivindicar a implementação de

---

<sup>66</sup> Entrevista ao pesquisador, em 28.06.2011.

políticas públicas e o exercício dos direitos dos homoafetivos e ainda celebrar as conquistas da população de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, do Maranhão e do Brasil.<sup>67</sup>

A Rádio abriu o espaço para que Carlos Garcia explicasse os objetivos da Parada, mas o que se observou é que, na entrevista, não faltaram expressões jocosas, apreciadas com humor pelo presidente do Grupo Gayvota:

**Valmarley Pinto:** Esta já é a 7ª. Parada da Diversidade Sexual em São Luís. Você acha que a população de São Luís mostra-se receptiva ao evento?

**Carlos Garcia:** A maior prova é a quantidade de pessoas, que a cada ano aumenta. A Polícia Militar fala em 450 mil pessoas, mas nós acreditamos que sejam mais de 600 mil.

**Valmarley Pinto:** E vocês não sofrem qualquer discriminação, inclusive das famílias de vocês? Como as famílias encaram essa visibilidade, essa saída do armário?

**Carlos Garcia:** Eu nunca estive no armário. Mas entendo que, para aqueles que antes não se assumiam e que agora o fazem, eles devem sentir-se bem consigo mesmos, a auto-estima aumenta e o próprio relacionamento com as famílias também.

**Valmarley Pinto:** Se você não fosse gay e tivesse um filho gay e o visse desfilando na Parada, você aceitaria?

**Carlos Garcia:** Eu me considero suspeito para responder essa pergunta, porque a minha resposta seria sim porque sou homossexual. Se eu não fosse, não sei como seria minha cabeça quanto a isso.

Opinamos que, em relação a esta última resposta, o entrevistado, demonstrando sinceridade, disse que não poderia prever a sua reação, caso fosse heterossexual e tivesse um filho gay. Verifica-se que o chamado preconceito internalizado existe, quando leva à conclusão de que o homossexual poderia se fragilizar se tivesse um filho com idêntica orientação. Seria a reação heteronormativa do gay. A entrevista reflete o pensamento dos heterossexuais em relação à homossexualidade: Imagens estigmatizadas, incorporadas ao imaginário coletivo, e até assimiladas por pessoas pretensamente mais esclarecidas levam ao que poderíamos chamar de modelo clássico na identificação do homossexual. Essa identificação toma por conceitos ou por preconceitos os estereótipos relacionados ao termo homossexualismo. A palavra estereótipo, em sua etimologia, resulta de duas palavras gregas: *stereos*, rígido, e *typus*, traço, e refere-se à impressão gráfica. É utilizada, hoje, no sentido de mostrar o que as pessoas pensam de determinados grupos. O termo homossexualismo, porém, hoje é considerado inadequado, em razão de que o sufixo “ismo” remete à idéia de doença ou perversão. A OMS, Organização Mundial de Saúde, desde 1993, portanto há cerca de dezoito anos, quando também foi feita a revisão e publicação da 10ª edição da Classificação

<sup>67</sup> Entrevista concedida ao pesquisador, em 10/07/2011

Internacional de Doenças (CID 10), não considera a homossexualidade como doença mental. E, no Brasil, desde 1985, o Conselho Federal de Medicina não considera a homossexualidade como desvio sexual.

De acordo com Costa (1994: 94),

Embora seja o eixo central de nossas vidas, a sexualidade é um dos aspectos mais conflituosos do ser humano. E sexualidade não se refere apenas ao prazer erótico, às necessidades biológicas ou à possibilidade de procriação. Ela envolve as pessoas como um todo e influencia diretamente os sentimentos e a maneira de ser, agir e pensar.

O tema, *Unidos pela liberdade, separados pelo preconceito e a favor do estado laico*, enfatiza a importância do estado laico e foi escolhido em razão da recente decisão do Supremo Tribunal Federal, em maio deste ano, de equiparar a união estável dos homossexuais à união estável entre o homem e a mulher, prevista na Constituição da República. Carlos Garcia, depois entrevistado pelo diretor da Rádio Bacanga, Luís Augusto, acrescentou que essa decisão do Supremo só foi possível porque o Brasil é um país laico. Fez ressalvas, porém, à existência real dessa laicidade:

O Estado laico vive sob constante ameaça. Até hoje não foi aprovado o Projeto de Lei Complementar 122, que tramita há mais de dez anos no Congresso, pela pressão de grupos religiosos, especialmente dos evangélicos como o Bispo Marcelo Crivela e o Senador Magno Malta. Sem contar nas pressões que o Pastor Silas Malafaia faz, em seu programa de televisão, contra o PLC 122. E para completar, o governo da Presidente Dilma, também por pressões religiosas, praticamente destruiu o *kit* contra a homofobia que seria distribuído nas escolas, objetivando orientar os alunos contra o preconceito e em favor da diversidade. Tudo isso eu vejo como uma ameaça ao estado laico e à democracia, o que poderia levar o Brasil a um regime fundamentalista religioso.

Fazendo um retrospecto da decisão do Supremo Tribunal Federal, o diretor da Bacanga destacou que, dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal, dez juízes manifestaram-se de forma unânime pela equiparação dos direitos dos homossexuais aos heterossexuais, e que apenas o ministro Antônio Dias Toffoli se absteve de votar, não por ser contra a igualdade entre homos e heteros, mas porque, no exercício do cargo de chefe da Advocacia Geral da União, no governo passado, o órgão recebeu um prêmio da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais pelas políticas igualitárias, desenvolvidas em favor dos homossexuais.

O Supremo Tribunal Federal, quando julgou a equiparação de direitos à qual a Rádio Bacanga se referiu, não mais utilizou as palavras homossexual e/ou homossexualidade,



substituindo-as por outra muito mais abrangente: homoafetividade, interpretação que consideraria essas pessoas não apenas como homossexuais, mas, sim, seres, como todos os demais, dotados de sentimentos, prazeres e angústias, não limitados apenas às práticas sexuais.

Homoafetividade, porém, é um neologismo, criado pela desembargadora aposentada e escritora Maria Berenice Dias e que, segundo essa autora, encontra resistências até mesmo entre os homossexuais:

O termo homoafetivo fui eu quem criei, é um neologismo. Ao lidar com o Direito de Família, me dei conta de que não havia norma regulando as uniões de pessoas do mesmo sexo. Levei um choque, pois vi que elas não eram julgadas pelas Varas de Família. No máximo, equiparam a união homoafetiva à sociedade de fato. O problema é que isso tira direitos sucessórios, o que é muito injusto. Normalmente, o patrimônio é amealhado, há uma rejeição da família. Como se trata de uma sociedade, o sócio não é herdeiro. Em primeiro lugar, procura-se descobrir qual foi a participação efetiva, econômica, no patrimônio. Isso é difícil de mensurar numa relação. Então se concede uma parcela do patrimônio onde ficar provada a convivência. O resto acaba indo para aqueles parentes que rejeitaram e discriminaram aquele relacionamento. Isso, para mim, fere o senso de justiça. Estudei tanto essa questão, que escrevi minha primeira obra - a primeira do Brasil - abordando as estruturas jurídicas e a necessidade de inserir essas uniões num contexto jurídico. As uniões homoafetivas são equivalentes a uma família, e não a uma sociedade. Desta forma, criei o termo homoafetivo, pois o termo homossexual é estigmatizado; Jurandir Freire, por sua vez, utilizava a expressão homoerótico, uma palavra muito feia, a meu ver. Houve uma rejeição inicial do movimento homossexual ao termo homoafetivo. Parecia que eu estava querendo cobrir o aspecto sexual. Na realidade, eles continuam sendo homossexuais, mas têm com o outro vínculos homoafetivos. Família, no conceito atual, é de caráter afetivo, portanto, esse tipo de união também está dentro do conceito de família. (ENTREVISTA, 2005).

Para Guimarães (2004: 34-35), em relação a sexo, há um mito do silêncio que reveste o tema. E esse silêncio é reforçado pelo mito da anormalidade, tornando-o impenetrável. Acrescenta:

Frente a esta questão, a recente obra de Foucault, *La volonté de savoir* (1976), adquire maior relevância, situando a discussão da sexualidade numa perspectiva sócio-histórica e política particular (a trajetória das relações de poder-saber-prazer do sistema capitalista clássico e contemporâneo europeu).

Em obra anterior, Elias (1973: 248-277), ao analisar os costumes e a educação que determinam as atitudes sobre as relações sexuais em nossa sociedade, já denunciava o “muro de mistério” que reveste a discussão da sexualidade e encobre sua relação com o poder. Mas cabe particularmente a Foucault o mérito de tentar desmistificar esse tabu ou “hipótese repressiva”, como prefere chamá-lo.

Luís Augusto também ouviu o ex-vereador Alberto Franco, que, quando membro da Câmara Municipal de São Luís, criou a lei que pune, com multas e até fechamento, os

estabelecimentos comerciais que discriminarem homossexuais. O ex-vereador falou sobre o *kit* anti-homofobia, cartilha educativa que seria distribuída aos adolescentes nas escolas públicas e que a presidente Dilma Rouseff mandou suspender:

**Alberto Franco:** Foi um retrocesso nas políticas LGBT, na democracia, e no estado laico. A presidente da República cedeu às pressões dos deputados, que fizeram pressão para não derrubar o então ministro Antonio Palloci, da Casa Civil e, no final, o ministro terminou caindo, sob denúncias de corrupção.

**Luís Augusto:** O senhor, quando vereador de São Luís, fez várias proposições de interesse dos LGBT. Quem representa hoje os interesses desse segmento, na Câmara de Vereadores?

**Alberto Franco:** O vereador Ivaldo Rodrigues tem apresentado propostas que alcançam o grupo LGBT.

O repórter Luís Augusto acrescentou:

A decisão da presidente da República, de suspender a distribuição do kit contra a homofobia, se não compromete a democracia - e nem pode ser vista como um retrocesso que abriria caminho para a criminalização dos atos homossexuais - nos faz lembrar a progressão desses atos, primeiro como crime, depois como pecado e posteriormente como doença.

O direito civil canônico caracterizava como ato proibido, até o século XIX, a sodomia, descrita como relação sexual entre homens. Na segunda metade do século XIX, o termo sodomia foi substituído pela palavra homossexualismo. Haveria um avanço, porque não mais seria um ato proibido, como previa a Igreja em seus cânones, mas sim uma patologia, descrita no discurso médico-psiquiátrico.

Segundo Guimarães (2004: 37)

A partir do século XIX, os mecanismos de poder em relação ao sexo se deslocam da Igreja e da Lei para a hegemonia da Educação e da Ciência. Será na prática de uma *sciencia sexualis* que se produzirá a verdade sobre o sexo, sendo o testemunho a técnica mais valorizada nesta produção. Os procedimentos pelos quais se realizam os rituais de testemunho – a sua “excursão científica” – possibilitam a construção científica do conceito de sexualidade.

Teríamos, nessa progressiva concepção da homossexualidade, de pecado e de delito para o enquadramento patológico, o entendimento de que o homossexual não deveria e nem poderia ser punido, pela fé ou pelo Estado, mas submetido a um tratamento, primeiro sob a tutela do Estado, o que ainda ocorre em países totalitários, e depois no seu próprio interesse, ou no interesse dos seus pais ou responsáveis.

A rádio comunitária fez referência, na cobertura, a pais que apresentam os filhos, crianças ou adolescentes, com orientação homossexual, nos consultórios de psiquiatria ou psicologia, pedindo aos profissionais que realizem tratamentos no sentido de encaminhá-los para a heterossexualidade. O repórter Luís Augusto acrescentou que, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria editou resolução que proíbe a realização de quaisquer tratamentos que objetivem transformar homossexuais em heterossexuais.

Ribeiro (2010: 44) diz que, segundo Foucault, apesar de a reprodução humana requerer a junção do esperma do homem e do óvulo da mulher, a sexualidade é um produto cultural que não pode se considerar uma simples extensão de um processo biológico. Acrescenta que, como é irrecusável o entendimento da existência de uma heterossexualidade homogênea e natural, pode ser aceita também a existência de uma identidade homossexual natural e unificada.

A exemplo do que ocorreu em paradas gays dos anos anteriores, houve a distribuição de uma cartilha em que os organizadores orientavam as pessoas a não fazer uso coletivo de seringas descartáveis, na hipótese do consumo de drogas injetáveis. A cartilha abordava assuntos muito mais amplos, como os direitos dos LGBT, a homofobia, o uso de preservativos e a orientação para que os gays redobrassem o cuidado na escolha dos parceiros, devido ao número crescente da violência contra os homossexuais. No entanto, a rádio comunitária quando falou da cartilha, fez o mesmo discurso de emissoras AM's que cobriram a parada do ano passado. O repórter Valmarley Pinto disse apenas que o documento estaria incentivando o uso de drogas.

Observamos que o discurso, com pequenas alternâncias de expressões, mais ou menos caricatas, é idêntico no que diz respeito à maioria das rádios, quer sejam AM's ou comunitárias. Aliás, esse comportamento é semelhante, não somente em relação às rádios, mas também nos demais veículos, como ocorreu na Parada Gay de 2007, em São Paulo, quando houve Cartilha semelhante, explorada também de forma sensacionalista.

Ribeiro (2010: 73-74), critica essa abordagem:

É significativo constatar que os meios de comunicação reproduzem o pensamento dominante. No caso da cartilha, os potenciais leitores da publicação, e, portanto, os interessados na informação, não souberam do conteúdo total do documento. Tiveram acesso apenas a trechos selecionados pelos repórteres – trechos esses vistos como os que causariam maior impacto. Como só foram mostrados pequenos trechos que continham as frases selecionadas pelos veículos, a opinião pública foi submetida apenas a esse item da publicação. [...]. Entendo que o assunto foi explorado com maior intensidade por estar vinculado a uma festa gay. [...]. Nessa notícia especial, a Parada passou a ter o papel de algoz de uma ação. Isto é, conforme a notícia, por causa da Parada, a organização distribuía panfletos sobre drogas.

Ribeiro (2010:44) também cita Sedgwick, para quem a promoção da heterossexualidade normativa está na dependência da homossexualidade estigmatizada.

Para Sedgwich (1998: 61) *apud* Ribeiro (2010: 44),

Na medida em que as relações de poder que compreendem a definição da homo/heterossexualidade tenham sido estruturadas pelo subentendimento tácito dos campos de força de uma definição de conflito; na medida em que a implicação do “sabemos que isso significa” resulta na mentira específica que anima e perpetua o mecanismo da autoignorância, violência e manipulação do homem homofóbico moderno [...] corremos o perigo de reforçar um pseudoconsenso sobre o que é verdadeiramente desconhecido na experiência contemporânea.

Uma estação comunitária, sem a complexidade técnica das rádios AM's, tem limitações para realizar uma reportagem ao vivo. A Bacanga, não podendo acompanhar todo o trajeto da Parada LGBT, priorizou a prestação de serviços, transmitindo informações relativas à segurança da manifestação. A alegada falta de estrutura não deve, porém, ser justificativa para a falta de abordagem do aspecto principal da manifestação. A Rádio Educadora informou, este ano, que a estrutura para as transmissões de carnaval é muito complexa e que, por isso, era muito melhor divulgar somente informações esparsas, relacionadas com a prestação de serviços. Configurando-se esta situação, a comunitária estaria adotando postura semelhante à emissora AM. O repórter Valmarley Pinto, a título de prestação de serviços, deu esta informação:

Cerca de 150 policiais militares se encontram na Avenida Litorânea, também para orientar as pessoas a não portar armas e objetos cortantes como garrafas de vidro. Os bares hoje somente vendem refrigerantes e cervejas em lata, e a Polícia está abordando as pessoas para verificar se não estão armadas. A partir das 5 horas da tarde, o policiamento será intensificado, inclusive para evitar ou pelo menos reduzir a ação de marginais que ficam nos pontos de ônibus. A Rádio Bacanga orienta as pessoas a portar somente a fotocópia da carteira de identidade e evitar trazer objetos de valor, ou pelo menos, ter em mãos somente o indispensável desses objetos.

Mas o repórter Valmarley Pinto incorreu em uma retórica preconceituosa, sob a visão dos grupos LGBT, quando usou o termo opção sexual. Os apresentadores heterossexuais de rádios que se propõem a abordar assuntos relacionados com a homossexualidade e que fazem entrevistas com homossexuais, mesmo quando têm a pretensão de não demonstrar quaisquer preconceitos, muitas vezes o fazem sob a ótica de que a homossexualidade seria opcional. A ciência, quando se refere à sexualidade, é pacífica quando diz que não se trata de escolha. A palavra opção, no entanto, continua sendo bastante

utilizada e o foi recentemente pela presidente da República que, justificando a suspensão do *kit* contra a homofobia, afirmou que “não cabia ao Estado incentivar quaisquer opções sexuais”.

Para Ferraz (2008),

O termo orientação sexual é considerado mais apropriado do que opção sexual ou preferência sexual. Mas por quê? Estudos recentes realizados dentro da sexualidade mostram que ainda na infância, a tendência sexual começa a se desenhar – motivo este o termo opção sexual é inadequado, uma vez que a tendência sexual começa a se manifestar mais ou menos aos sete anos de idade. Neste período a criança ainda não possui uma capacidade avaliativa a que possamos chamar de “escolha”. O que geralmente ocorre é que a criança nesta idade tenta reunir-se às crianças do sexo que irá se identificar psicologicamente e se este não estiver de acordo com a fisiologia, ela tende a ser discriminada pelas outras crianças. (<http://www.portaleducacao.com.br>)

Contestando aqueles que insistem em considerar a sexualidade como opcional, Ribeiro (2010: 99-101), em sua obra *A TV no Armário*, fala sobre o programa *Beija Sapo*, da MTV Brasil, gravado em 19 de agosto de 2006 e levado ao ar em 15 de setembro, em horário livre, às 19 horas. Segundo o autor, a apresentadora, Daniela Cicarelli, abriu o programa dizendo: “Está no ar mais um programa *Beija Sapo*. O programa mais gostoso do Brasil e onde todo mundo beija na boca. Não importa a sua opção sexual. Aqui você beija na boca e sai feliz”.

Para Ribeiro (2010: 101),

A apresentadora reproduz um conceito heterossexual ao incluir a palavra “opção”, para se referir à orientação sexual dos participantes. Para conceitos hegemônicos de sexualidade, tudo que flutua entre o plano binário (masculino/feminino; homem/mulher; etc) é considerado uma escolha, uma opção e não uma construção social. [...] Nessa afirmativa da apresentadora, se constata a tentativa de equiparar as relações entre pessoas do mesmo gênero, sendo conduzidas por meio do viés heterossexista. Ridiculariza um homem que deseja outro homem afetivamente, colocando-o na condição feminina. A apresentadora reafirma sua postura binária, e também se comporta feminilizando o desejo de um homem em manter um vínculo afetivo estável com outro (já que véu e grinalda são símbolo do desejo feminino de casamento).

A verbalização do termo opção, relacionada com a orientação sexual, não é feita por acaso, mas obedece a uma retórica heterossexual que, mesmo que se proponha a demonstrar a aceitação da sexualidade entre iguais, como um direito do ser humano, insere essa sexualidade como uma alternativa, que poderia ser outra, a critério do indivíduo. O termo opção, porém, não é utilizado para a afetividade entre pessoas de sexos diferentes. O rádio e a televisão reproduzem o monólogo e o diálogo da sociedade majoritariamente heterossexista.

Conforme Barbero (1997: 306),

Durante muito tempo se criticou a predominância do verbal na televisão latino-americana como a melhor prova do seu subdesenvolvimento: era o rádio com imagens. Mas hoje, quando o desenvolvimento técnico e expressivo da televisão em boa parte de nossos países torna impossível essa explicação, começamos a suspeitar de que a predominância do verbal na televisão se inscreve na necessidade de subordinar a lógica visual à lógica do contato, dado que é esta que articula o discurso televisivo sobre o eixo da relação estreita e a preeminência da palavra em culturas tão fortemente orais.

Reproduzindo o pensamento heteronormativo, a Câmara dos Deputados, ao aprovar, no início de outubro/2011, o Estatuto da Juventude, Projeto de Lei 4529/04, que tramitava há sete anos, retirou o termo “orientação sexual” do texto original:

O texto aprovado determina que “o direito à igualdade compreende a inclusão de temas relacionados à sexualidade nos conteúdos curriculares, respeitando a diversidade de valores e crenças”. O texto original, rejeitado pela bancada fundamentalista dizia: “o jovem não será discriminado por sua orientação sexual, idioma ou religião”.<sup>68</sup>

Essa decisão do Parlamento, a nosso ver, segue a posição dos fundamentalistas religiosos de que a sexualidade não seria uma orientação, e que todos os seres humanos nasceriam heterossexuais e que alguns escolheriam ser homossexuais.

A Rádio Bacanga ouviu também o Secretário de Estado da Comunicação, Sérgio Macedo. O Secretário complementou as informações sobre a segurança: o Esquadrão Águia, da Polícia Militar, teve seis veículos, cinco motos e seis conjuntos de cavalaria. A Guarda Municipal, como força auxiliar, contou com 40 homens. O aparato teve ainda um caminhão do Corpo de Bombeiros e duas viaturas da Polícia Civil. As distribuidoras de bebidas e os proprietários de carros alegóricos disponibilizaram cerca de 100 seguranças particulares.

O Grupo Gayvota divulgou um relatório dos Crimes Homofóbicos no Maranhão. De acordo com o relatório, desde 2000 até maio de 2011, 33 homossexuais foram assassinados no Estado, os chamados crimes motivados pelo ódio. Até agora, somente em 2011, 3 homossexuais foram mortos. De acordo com Carlos Garcia, presidente do Grupo, os dados foram compilados das notícias dos jornais impressos que relacionam os crimes à condição de homossexual das vítimas. Mas Garcia disse também, à Rádio Bacanga, que, se for comparar o que acontecia há 10, 20 anos ou há mais tempo, houve significativos avanços:

---

<sup>68</sup> Jornal *O Globo*, edição de 5/10/2011, página 03

Ainda precisamos percorrer um longo caminho, mas hoje as pessoas que discriminam os homossexuais costumam fazê-lo em particular. O preconceito é visível nas rodinhas masculinas dos homens heterossexuais, com piadinhas de mau gosto. Em público, isso não é externado, porque sabem que é uma postura politicamente incorreta.

A Rádio divulgou as conquistas dos grupos LGBT, no Maranhão, publicadas na edição de 10/07/2011, do jornal O Estado do Maranhão:

**Lei 8.444/2006:** prevê punição, por multa, suspensão ou cassação de licença de funcionamento e inabilitação para acesso a créditos estaduais, ao cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, organização social ou empresa, que pratique discriminação por orientação sexual; Criação do Núcleo Especializado de Defesa da Mulher e da População LGBT: inaugurado este ano pela Defensoria Pública Estadual, presta orientação jurídica na promoção de defesa dos direitos de mulheres, gays, travestis e transexuais vítimas de violência ou discriminação; Uso do nome social: por determinação do Conselho Estadual de Educação, os gestores das instituições públicas e privadas de ensino devem conceder aos travestis e transexuais, maiores de 18 anos, o direito de manifestarem, por escrito, no ato da matrícula, ou, ao longo do ano letivo, seu interesse na inclusão e uso do nome social na escola; Cartilha educativa: distribuída pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, em parceria com as entidades LGBT do Estado, a Cartilha Educativa orienta direitos e deveres a serem cumpridos pelos transexuais e travestis que trabalham a noite, nas avenidas da Região Metropolitana de São Luís, com o objetivo de coibir práticas criminosas contra e pelos transexuais e travestis.

No final das transmissões, a emissora deixou novamente transparecer o preconceito, quando informou que a Parada, apesar de gay, teve a participação de heterossexuais. Obviamente que a Parada, sendo da Diversidade Sexual, teria naturalmente a participação de pessoas de diferentes sexualidades. Aqui, mais uma vez, a rádio comunitária, seguindo o mesmo caminho das outras emissoras, consideradas comerciais e de maior alcance, deixa transparecer, quando não o faz de modo explícito, o seu conservadorismo em face de temas ainda polêmicos, como a homossexualidade ou a homoafetividade, orientações que, nessa concepção, fugiriam à normalidade:

As tentativas de reconhecimento da homossexualidade como uma variante sexual normal têm origem na Alemanha, no final do século XIX e vieram exatamente para confrontar a criação de normas no sentido oposto. Em 1869, o governo alemão aprovou um decreto que tornava crime as relações sexuais entre homens. O médico e escritor alemão Karoly Maria Benkerr, bastante respeitado nos meios acadêmicos, e considerado como o criador do termo “homossexualidade”, em carta aberta ao ministro da Justiça, manifestou-se contra o decreto que criava o crime de pederastia, argumentando que o desejo sexual, entre pessoas de sexos diferentes ou entre pessoas do mesmo sexo, era inato, e não estava submisso à escolha dos indivíduos. Mas o decreto foi aprovado (Ribeiro, 2010:52).

No final do século XIX, Magnus Hirschfeld, neurologista judeu-alemão, criou o Comitê Científico Humanitário, que tinha como bandeira retirar a homossexualidade da condição de crime, no Código Penal Alemão. O argumento era semelhante ao do médico Benkerr: a homossexualidade não era uma escolha, e a prova seria que os homossexuais já nasceriam com pouca musculatura, formas e trejeitos femininos, pele macia, cabelos sedosos e outras características semelhantes (Ribeiro, 2010:52-53).

Apesar de a criminalização dos atos homossexuais não ser revogada, a prática amorosa entre pessoas do mesmo sexo deixou de ser punida e, até os anos 20 do século passado, 25 jornais com editoriais voltadas para o público homossexual circularam na Alemanha (Sáez, 2004 *apud* Ribeiro 2010).

Essa tolerância acabou com a ascensão de Hitler e do nazismo ao poder e milhares de homossexuais foram mortos ou enviados aos campos de concentração, conforme relato de João Silvério Trevisan (1997) *apud* Ribeiro (2010).

Mas o movimento pela criação de uma identidade homossexual como prática normal e saudável, no Ocidente, na contemporaneidade, teve início em 28 de junho de 1969, em Nova York, Estados Unidos. Apesar de a homossexualidade já naquela época não ser criminalizada em Nova York e na maior parte dos estados americanos, a polícia costumava investir contra os gays que se reuniam no *Bar Stonewall Inn*. Nessa data, porém, pela primeira vez, houve uma reação inesperada e violenta dos homossexuais, que obteve a aprovação das comunidades próximas, fazendo com que as próprias autoridades reconhecessem a arbitrariedade da ação do Estado. O *Bar Stonewall Inn* foi destruído pela violência de ambas as partes, mas o 28 de junho e *Stonewall Inn* ficaram conhecidos mundialmente como o Dia e o Local do Orgulho Gay, Lésbico e Transexual (Ribeiro, 2010:54).

Apesar dos avanços na abordagem da homossexualidade, este é um tema que desperta polêmica, devido a uma análise predominantemente heterossexista das sociedades, entre as quais se inclui o povo brasileiro. Há mães que reverberam: “não tenho nada contra os gays e muitos deles, como o meu figurinista e o meu cabeleireiro, freqüentam a minha casa. Só não aceitaria nos meus filhos”. Há outras, mais radicais, que dizem: “prefiro ter um filho morto a ter um filho gay”. E finalmente, pais e mães embrutecidos pela ignorância e pelo preconceito, que bradam: “Prefiro um filho assassino, ou ladrão, ou estuprador, do que um filho gay”.

De acordo com o presidente do Grupo Gay da Bahia, Marcelo Cerqueira:



Se não existe lei no Brasil que pune também não existem aquelas que garantam os direitos. Se por um lado não existem leis que tornam a homossexualidade um crime, por outro existe uma cultura discriminatória velada. Não há punição na Lei como nos países muçulmanos, mas existe uma prática homofóbica instituída culturalmente, enraizada no seio de nossa sociedade, transmitida pelas famílias, igrejas, instituições públicas e privadas. É ensinado nas escolas que gays, lésbicas e travestis são cidadãos de última categoria. Essa visão é fortalecida por formadores de opinião que promovem campanhas difamatórias contra a homossexualidade. (<http://www.ggb.org.br>).

Essas posições homofóbicas ficam mais acentuadas quando o homossexual tem características femininas, como demonstra Renan Reis:

O que eu percebo é que a pessoa homossexual, de alguns anos para os dias de hoje, teve maior espaço nas novelas, porém os estereótipos são formados e a sociedade caminha com eles. As novelas das sete mantêm a imagem clássica do homossexual pobre, afeminado, desaforado e promíscuo. As novelas das oito há pouco tempo começam a mostrar o homossexual “bom partido”, comportado e com relacionamentos fixos e aceitos pelo seu cotidiano. Neste caso, em relação ao homossexual das sete, percebo que o “bom partido” sempre é bem sucedido; o afetado é sempre pobre, e, se fica com dinheiro, gasta com futilidades.

A primeira influência cultural que percebo é esta. Não é a toa que, quando as pessoas vêem um gay afetado, logo o julgam de “bicha de Madureira”, e aquele gay, que está bem vestido e comportado, é a “bicha da zona-sul”. Há um julgamento por classe social. O estereótipo formado, neste âmbito, é que o gay ou é promíscuo do mais baixo escalão, ou é comportado. Isso não é uma demonstração do real; o que vejo entre amigos, saídas à noite, é que há uma grande variedade de “tribos homossexuais”: há claramente o afetado das sete, e o “bom partido” das oito, mas há várias outras variações, inclusive misturadas.

Penso que isso influencia muito a sociedade a repudiar os homossexuais afeminados, pois estes seriam necessariamente aquilo que não é ideal. É o homossexual que deseja o homem das mulheres, o que quer ser uma mulher, o mal educado, vergonhoso, e principalmente, promíscuo e, se falando de sexo, sempre é julgado a estar no papel passivo na relação sexual. É um julgamento que não possibilita uma argumentação, pois as pessoas de modo geral, não chegam a se aproximar destas pessoas, pois supostamente já sabem o que aquela pessoa é, e o que ela é não é uma coisa boa. É algo que deve ficar escondido nos subúrbios e fonte de comédia barata para novelas. (<http://www.renanreis.multiply.com/journal/item/2/2>).

Pela primeira vez, uma emissora de rádio em São Luís fez a cobertura ao vivo de uma Parada LGBT. Entendemos como um avanço no sentido de afastar preconceitos e se pautar pelo respeito à dignidade da pessoa humana, tão enfatizado pela Constituição Federal e legislação complementar, mas dificilmente posto em prática. Mas a própria rádio comunitária não afastou totalmente os preconceitos durante o desenvolvimento do trabalho. Em alguns trechos, seguiu o modelo das rádios convencionais e da grande maioria dos veículos.

As reportagens apresentadas pela AM Educadora e pela comunitária Bacanga abordam assuntos diferentes e foram feitas por emissoras de rádio diferentes. Diferentes, contudo, na forma de concessão pública, na tecnologia e na estrutura financeira. A Educadora,

criada para ser uma emissora destinada a atuar contra os poderosos e em defesa de classes mais humildes, mostrou-se conservadora quando os assuntos a serem abordados podem questionar as convicções da Rádio ou da instituição que a implantou. A Bacanga foi idealizada para servir à comunidade onde está localizada, com objetivos, previstos na própria lei das comunitárias, de não fazer proselitismo e despir-se de conceitos previamente estabelecidos e que possam prejudicar grupos de pessoas, ainda que minoritários. Cumprirá ou não essa finalidade. Talvez até cumpra, mas com as reservas que acreditamos tenham sido demonstradas neste trabalho.

## CONCLUSÃO

Verificamos neste trabalho que, apesar de serem veículos com características artísticas e técnicas diferentes, direcionados para públicos em princípio também diferentes, as emissoras AM e as comunitárias se assemelham em muitos aspectos. A partir da criação das FM's comerciais, as AM's voltaram suas programações para o jornalismo, por não terem a mesma qualidade de áudio das estações que operam em frequência modulada, cabendo a estas dar mais espaço à música, especialmente em razão dessa melhor qualidade. Quanto às comunitárias, não podemos esquecer que, se têm uma potência extremamente limitada e conseqüentemente um alcance bastante reduzido, têm também o mesmo padrão sonoro das FM's comerciais. Conseqüentemente a essência dos seus programas é a música. Mas, especialmente nas comunidades periféricas, representam o principal e, em alguns municípios do interior, ou em bairros mais distantes, o único veículo de comunicação, ou pelo menos a única rádio. Essa condição faz com que assumam um estilo eclético, para atender aos reclamos das respectivas comunidades e, nesse estilo, abrem considerável espaço para o jornalismo.

Mais do que divergências, que também ocorrem, há semelhanças entre as rádios em amplitude modulada e as do radcom. Esta também não é uma questão fechada, e existem rádios dessas duas faixas de transmissão com modelos que podem se contrapor aos demonstrados na pesquisa.

Martín-Barbero faz uma dicotomia entre o mau uso dos meios de comunicação, pelas elites, e a transformação desses meios em bons, se estiverem sob o controle do operariado. Apesar de discordarmos dessa idéia dicotômica, admitimos que há alternativas para que as massas possam reagir à ideologia dominante. As rádios no Maranhão, como em praticamente em todo o Brasil, encontram-se entrelaçadas ao poder, às vezes se confundindo com o próprio. Há momentos em que a informação jornalística é simples porta-voz das esferas sociais mais poderosas, centro das tomadas de decisões. Os *mass mídias* se tornam as ferramentas de modelagem e manutenção do modelo social, político e econômico vigente. Há empresas de comunicação que surgem durante as campanhas eleitorais e, ao seu final, desaparecem para surgirem somente em outras campanhas. Outras são mantidas deficitariamente, apenas para servir de porta-voz a determinado grupo político, detentor de mando e até de desmandos. Poder e informação emanam da mesma esfera social, ficando esta a serviço daquele. As rádios comunitárias, no entanto, podem representar uma alternativa a essa massificação.

As alternativas só poderiam se concretizar através de uma construção permanente, e precisamos considerar que os meios de comunicação encontram-se em profundas modificações tecnológicas que avançaram bastante a partir da metade do século passado, principalmente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde o Brasil se inclui. A radiodifusão sonora vem se adaptando não somente no aspecto técnico, como também no artístico e no jornalístico, para manter sua audiência, em face do surgimento da televisão, de extremo alcance, especialmente com as transmissões via satélite, que viabilizaram a criação de grandes redes de TV. As emissoras AM's – e FM's por conseqüência - também se beneficiaram desses avanços, que permitem que uma estação instalada em qualquer cidade tenha o sinal recebido em várias outras cidades, pelo satélite, formando assim as redes de rádios. Esses acessos se completam com a Internet, e, em razão da abrangência da rede mundial de computadores, a grande maioria das rádios AM, que até então transmitiam em ondas médias, tropicais e curtas, solicitaram o cancelamento destas duas últimas faixas ao governo brasileiro. Paradoxalmente, as ondas tropicais e curtas alcançam distâncias maiores. Mas a sua manutenção deixou de ser interessante, devido ao grande volume de recursos financeiros demandados e porque, com a Internet, as rádios podem ser ouvidas em todo o mundo, com excelente qualidade de áudio e a custo praticamente zero.

As comunitárias também passaram pelos processos de adaptação. Instaladas inicialmente com reduzidíssimo aparato técnico, hoje dispõem de computadores que oportunizam irradiarem sua programação em grande parte gravada. Com isso, equiparam-se às estações AM não somente na tecnologia, mas também nos programas de conteúdo artístico e cultural e mais ainda no jornalismo, estabelecendo diferenças somente quando interessam ao seu corpo dirigente. Convém lembrar que esses procedimentos, quando adotados em grande escala pelo radcom, fazem com que não somente se assemelhe cada vez mais ao AM, mas podem ferir os princípios que nortearam a criação dessas rádios ditas comunitárias.

As entrevistas que fizemos com os comunicadores da AM Educadora e da comunitária Bacanga revelaram que essas pessoas projetam o seu discurso com algumas peculiaridades específicas. Os primeiros procuram dirigir-se a um público mais difuso, menos identificado, enquanto os locutores comunitários, em tese, utilizam uma linguagem talvez um tanto quanto mais intimista. Mas também poderemos ver que há um entrelaçamento de mensagens, o que consideramos salutar para o diálogo entre emissor e receptor

A teoria da escola francesa da análise do discurso mostra que a forma como a pessoa se comunica está condicionada ao lugar de fala dessa pessoa. Esse lugar de fala também é condicionado às questões culturais, sociais e históricas. Assim, os que detêm o

poder da comunicação, especialmente através do rádio, qualquer que seja a sua classificação – AM's, FM's ou comunitárias - podem transmitir sua mensagem como verdadeira, ainda que nem sempre o seja. É comum o ouvinte de rádio argumentar: deu no rádio. Se a informação saiu no rádio – e também na TV - é porque é verdadeira, e, nesse caso, não se pode contestá-la. Doce ilusão!

A informação produzida encontra eco no conceito hegemônico. A hegemonia decorre da aceitação, pelas classes subalternas, da ideologia das classes dominantes, na medida em que os subalternos reconhecem que os interesses dos dominantes podem também representar seus interesses. O ouvinte se identifica com o locutor de rádio, com sua mensagem, a ponto de senti-lo como se fosse alguém seu. Não é simples coincidência os donos de rádio e os locutores ingressarem na política para disputar espaços, com amplas possibilidades de vitória. E não é por acaso que a legislação eleitoral determina o afastamento dos locutores dos microfones, onde buscam transmitir a sua mensagem hegemônica e a dos proprietários de emissoras. Apesar de que, neste último caso, muitos cometem uma farsa, quando legalmente se licenciam, mas na prática, continuam no comando e distribuindo mensagens subliminares.

Faltam cerca de onze anos para a radiodifusão brasileira chegar ao centenário e as suas formas de transmitir passaram por diversas transformações. Das ondas curtas e tropicais inicialmente concebidas, o rádio AM passou a operar com as ondas médias, de qualidade superior às primeiras. A televisão acrescentou a imagem ao som e pensou-se que o rádio poderia se tornar obsoleto. Os avanços nos trouxeram o FM, com áudio muito superior ao AM, que continuou vivo e disputando espaços. As comunitárias representaram uma nova maneira de o rádio ser não somente ouvido, mas visto como difusor das comunidades que queriam ouvir e ser ouvidas. O século XXI sinaliza com a tecnologia digital, em que o AM terá o som do atual FM e este deverá dispor da qualidade do CD. Outros meios disputam espaços, como a Internet. Entendemos que todos estes veículos continuarão a conviver, junto aos diversos públicos. Da mesma forma que o jornal impresso cria perspectivas outras para manter-se atuante perante o leitor, o rádio sai em busca de novos caminhos. Esse processo faz com que as mídias – e o rádio é uma delas – busquem a renovação, tornando-as cada vez mais vivas, superando-se sempre, sem que jamais sejam superadas.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1975.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ALTHUSSER, Louis. “Idéologie et appareils idéologiques d’État”, *La Pensée*, nº 151, 1970.
- ALMEIDA, Bernardo Coelho de. **Éramos felizes e não sabíamos**. 3ª. Ed. – São Luís: Revista Legenda Editora, 1996. 284 p.
- ALMEIDA, Beto. Jornal do Jornalista, 1998. IN: ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. **Rádios comunitárias: construindo um espaço de democratização do saber**. São Luís, 2004.
- ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. **Rádios Comunitárias: construindo um espaço de democratização do saber**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2004, 188 p.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**; trad. de Paulo Bezerra. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARBEIRO, Heródoto. **Manual do radiojornalismo**. Heródoto Barbeiro, Paulo Rodolfo de Lima. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BRASIL. Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. **Diário Oficial**, Brasília: 20 fev. 1998.
- BRASIL. Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998. Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Ministério das Comunicações. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/>
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: Louro, Guacira.
- O corpo educado. **Pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Language, poder e identidad**. Madri, Sintesis, 1997.
- CAMPOS, Roseli Trevisan. Jingle: narrativa sonora. Faculdade Casper Líbero e Faculdades Metropolitanas Unidas. IN: Ferraretto, Luiz Artur; Klöckner, Luciano (Org.). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos**. – Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 646 p.)
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

CERQUEIRA, Marcelo. **Punir a homofobia deve ser um desejo de toda a sociedade.** Disponível em: <<http://www.ggb.org.br>>. Acesso em: 1 abr. 2010.

COELHO, Carlos Alberto Lima. **Show de rádio:** subsídios para a história do rádio maranhense. São Luís: Lithograf, 2003.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os onze sexos:** as múltiplas faces da sexualidade humana/ The sex eleven: the faces multiples of the human sexuality. São Paulo, Gente, 1994, p. 94.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

ELIAS, Norber. **La civilisation des moeurs.** Paris, Calmonn-Levy, 1973.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, Antonio (Org.); MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2002.

ENTREVISTA da desembargadora Maria Berenice Dias. **Revista Justilex,** Brasília - DF, n. 38, fev. 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Ed. UNB, 2001. p.89-138.

FERRAZ, Ana Luisa. **Opção ou orientação sexual?** Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2010.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil:** os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FREITAS, Jeanne Marie Machado de. **Comunicação e psicanálise.** São Paulo: Editora Escuta, 1992.

FOUCAULT, Michel. **La volonté de savoir.** Paris, Gallimard, 1976.

GOMES, Erica Cristina da Silva. **(Re) Fazendo rádios comunitários:** a tensão em transformar ficção em História. Dissertação de mestrado (Mestrado em Comunicação Social pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio). Orientador: Fernando Antônio Resende. 2007.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O Homossexual visto por entendidos.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. IN Lago, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo/** Cláudia Lago, Márcia Benetti. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio (Org.); MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação.** Petrópolis: Vozes, 2005.

JACKS, Nilda. Comunicação e recepção / Nilda Jacks, Ana Carolina D. Escosteguy. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

**JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO**, São Luís, p. 07, 10 jul. 2011.

**JORNAL O GLOBO**, São Luís, p. 03,05 out. 2011.

**JORNAL PEQUENO**, São Luís, p.04, 31 jan. 2010.

KLÖCKNER, Luciano. **A retoricidade de contexto do rádio informativo**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. IN: Ferraretto, Luiz Artur; Klöckner, Luciano (Org.). *E o rádio?: novos horizontes midiáticos [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos.* – Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 646 p.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Edusp, 1975.

LAURETIS, Teresa de. **“Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness”**. *Feminist Studies*, 16(1), 1990, p. 115-51.

LEAL, Sayonara. Radiodifusão comunitária no Brasil: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: RAMOS, Murilo & SANTOS, Suzy (orgs.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo, Paulus, 2007.

LOPEZ, Débora Cristina. Aproximações aos níveis de convergência tecnológica em comunicação: um estudo sobre o rádio hipermidiático. Universidade Federal de Santa Maria. P. 401-419. IN: Ferraretto, Luiz Artur; Klöckner, Luciano (Org.). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos.** – Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 646 p.

LOPES, Saint-Clair. **Comunicação - Radiodifusão hoje**. Rio de Janeiro: Temário, 1970.

LUKATO, Talvani. Cobertura jornalística feita pela Rádio Educadora sobre a CPI do crime organizado.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações** – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997, 2ª. ed., p.306.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.

MARTINI, Carina Macedo. Rádio Nacional do Rio de Janeiro: um estudo dos gêneros entretenimento e jornalístico. P. 506-521. Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP. IN: Ferraretto, Luiz Artur; Klöckner, Luciano (Org.). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos.** – Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 646 p.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2001.



MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência**. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2002.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Cartilha O que é uma rádio comunitária**. Disponível em <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/o-que-e>. Acesso em: 25 jul. 2010

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido/ Maurice Mouillaud, Sérgio Dayrell Porto (org.), Adriano Rodrigues et alii**. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MUSTAFÁ, Izani. O primeiro Alô! Alô! numa rádio em Joinville (SC) foi pronunciado por um alemão, em 1941, quando o Brasil estava sob o domínio do Estado Novo. Associação Educacional Luterana Bom Jesus (IELUSC)/SC. P. 43-58. IN: Ferraretto, Luiz Artur; Klöckner, Luciano (Org.). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos**. – Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. Return to the concept of powerful massa media. In \_\_\_. **Studies of broadcasting**. [S.L.]: 1973.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro, Caravansarai, 2003.

NUNES, Márcia Vidal. **Rádios Comunitárias no Século XXI: exercício da cidadania ou instrumentalização popular?** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

OLIVEIRA, Maria José C. (Org). **Comunicação pública**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

ORTRIWANO, Gisela Swetlano. **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERUZZO, Cecília. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, Vozes, 1999.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. **Rádios comunitárias: conflitos e negociações na configuração de redes de poder e identidades sociais**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Orientadora: profa. dra. Ana Lúcia Silva Enne. 2008.

PRATA, Nair (2008). **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação**. Tese de Doutorado em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

REIS, Renan. **O homossexual brasileiro e sua influência na cultura**. Disponível em: <<http://www.renanreis.multiply.com/journal/item/2/2>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

RESENDE, Fernando. **O Olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico**. São Paulo: ECA/USP, 2002/ tese de doutoramento.

RIBEIRO, Irineu Ramos. **A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros**. São Paulo, GLS, 2010.

SÁEZ, Javier. *Teoria queer y psicoanálisis*. Madri, Sintesis, 2004.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemologia del armário*. Barcelona, Ediciones de la Tempestad, 1998.

STJ **autoriza adoção de criança por casal homossexual**. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/noticia/>> Acesso em: 27 abr. 2010.

RUAS, Cláudia M.S. **Rádio Comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: UCDB, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003b.

SANTOS, Sebastião. **Rádios Comunitárias: “Balangando o beijo” pelo direito de comunicar!** In: Heloísa Buarque de Hollanda (org.). *Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

SARDINHA, L.R. **Rádiodifusão: o controle estatal e social sobre suas outorgas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

TORRES, Bruno Araújo. Um perfil das rádios comunitárias no Brasil. União de Ensino Superior de Viçosa (UNIVIÇOSA)/MG, P.255-267. IN: Ferraretto, Luiz Artur; Klöckner, Luciano (Org.). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos**. – Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 646 p.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo Análise e Textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

TREVISAN, João Silvério. “**O espetáculo do desejo: homossexualidade e crise do masculino**”. In: Caldas, Dario (org.). *Homens*. São Paulo, Senac, 1997.

WEAVER, Warren; SHANNON, Claude. A Teoria Matemática da Comunicação. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005, 295 p.

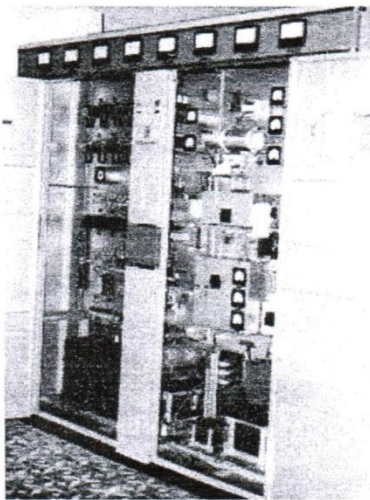
ZUCULOTO, Lígia Teresinha Mousquer. Memória musical publicitária: o jingle imprevisível. IN: Ferraretto, Luiz Artur; Klöckner, Luciano (Org.). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos**. – Porto Alegre: Edipucrs, 20

**ANEXOS**

## ANEXO A - Informações do site da Rádio AM Educadora

- Em 1999, a emissora transmitiu com exclusividade, e em tempo real, as sessões das Comissões Parlamentares de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado, que investigavam políticos e empresários do Maranhão e do Brasil, apontados como gerenciadores de uma rede criminosa no país. Na época a Rádio Educadora AM teve uma das maiores audiências do rádio maranhense. Na área esportiva a Educadora também conquistou seu espaço, com as grandes coberturas, em níveis local, nacional e internacional.

### A Rádio Educadora e a Comunidade



Criada para levar informação aos moradores do interior do Maranhão, a Educadora pode ser definida como “um porta-voz dos sem-voz”. Hoje a emissora serve como fonte de informação e entretenimento à classe rural e operária, fortalecendo a comunicação a serviço das bases católicas no Maranhão. Com sua programação mais voltada para o religioso, a Educadora integra a Rede Católica de Rádio (RCR), a maior rede de rádios do Brasil que conta com um pool de mais de 180 emissoras.

Para fortalecer a imagem da emissora a grade da programação foi reformulada, houve o lançamento da rádio na internet, bem como a criação de um canal extra na web (Educadora Net), 24 horas no ar e voltada para um público carente de uma programação eclética, com seleção de consagrados sucessos nacionais e internacionais.

## Quem Somos

A Educadora AM chega todos os dias às casas dos maranhenses com uma programação diversificada, com música, informação, prestação de serviços e, principalmente, levando até os seus ouvintes os acontecimentos do dia a dia de nosso Estado. Agora, o nosso trabalho também vai estar à disposição dos ouvintes através da internet. No nosso site, além das principais notícias do dia, ele vai poder acompanhar a nossa programação on line. Um trabalho feito por uma equipe atenta com o nosso tempo e, principalmente, com as necessidades e a linguagem do nosso público.

## ANEXO B – Continuação das Informações do site da Rádio AM Educadora

### História

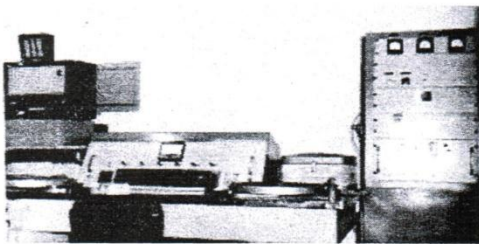


A primeira transmissão da Rádio Educadora AM foi ao ar no dia 12 de junho de 1966. O sonho de levar a cultura popular e a educação, através das ondas do rádio, para as mais distantes localidades do Maranhão se tornou realidade graças à iniciativa de Dom José Medeiros Delgado, Monsenhor Dr. Artur Lopes Gonçalves, Cláudio Brandt, Voltaire Frazão e Osvaldo Vasconcelos, que juntos começaram a criar uma rádio preocupada em garantir informação à zona rural maranhense.

No dia 24 de julho de 1960 a rádio foi registrada e em 1962, através do decreto nº 815, o então Ministério de Viação e Obras Públicas liberou a concessão de funcionamento. Quatro anos depois a Rádio Educadora Rural do Maranhão Ltda (AM) estava no ar sob a direção de José Maria Linhares. Seu primeiro endereço foi a Rua do Sol, 535, no centro da capital.

Pelo fato da emissora ter o seu conteúdo voltado à comunidade do interior do Maranhão, a sua programação inicial ficou a cargo de instituições públicas, como Secretária de Agricultura e Educação do Estado, Associação de Crédito Assistência Rural e Movimento de Educação de Base. O que acabou levando a população a duvidar do potencial da emissora, pela sua ligação com a igreja, o que poderia distanciar sua programação com a realidade. Mas ao longo do tempo a Educadora se mostrou atuante e profunda conhecedora dos problemas do campo e da necessidade da informação para todos e hoje faz parte do dia a dia das comunidades.

### Curiosidades



Entre os episódios que marcaram a emissora, um destaque especial aconteceu na época do Regime Militar, quando a Educadora teve sua programação suspensa por oito dias. O motivo foi uma crítica feita no programa “Entre o Dia e a Noite”, questionando a independência do Brasil. O conteúdo foi considerado subversivo, uma vez que o script não foi previamente revisto pela censura federal 48 horas antes de ir ao ar, como era de praxe.



## ANEXO C - Informações do site da Rádio comunitária Bacanga

Rádio Bacanga FM

Página 1 de 1



Bacanga FM, 12 anos com você no coração.

BACANGA FM; A COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DA COMUNIDADE.

**"Fazia preguiça estar ali. A viração do Bacanga refrescava o ar da varanda e dava ao ambiente um tom morno e aprazível. Havia a quietação dos dias inúteis, uma vontade lassa de fechar os olhos e esticar as pernas. Lá defronte, nas margens opostas do rio, a silenciosa vegetação do Anjo da Guarda estava a provocar boas sextas sobre o capim, debaixo das mangueiras; as árvores pareciam abrir de longe os braços, chamando a gente para a calma tepidez das suas sombras".**

**Trecho do livro " o Mulato" 1881 de Aluizio Azevedo, se referindo ao sitio Anjo da guarda que ficava ao lado do sitio tamacão, na área itaquibacanga, onde hoje é o residencial Ana Jansem. esse nome depois foi dado ao nosso bairro que completa esse mês 40 Anos. Parabéns! Bairro Anjo da Guarda 40 Anos Rádio Bacanga 10 Anos**

contato:brandao@radiobacangafm.com.br

Participe da comunidade oficial da bacanga no orkut  
<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=42320154>

Direção geral

Direção técnica

Direção de programação

 Jairo Brandão

O trabalho de comunicação alternativa, enquanto instrumento de promoção da cidadania e valorização da cultura local, desenvolvido pela Rádio Comunitária Bacanga FM, vem obtendo um grande destaque junto à sociedade. São várias atividades realizadas em uma das maiores e mais importantes regiões da São Luis, o Itaquí-Bacanga, com quase 250.000 habitantes e mais de 50 comunidades.

A emissora, fundada há 10 anos, conseguiu concessão junto ao Ministério das Comunicações em 2002 e de lá pra cá se estruturou, personificando uma programação diferenciada das demais emissoras. É uma Rádio em FM com algumas características de AM e a essência dos movimentos sociais. Além da programação musical, há vários temáticos, como brincadeira de criança, coisas de mulher, cultura e cidadania, lutando pela comunidade, os religiosos. As coberturas ao vivo como as eleições, transmissão da missa (aos domingos), Via Sacra (segundo maior evento do Brasil ao ar livre), Festas Juninas (tradição do Maranhão no período das festas de São João), Aniversário do Anjo da Guarda (Bairro sede da emissora e com projetos futuros para cobertura também em outros bairros da área Itaquí-Bacanga).

A identificação do público com essa programação foi quase de imediata. A participação dos ouvintes nos programas, eventos, campanhas e promoções da Rádio são constantes e intensos. Quase 100% das mais de 50 pessoas que compõe a equipe da emissora são moradores da área o que contribui bastante para essa identificação com os aspectos mais peculiares da comunidade.

A emissora está sempre presente, participando e fazendo cobertura em todos os grandes movimentos sócio-culturais do Itaquí-Bacanga. Além de estar presente nas ações de outras entidades, a Rádio promove uma série de atividades de apoio à cidadania e valorização cultural local.

Um dos exemplos de projetos bem sucedidos é o projeto das campanhas educativas, que trabalha vários temas. Dentre as campanhas está a campanha a "protegidos contra a dengue" que com muita criatividade e com apoio da Alumar e da Prefeitura de São Luis, reeducava os moradores e premiava aqueles que protegiam seus lares contra o mosquito transmissor da dengue.

A Via Sacra, maior espetáculo teatral a céu aberto do Estado também recebe atenção especial, com uma cobertura inclusive nos bastidores. Já o se o segundo maior evento da área Itaquí-Bacanga, o comunidade de parabéns, é promovido pela emissora. Esta é uma grande comemoração pelo aniversário do Anjo da Guarda e pelo aniversário da Bacanga FM. Já está sendo realizado desde 2003, são 3 dias de eventos com 40 atrações culturais, gincana, infantil, torneios esportivos e ação social solidária, com um público estimado em cerca de 90.000 pessoas nos 3 dias. É um evento que demonstra na prática os princípios do nosso trabalho.

**Diretrizes de nossa programação:**

Promover Cidadania.  
 Valorizar a Cultura Local  
 Concientizar a preservação do nosso habitat  
 Ser interativa e participativa  
 Informar  
 Divertir  
 Abrir debates  
 Educar  
 Prestar serviços  
 Cobrir grandes eventos comunitários  
 Fazer jornalismo objetivo e imparcial  
 Refletir valores das nossas comunidades.

## ANEXO D – Estúdio da Rádio Educadora





ANEXO E – Placa de entrada do estúdio da Rádio Educadora





## ANEXO F – Torre da Rádio Comunitária Bacanga



JORNAL O IMPARCIAL, SÃO LUÍS – MA. – 31 DE OUTUBRO DE 1999

Por **Ernildo Santos**  
da equipe do Imparcial

**D**URANTE MAIS DE QUATRO DÉCADAS ELE REINOU ABSOLUTO COMO ÚNICO VEÍCULO DE INFORMAÇÃO E ENTRETENIMENTO DOS BRASILEIROS. COM O APARECIMENTO DA TELEVISÃO, NOS ANOS 50, O RÁDIO TEVE QUE RECRIAR SUA PROGRAMAÇÃO PARA CONTINUAR EXISTINDO. COUBE ENTÃO ÀS RÁDIOS DE FREQUÊNCIA AM INCLUIR O ESPORTE E O JORNALISMO COMO FORMA DE ATRAIR NOVAMENTE A ATENÇÃO DOS OUVINTES. NEM SEMPRE COM QUALIDADE. DURANTE MUITO TEMPO, RÁDIO AM VIROU SINÔNIMO DE ENFADONHAS PARTIDAS DE FUTEBOL, NOTICIÁRIOS SENSACIONALISTAS E MÚSICA BREGA, SEM CONTAR OS PROGRAMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR COM OS TRADICIONAIS RECADINHOS.

No instante em que São Luís virou palco de uma CPI que investiga a rede do crime organizado e o narcotráfico no Maranhão, os programas jornalísticos das AM's que têm dado cobertura intensiva ao caso tornaram-se a coqueluche do momento e o aparelho de rádio tornou-se instrumento indispensável nas rodas de conversa da cidade. E as transmissões ao vivo fizeram o rádio retornar à sua essência: a de ser um mero canal de mensagens, sem truques. Na cobertura da CPI, a ininterrupta transmissão e os pouquíssimos cortes de edição fazem o ouvinte se

sentir na própria Assembléia, tamanha a fidelidade com o fato que está acontecendo.

#### INFORMADOS

A "febre do rádio" chegou a tal ponto que contagiou até quem não tinha o hábito de ouvi-lo. O fato ameaça até a hegemonia da televisão, que não consegue acompanhar os passos apressados das investigações e a curiosidade do povo.

Enquanto espera a vez de ser atendido na fila de uma grande loja de departamentos da rua Grande, Paulo Henrique Alves Santos, 32 anos, presidente da Câmara dos Vereadores do município de Maranhãozinho, não desgruda o rádio do ouvido. Ele, que nunca foi ligado nas "frequências" do pequeno aparelho, comprou um especialmente para acompanhar os detalhes da CPI. "Esse rádio eu acabei de comprar por R\$ 10,00 e é a forma que encontro de me manter informado mesmo estando na fila de uma loja", declara.

Com os táxis enfileirados no ponto da praça Deodoro, os motoristas enfrentam com o rádio ligado o sol quente do início da tarde. Tudo para não deixar de ouvir uma acareação sequer. Como eles, grande parte da população se acotovela dentro de veículos ou na porta de repartições para não perder os depoimentos. "Eu sempre escuto rádio mas ultimamente, entre uma folga e outra, eu acompanho a CPI porque o assunto interessa a todos", revela o taxista Aquiles Aguiar Freire, 44 anos.

#### 16 HORAS

Por ser um assunto de interesse comum, as rádios têm priorizado a CPI na sua cober-

tura jornalística. As investigações da polícia federal se tornaram o principal atrativo da programação, cuja transmissão pode chegar a 16 horas diárias sobre o caso. As rádios Educadora e Mirante estão dedicando diariamente todo esse tempo em sua programação para a CPI. Capital e São Luís restringem-se aos flashes e às coberturas noturnas. Muitas vezes o esporte, que é o responsável pelo grande número de ouvintes, tem ficado em segundo plano, porque a força da opinião pública tem exigido que se fale sobre as investigações.

"Esse momento está sendo muito importante para as rádios porque é a vontade popular que está sendo responsável por essa cobertura integral", comemora o radialista Roberto Fernandes, do programa "Roda Viva" (Rádio Educadora), que percebe o extremo interesse da população pelo caso no aumento de ligações durante o programa que ele apresenta.

#### AMBULANTES

Quem tem gostado e lucrado com o enredo policial que envolve a CPI são os ambulantes da rua Grande. Como a procura por aparelhos de rádio à pilha aumentou nas últimas semanas, eles já pensam numa nova CPI para incrementar suas vendas. "Quando tiver outra CPI é bom que eles avisem com antecedência para que a gente possa se abastecer", ironiza um ambulante que não quer ser identificada. "As pessoas param em frente a barraca para escutar os interrogatórios e já penso até em cobrar pelo serviço", brinca. Os ambulantes estão vendendo rádios a R\$ 10,00.



ANEXO H – Matéria publicada no Jornal O Imparcial sobre a CPI do Crime Organizado

**JORNAL O IMPARCIAL, SÃO LUÍS – MA. – 31 DE OUTUBRO DE 1999**

*Cobertura intensiva da CPI do crime organizado provoca ressurreição do rádio.*

# A FORÇA DO VERBO: RÁDIO EM ALTA



*Cena comum em tempos de CPI: pessoas nas ruas de ouvido grudado no rádio para acompanhar os rumos das invest*

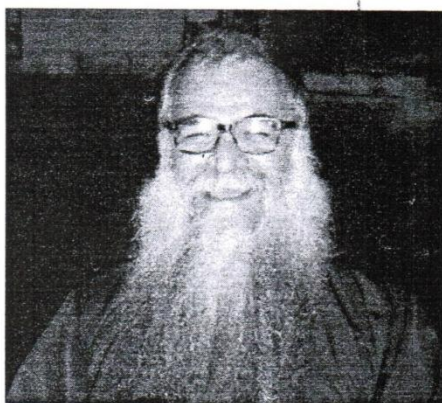
ANEXO I – Diretores da Rádio Educadora, informados no site da emissora



**Arcebispo de São Luís: Dom Belisário**



**Direção Geral: José Rodrigues de Araújo (Frei Rodrigo)**



**Diretor Administrativo e Financeiro: Luigi Rota (Frei Luís)**